



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

Gisele Rosa Abrahão

**DINÂMICA DA GOVERNANÇA EM UNIDADES DE  
CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA ESTAÇÃO  
ECOLÓGICA DE CARIJÓS, FLORIANÓPOLIS,  
BRASIL**

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Abrahão, Gisele Rosa

Dinâmica da governança em Unidades de Conservação  
: Estudo de caso da Estação Ecológica de Carijós,  
Florianópolis, Brasil / Gisele Rosa Abrahão ;  
orientador, Milton Lafourcade Asmus, 2018.  
181 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis,  
2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Unidades de Conservação. 3.  
Governança. 4. Estação Ecológica de Carijós. 5. Áreas  
Litorâneas. I. Asmus, Milton Lafourcade . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Gisele Rosa Abrahão

**DINÂMICA DA GOVERNANÇA EM UNIDADES DE  
CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA ESTAÇÃO  
ECOLÓGICA DE CARIJÓS, FLORIANÓPOLIS,  
BRASIL**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para a obtenção do Grau de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Milton Lafourcade Asmus.

Florianópolis

2018

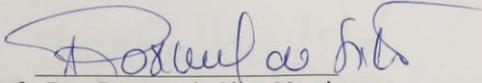


**Gisele Rosa Abrahão**

**Dinâmica da governança em unidades de conservação:  
estudo de caso da estação ecológica de Carijós,  
Florianópolis, Brasil**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do  
Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma  
final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 13 de setembro de 2018.

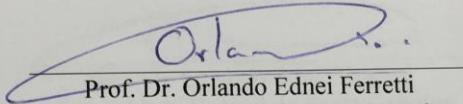


Prof. Dra. Rosemy da Silva Nascimento  
Coordenadora do PPGG/UFSC

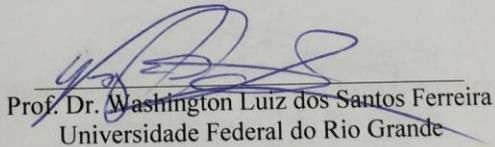
**Banca Examinadora:**



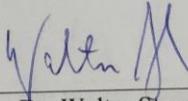
Prof. Dr. Milton Lafourcade Asmus  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Washington Luiz dos Santos Ferreira  
Universidade Federal do Rio Grande



Dr. Walter Steenbock  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



*Ao meu filho Bernardo e aos meus pais pelo amor,  
paciência e apoio incondicional.*



## AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimento pelo apoio a uma tese de doutorado não me parece uma tarefa muito fácil. O tempo de dedicação sempre se entende além do proposto no início, assim a lista fica grande, e um trabalho como este não se faz sozinha.

Meu primeiro agradecimento, em ordem cronológica, é, com certeza, para a professora Carla, minha primeira orientadora no doutorado: uma pessoa incrível, a qual se tornou minha amiga e teve a grandeza de dizer que a proposta do projeto “nada tinha a ver comigo, e que, se doutorado já é difícil, imagina fazendo o que não gostamos. Temos que ser felizes!”, disse ela para mim. Gratidão, Carla, sua postura fez total diferença na minha trajetória no doutorado. Sou eternamente grata pela sua franqueza e preocupação comigo, enquanto aluna, e não somente com o curso de pós-graduação em geografia.

Nesse período conheci o povo do Laboratório de Oceanografia Costeira (LOC) e pude conviver com pessoas incríveis e muito queridas, com destaque para as “foraminiferetes” Dani, Luiza Julia, Pati e Gabi. Muita risada, lanchinhos e muitos foraminíferos, né, meninas?! Foi incrível esse período com vocês. Além de muitos outros colegas queridos demais com quem pude conviver nesse lugar. Barra da Lagoa é tudo de bom!

Um agradecimento muito especial para o professor Milton, meu orientador, que topou assumir essa bronca no meio do caminho, e que com sua experiência, tranquilidade e olhar diferenciado para projetos acadêmicos, contribuiu de maneira efetiva ao meu trabalho. Gratidão pelo seu suporte, Milton, que fez toda a diferença no meu caminhar acadêmico.

Nesse caminho, um agradecimento carinhoso e muito especial para minha querida amiga e conselheira acadêmica Marinez Scherer (Kika), dando-me apoio e suporte ao longo destes longos 6 anos (eu sei que você não me aguentava mais! rrsrrs). Mesmo assim não deixou de me ouvir, dar sugestões e pitacos ao longo do projeto, e de ouvir sempre todas as minhas lamúrias de doutoranda desesperada.

Também da mesma forma agradeço a minha amiga do coração, Marta, pelo apoio moral em tantos momentos difíceis pelos quais passei e pelos bons vinhos e risadas mais que necessárias.

A todos os amigos e colegas do LAGECI, um grupo de peso, que faz um projeto como este se tornar muito mais rico. Esse espaço deve servir de exemplo, tornando a academia muito mais interessante do

ponto de vista do aprendizado, da troca e do crescimento. Neste grupo, destaque para Apoena, pelo apoio direto no meu projeto de pesquisa; e Ching, pela dedicação incrível ao meu trabalho desde a qualificação até a minha defesa. Pesquisadores como você são raros! Você foi impecável no apoio ao meu projeto. Sou muito grata a você.

Agradeço aos entrevistados, pelo retorno positivo à minha solicitação de entrevista e à preocupação em dar as informações, as quais fizeram toda a diferença no meu projeto e se tornaram o coração dos resultados desta pesquisa.

Agradecimento especial à amiga Deisiane, pelas trocas de ideias e sugestões no meu projeto; e à Luiza e à Débora, pelo incontável número de vezes que me retornaram, respondendo minhas dúvidas e dando-me detalhes do histórico da ESEC Carijós. Sem palavras, meninas. Muito obrigada!

Aos muitos amigos e colegas ao longo de todo este projeto, pelos momentos de descontração, apoio, conversas e boas risadas, sempre bem-vindas.

Ao meu companheiro Carlos, pelo apoio incondicional em toda esta longa trajetória do doutorado. Mesmo em momentos muito difíceis para nós, você me deu total apoio e suporte para que eu não desistisse desta longa empreitada.

Ao meu filho Bernardo, que, mesmo jovem, procurou entender este momento e levou algumas broncas sem culpa. Rsrtrs.

Aos meus pais, por simplesmente TUDO. Nada seria possível sem vocês, principalmente nestes últimos longos 21 meses. Gratidão resume tudo que posso dizer aqui. E a mim, por ter tido a coragem de enfrentar tudo e, finalmente, conseguir chegar ao fim de mais esta etapa. Não imaginava que seria tão difícil, mas também não pensava que seria tão gratificante.

### ***Agradecimentos***

LAGECI – Laboratório de Gestão Costeira Integrada da Universidade Federal de Santa Catarina (apoio técnico e financeiro para eventos)

CNPQ – Bolsa de estudo de doutorado.

Aos entrevistados, que se disponibilizaram a contribuir de forma valiosa para esta pesquisa.

## RESUMO

O tema deste trabalho é a dinâmica da Governança em Unidades de Conservação (UC), tendo como estudo de caso a Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós), localizada no litoral sul do Brasil, na Ilha de Santa Catarina – Florianópolis, em uma área de crescimento urbano. As áreas litorâneas apresentam ecossistemas que dão suporte a uma elevada diversidade e produtividade, gerando uma significativa quantidade de alimentos e sustentando importantes usos e atividades. Uma das estratégias para a conservação da integridade dos ecossistemas costeiros passa pelo estabelecimento das UC. De forma preocupante, no Brasil, as UC, em sua grande maioria, apresentam problemas de governança, com reflexo direto na qualidade da sua administração e na sua eficácia para atingir os objetivos que justificam sua criação. Esses problemas, a princípio, podem estar relacionados à falta: de uma boa gestão; de uma estrutura adequada da unidade; e de uma efetiva educação ambiental e gestão participativa da comunidade local.

Foram detalhados os aspectos de influência endógenos, além daqueles aspectos exógenos que podem interferir no processo de governança dessas Unidades. Os resultados demonstram que há forma organizada e lógica de representar a governança, apresentando-se dois conjuntos de resultados importantes para esta tese. O primeiro, denominado Modelo de Análise Básico, serviu de base para a organização dos dados a serem obtidos e como eles se moldam e se modificam – ou não – ao longo do tempo. O segundo conjunto, chamado de Modelo Funcional, é uma representação que combina aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos e influência/controla (endógenos e exógenos).

O Modelo de Análise Básico mostrou que a estrutura em todo o histórico da ESEC Carijós não avançou do patamar “regular”; a educação ambiental variou de “negativa” na sua criação a “favorável” em dois períodos, sendo a gestão participativa regular em somente um período e inexistente nos demais. Houve ponto favorável para os três gestores analisados realizando uma boa gestão, dentro da condição apresentada a cada um. Já o segundo conjunto de resultados demonstrou que uma gestão não se faz somente por uma vontade da gestão local e sua comunidade de entorno, já que depende também de fatores externos e, muitas vezes, alheios a necessidade local. Dessa forma, fica evidente nesta pesquisa que a análise de um sistema para uma governança eficiente é muito mais complexa do que inicialmente considerado, e que

fatores endógenos e exógenos influenciam de forma diferenciada no tipo de resultado alcançado. Finalmente, fica indicada como necessária uma visão dinâmica/funcional (sistêmica) para a compreensão dos aspectos estruturantes e do controle da governança em UC.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação. Governança. Educação Ambiental. Áreas Litorâneas. Gestão Participativa. Serviços Ecossistêmicos. Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós).

## ABSTRACT

The subject of this thesis is the Governance Dynamics of Conservation Units (CUs). This subject is analyzed with reference to a case study of the Carijós Ecological Station (ESEC Carijós), which is located in an South coast of Brazil, on the Island of Santa Catarina - Florianópolis, in an area of urban growth.

Coastal areas have ecosystems that support elevated diversity and productivity, producing significant quantities of food and sustaining important uses and activities. One of strategy for conservation of the integrity of coastal ecosystems must involve establishment of CUs.

It is a cause for concern that the great majority of CUs in Brazil have governance problems which impact directly on the quality of their management and on their efficacy in achieving the objectives for which they were created. In principal, these problems could be related to lack of good management; of an adequate infrastructure at the unit; and of effective environmental education of the local community, and participatory management that involves it. The study surveyed endogenous elements and exogenous elements that influence and interfere in the process of governance of these Units.

The results revealed that there is organized and logical way to represent governance, classifying the findings into two sets of results with importance for this thesis. The first set, comprising a Basic Analytical Model, provides a framework for organization of the data to be collected and how they change and adapt - or not – over time.

The second set, comprising a Functional Model, is a representation that combines temporal elements (successive facts related to formation/construction) with processes of influence/control (both endogenous and exogenous).

The Basic Analytical Model showed that throughout the history of ESEC Carijós, its infrastructure has never exceeded the level of “regular”; environmental education has varied from “negative” when the unit was created to “favorable” during two different periods, and participatory management achieved a “regular” rating in just one period and was “nonexistent” in all others. There were elements in favor of all three managers analyzed over the existence of the CU, each of whom administered the unit well, in the context of the conditions they were faced with.

The second set of results show that no administration is exclusively the result of the intentions of the local manager and the surrounding

community, since the results are dependent on external factors which, very often unrelated to local need

This research project has clearly shown that analysis of a system for good governance is much more complex than initially considered and that endogenous and exogenous factors influence the types of results achieved in different ways. Finally, it also indicates the need for a dynamic/functional (systemic) perspective to comprehend the structural and controlling elements of governance in CUs.

**Keywords:** Conservation Units. Governance. Environmental Education. Coastal Areas. Participatory Management. Ecosystemic Services. Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Estação Ecológica de Carijós (ICMBio, 2010).....	53
Figura 2: Modelo de Análise Básico – com interação entre os vértices de Governança Ambiental Sistêmica: E, G e RC, incluindo EA e GP.....	57
Figura 3: Esquema da avaliação Temporal de análise da ESEC Carijós – 1987 - 2016 .....	58
Figura 4: Modelo de Análise Básico – Pré-período (P0) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	104
Figura 5: Modelo de Análise Básico – 1º período (P1), compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	105
Figura 6: Modelo de Análise Básico – 2º período (P2) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	106
Figura 7: Modelo de Análise Básico – 3º período (P3) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	107
Figura 8: Modelo Funcional – Pré-período (PO) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle .....	129
Figura 9: Modelo Funcional – 1º período (P1) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle .....	130
Figura 10: Modelo Funcional – 2º período (P2) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle .....	131
Figura 11: Modelo Funcional – 3º período (P3) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle .....	132



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição da classificação numérica utilizada para avaliar os resultados do Modelo de Análise básico de uma UC .....	59
Quadro 2: Representação a ser utilizada nos triângulos do Modelo Funcional, demonstrando o nível do grau de influência: alto, médio e baixo, aspectos endógenos e/ou exógeno, positivos e/ou negativos.....	67
Quadro 3: Resumo descritivo dos resultados obtidos do Modelo de Análise Básico.....	102
Quadro 4: Resultado de forma numérico do Modelo de Análise Básico .....	103
Quadro 5: Resultado em conjunto, dos 4 períodos Analisados (Modelo de análise Básico) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	108
Quadro 6: Definição de aspectos de influência e controle (endógeno e exógeno).....	109
Quadro 7: Princípios da boa governança para áreas protegidas .....	113
Quadro 8: Resultado em conjunto dos 4 períodos Analisados (Modelo Funcional) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP .....	133
Quadro 9: Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle de cada período na ESEC Carijós (desde sua criação em 1987 até 2016) .....	135



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AJIN** – Associação dos Proprietários e Moradores de Jurerê Internacional
- Amigos de Carijós** – Associação de Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós
- AMORA** – Associação de Moradores do Ratonos
- AMP** – Áreas Marinhas Protegidas
- APA** – Área de Proteção Ambiental
- ARPA** – Programa de Áreas Protegidas da Amazônia
- CASAN** – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S. A.
- CCB/UFSC** – Centro de Ciências Biológicas
- CELESC** – Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.
- CEMAVE** – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres
- COMOSG** – Conselho Comunitário do Saco Grande
- CONAPA-BF** – Conselho Gestor é o da Área de Proteção Ambiental Baleia Franca
- CONSECA** – Conselho Consultivo da ESEC de Carijós
- DIREC/IBAMA** – Diretoria de Ecossistemas
- E** – Estrutura
- EA** – Educação Ambiental
- ECO-92** – Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- ECZ/UFSC** – Departamento de Ecologia e Zoologia
- ESEC Carijós** – Estação Ecológica de Carijós
- EUA** – Estados Unidos da América
- FLORAN** – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis
- FATMA** – Fundação do Meio Ambiente
- FNMA** – Fundo Nacional de Meio Ambiente
- G** – Gestão
- GEF** – *Global Environment Facility*
- GP** – Gestão Participativa
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBDF** – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
**IC** – Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**IMA/SC** – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina  
**IMC** – Investimentos Mínimos para a Conservação  
**IN** – Instrução Normativa  
**IPUF** – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
**LAGECI** – laboratório de Gestão Costeira Integrada  
**LOA** – Lei Orçamentária Anual  
**LOC** – Laboratório de Oceanografia Costeira  
**MAR** – Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas  
**MCI** – Manejo Costeiro Integrado  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MPE** – Ministério Público Estadual  
**MPF** – Ministério Público Federal  
**NEI** – Núcleo de Educação Infantil  
**NGI-UMC/SC** – Núcleo de Gestão Integrada de Unidades Marinho-Costeiras de Santa Catarina  
**ONG** – Organização não Governamental  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
**PDA** – Subprograma Projetos Demonstrativos  
**PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
**PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental  
**PNMA** – Política Nacional de Meio Ambiente  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPG-7** – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais  
**PPGECO/UFSC** – Programa de Pós-Graduação em Ecologia  
**ProNEA** – Programa Nacional de Educação Ambiental  
**RC** – Relação com a Comunidade  
**RDS** – Reserva do Desenvolvimento Sustentável  
**REBIO** – Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

**RESEX** – Reserva Extrativista  
**RPPN** – Reservas Particulares do Patrimônio Natural  
**SC** – Santa Catarina  
**SE** – Serviços Ecológicos  
**SEMA** – Secretaria Especial do Meio Ambiente  
**SG** – Saco Grande  
**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
**SPU** – Serviço do Patrimônio da União  
**TAC** – Termo de Ajustamento de Conduta  
**TAJ** – Termo de Acordo Judicial  
**UC** – Unidades de Conservação  
**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina  
**UICN** – União Internacional para a Conservação da Natureza  
**UNEP** – *United Nations Environment Programme*  
**UNPD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**ZA** – Zona de Amortecimento



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
1.1	HIPÓTESE.....	30
1.2	OBJETIVO GERAL .....	30
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
<b>2</b>	<b>BASE CONCEITUAL.....</b>	<b>33</b>
2.1	ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS .....	33
2.2	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC): HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA..	34
2.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	36
2.3.1	<i>Histórico e conceitos</i> .....	36
2.3.2	<i>Educação Ambiental e gestão participativa em UC</i> .....	39
2.4	GOVERNANÇA EM UC .....	45
2.5	SERVIÇOS AMBIENTAIS .....	47
2.5.1	<i>Serviços ambientais em UC costeiras</i> .....	47
2.5.2	<i>Perda de áreas de manguezais</i> .....	49
<b>3</b>	<b>ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>51</b>
3.1	O CASO REPRESENTATIVO DA ESEC CARIJÓS .....	51
3.1.1	<i>Caracterização geral</i> .....	51
3.1.2	<i>Atividades desenvolvidas e restrições de uso</i> .....	52
3.1.3	<i>Porque a ESEC Carijós como Estudo de Caso</i> .....	54
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>55</b>
4.1	PASSO A PASSO DA METODOLOGIA .....	55
4.1.1	<i>Definir um Modelo de Análise Básico – base de dados para Governança em UC</i> .....	55
4.1.2	<i>Descrever e analisar, ao longo do tempo, os Componentes Básicos de governança na ESEC Carijós</i> .....	60
4.1.2.1	Entrevistas .....	60
Fase 1:	A preparação da entrevista .....	61
Contextualização	teórica.....	61
Aplicação ao	Estudo de Caso .....	61
Autorização para	realização da entrevista.....	62
Descrição dos	Entrevistados .....	63
Fase 2:	A realização da entrevista .....	64
Contextualização	teórica.....	64
Aplicação ao	Estudo de caso .....	64
Fase 3:	O Tratamento da Entrevista.....	65
Contextualização	teórica.....	65
Aplicação ao	Estudo de caso .....	65

4.1.3 *Identificar, por meio da análise de um Modelo Funcional, os principais aspectos de influência e controle de uma Governança Ambiental Sistêmica para a ESEC Carijós* ..... 66

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO** ..... 69

PRIMEIRO CONJUNTO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO ..... 69

5.1 **MODELO DE ANÁLISE BÁSICO: ESTRUTURA DE PARTIDA – BASE DE DADOS PARA GOVERNANÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**..... 69

5.1.1 *Resultados descritivos por períodos na ESEC Carijós*..... 69

5.1.1.1 Pré-período (P0) → 1987 a 1998 ..... 70

Estrutura..... 71

Gestão ..... 71

Relação com a Comunidade..... 72

Outros ..... 73

Serviços Ambientais da ESEC Carijós..... 73

Considerações Gerais..... 74

5.1.1.2 Primeiro Período (P1) → 1998 a 2002 ..... 75

Estrutura..... 75

Gestão ..... 76

Relação com a comunidade..... 77

Gestão Participativa ..... 77

Terceiro setor na ESEC Carijós ..... 79

Glebas de Ratonés e Saco Grande..... 79

Outros ..... 80

Saída da Gestora 1 ..... 80

Considerações gerais..... 80

5.1.1.3 Segundo Período (P2) → 2002 a 2010..... 81

Estrutura..... 81

Gestão ..... 82

Relação com a Comunidade..... 83

Educação Ambiental ..... 83

Gestão Participativa ..... 85

Conselho Gestor da ESEC Carijós ..... 87

Momento de relevância no CONSECA ..... 88

Exoneração do Gestor 2 ..... 89

Outros ..... 90

Finalização da parceria entre ESEC Carijós e IC..... 90

Considerações gerais..... 91

5.1.1.4 Terceiro Período (P3) → 2011 a 2016 ..... 92

Estrutura..... 92

Gestão ..... 93

Relação com a comunidade..... 94

Educação Ambiental ..... 94

Relação com os pescadores..... 96

Conselho Gestor da ESEC Carijós ..... 96

Outros ..... 99

Exoneração do Gestor 3.....	99
Considerações gerais .....	100
5.1.2 <i>Resultados figurados e resumos do Modelo de Análise</i>	
<i>Básico de cada período na ESEC Carijós .....</i>	<i>100</i>
5.1.2.1 Resultados figurados do Modelo de Análise Básico de cada	
período na ESEC Carijós.....	104
SEGUNDO CONJUNTO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	109
5.2 MODELO FUNCIONAL: ASPECTOS DE INFLUÊNCIA E CONTROLE DE	
UMA GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL SISTÊMICA .....	109
5.2.1 <i>Resultados descritivos Modelo Funcional.....</i>	<i>109</i>
<i>Panorama geral.....</i>	<i>110</i>
<i>Estrutura .....</i>	<i>114</i>
Recursos nas UC em geral.....	114
Recursos ESEC Carijós.....	115
Autonomia e interesses locais da UC .....	116
<i>Gestão e relação com a comunidade .....</i>	<i>118</i>
Participação das comunidades locais.....	118
Plano de Manejo.....	119
Conselho Gestor.....	120
Conselho gestor no Brasil.....	120
Conselho Gestor da ESEC Carijós .....	122
Conflitos em outras UC no Brasil.....	124
Gestão de conflitos na ESEC Carijós .....	124
Resultado das ações junto à comunidade.....	126
Benefícios de investimento na relação com a comunidade.....	127
5.2.2 <i>Resultados resumidos e figurado do Modelo Funcional .....</i>	<i>129</i>
<b>6 CONCLUSÕES .....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>165</b>
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA USADO NESTA PESQUISA –	
FUNCIONÁRIOS DO ICMBIO E DE ÓRGÃOS AMBIENTAIS PÚBLICOS	
RELACIONADOS À ESEC CARIJÓS .....	167
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA USADO NESTA PESQUISA –	
COMUNIDADE DE ENTORNO DA ESEC CARIJÓS.....	169
APÊNDICE C: LISTA DOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	171
<b>ANEXOS.....</b>	<b>173</b>
ANEXO I: DECLARAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO PPGE/UFSC PARA	
AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DESTA PESQUISA, SOB TERMO DE	
RESOLUÇÃO CNS 466/12 E SUAS COMPLEMENTARIEDADES, EM	
01/07/2016.....	175

ANEXO II: FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS. (PLATAFORMA BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP, 01.07.2016).....	177
ANEXO III: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP PARA ESTA PESQUISA. (PLATAFORMA BRASIL).....	181

# 1 INTRODUÇÃO

O tema desta tese é a Governança na Gestão das Unidades de Conservação (UC), tendo como foco principal a utilização – forma organizada e lógica de representar a governança. Essa utilização combina aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos e influência/controla (endógenos e exógenos).

O movimento moderno para a delimitação de áreas protegidas originou-se no século XIX, tendo motivadores diversos e específicos para cada região do planeta, seja por mudanças climáticas, controle de erosão e água potável, seja por proteção da paisagem, aumentando o número de áreas protegidas de forma exponencial durante o século XX (DUDLEY et al, 2005; IUCN, 2010). Sendo criadas para conservação de áreas naturais, fundamentais para proteção da biodiversidade, a partir do século XXI ganham outro *status* além desses, tendo outras abordagens importantes, como o uso para o bem-estar humano, suporte para proteger espécies e diversidade, manutenção de serviços ecossistêmicos, apoio aos meios de subsistência para as populações locais, além do uso do espaço para atividades recreativas, espirituais e de bem-estar (BARRAGÁN, 2014; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; DUDLEY et al, 2005; IUCN, 2010; WWF, 2014).

Da mesma forma, muitas áreas costeiras importantes para a biodiversidade estão inseridas em UC, sendo essa uma estratégia fundamental para a sua proteção. Nelas, atualmente, vivem cerca de 40% da população mundial e apresenta 38% de todo o valor dos serviços ecossistêmicos de todos os ecossistemas do mundo (BARRAGÁN, 2014). No Brasil, um dos países com maior diversidade de vida no planeta, essas áreas também vêm sendo uma estratégia para conservação da natureza, sendo que as UC atingem 33,5% do território brasileiro em diferentes categorias e modos de gestão. Incluindo áreas marinhas e terrestres (ARRUDA, 1999; IBAMA, 2001; WWF, 2014, ICMBio/MMA, 2018a). No entanto, tem-se enfrentado alguns desafios nesse movimento das UC como ferramentas de conservação no Brasil e em outras áreas protegidas no mundo. Merecem destaque a falta de participação mais efetiva da população e a ausência de uma boa governança, que tem se mostrado como desafio desde o início da criação das primeiras UC no Brasil, no final da década de 1930, dificultando a implementação, de fato, dessas unidades e sua gestão – realidade que ainda persiste nos dias atuais (TOZZO; MARCHI, 2014).

Há problema de governança nas UC, sendo que estes podem estar relacionados à ausência de diferentes fatores, como uma gestão adequada que contenha: (1) instrumentos de suporte à gestão e sua base legal e política (incluindo zona de amortecimento, ordenamento territorial, plano de manejo realizado pelo órgão competente com participação efetiva dos atores interessados no processo, conselho gestor, entre outros); (2) uma estrutura adequada (física e humana), para o bom funcionamento da UC, com investimento e sustentabilidade efetiva, necessários para uma boa gestão (JONES; QIU; SANTOS, 2013; MCCAY; JONES, 2011; POMERO; PARKS; WATSON, 2004); e (3) uma efetiva relação com a comunidade, capaz de envolver, fortalecer, sensibilizar estes atores, trocando experiências, trazendo informações pertinentes, dando um sentido de pertencimento aos envolvidos, valorizando sua participação nos processos de tomada de decisões (BARRAGÁN, 2014; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; MCCAY, JONES, 2011). Nesse sentido, uma boa governança pode ser interpretada como uma relação equilibrada entre Gestão, Estrutura e Relação com a Comunidade, com enfoque na preservação dos seus serviços ecossistêmicos.

No V Congresso Mundial de Áreas Protegidas, realizado na África do Sul em 2003, o conceito de governança foi amplamente discutido, sendo que alguns conceitos ficam evidentes neste período, conforme apresentados a seguir. Pode ser a “situação ideal de uma boa administração” (NGUINGURI, 2003, p. 16) ou ainda as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas sobre questões de interesse público e como cidadãos ou outras partes interessadas têm uma palavra a dizer, ou sua opinião sobre o assunto abordado (BORRINI-FEYERABEND, 2003; GRAHAM, 2003). Também se afirma que “a boa governança baseia-se em uma mistura sutil entre democracia eletiva e democracia participativa” (PUZ; BÉCHAUX; JENKINS, 2003).

A partir dessas premissas, e entendendo que existem muitos outros conceitos de governança, assume-se aqui o conceito de um Modelo de Governança Socioambiental Sistêmica, adaptado à proposta deste trabalho, ou seja, assumir a boa governança como um sistema complexo de interações com foco em saúde ambiental e bem-estar humano, com efetivas interações entre estruturas, relação com a

comunidade e gestão participativa<sup>1</sup>, em como as decisões são tomadas nas questões de interesse público e como cidadãos, ou outras partes interessadas, podem participar do processo. Governança é pensada aqui como um sistema complexo de interações (endógenos e exógenos), nos quais existe uma boa condição (estrutura) para adequadas decisões (gestão), de forma participativa (relação com a comunidade).

Além do conceito de governança, cabe aqui também definir o conceito de Unidades de Conservação, com o olhar sobre o território destes espaços predeterminados para sua proteção.

Segundo o SNUC (BRASIL, 2000) Unidades de Conservação são definidas como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Neste conceito do SNUC como ponto de partida para se pensar nas UC como referência de proteção de ambientes naturais, o termo território deve ser destacado pela sua importância no uso e ocupação destes espaços. O mesmo vem sendo apresentado e discutidos por outros autores que se desdobram na discussão acerca de áreas protegidas, do uso e da proteção de seus territórios.

Segundo FERRETI (2013), território pode ser identificado quando há intervenção social sobre a paisagem, delimitando-o e conferindo-lhe atributos como de preservação e conservação aos seus elementos, sendo constituído em um espaço por relações marcadas para e pelo poder e pela construção de identidades.

---

<sup>1</sup> “A gestão participativa é comumente definida pelo compartilhamento de poderes e responsabilidades entre os diferentes atores, sendo os principais o governo e a comunidades locais” (CERATI et al, 2011, p. 4). Além disto, participação pode ser olhada como o cerne de um processo educativo, gerando a interação entre diferentes atores sociais dentro de um espaço comum que tenham um destino coletivo, dando ao indivíduo a capacidade de ser um ser livre e capaz de se responsabilizar pelos seus atos de forma consciente (LOUREIRO, 2004).

Pode-se, ainda, entender território como a demarcação de um espaço de construção coletiva, social, podendo ser definido após um conflito e/ou diferentes pressões, tais como: social, cultural e ambiental, sempre ideológico, algumas vezes sutil, em outras, nem tanto (FERRETI, 2013). Este conceito pode trazer interações necessárias entre sociedade e natureza, definindo o uso de determinado espaço e suas relações entre os seres que ocupam este território (FERRETI, 2013).

Assim, o território deve ser também um ponto de partida importante, do olhar sobre as UC como espaços delimitados para sua proteção, definida nem sempre por quem ocupa o mesmo antes de sua determinação legal como tal, acarretando conflitos, muitas vezes difíceis de serem solucionados ao longo do tempo.

O trabalho está estruturado da seguinte forma, conforme apresentado abaixo e descrito a seguir cada uma de suas etapas.:

- Hipótese
- Objetivos gerais e específicos
- Base Conceitual
- Metodologia
- Estudo de Caso
- Resultados e Discussão
- Conclusão
- Anexos e Apêndices

## **1.1 Hipótese**

A hipótese assumida para este trabalho é a de que a efetividade de Unidades de Conservação depende de um estruturado Sistema Socioambiental de Governança, incluindo os pilares da gestão, estrutura e, destacadamente, a relação com a comunidade e seus padrões de influências internas e externas, às quais essas UC estão submetidas.

**OBJETIVOS**

## **1.2 Objetivo Geral**

A partir de uma análise prospectiva da Governança Socioambiental de Unidades de Conservação com base em um Estudo de Caso, indicar os elementos e processos que a limitam, assim como aqueles que possam melhorar seu nível de eficiência.

### 1.3 Objetivos Específicos

- Definir um Modelo de Análise Básico – Estrutura de partida para governança em Unidades de Conservação;
- Descrever, ao longo do tempo, os Componentes Básicos de governança na ESEC Carijós – tomada como estudo de caso e considerando o Modelo de Análise Básico;
- Identificar, por meio da análise de um Modelo Funcional, os principais aspectos de influência e de controle de uma Governança Ambiental Sistêmica para a ESEC Carijós.



## 2 BASE CONCEITUAL

### 2.1 Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

A Convenção de 1992 para a Diversidade Biológica definiu como meta um aumento de 10% da área marinha global, a ser designado como Áreas Marinhas Protegidas (AMP) ou UC costeiras, o que até o ano de 2010, não havia sido atendido. No entanto, estudos demonstram que, nas últimas duas décadas, tem havido um rápido incremento na pesquisa de AMP e sua efetiva implementação em todo o mundo (MCCAY; JONES, 2011). Em 2018, o Brasil muda um pouco esta realidade, criando as áreas de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo<sup>2</sup>, que somadas, as áreas atingem 92.584.798,96 hectares, passando o Brasil de 1,5% de áreas marinhas protegidas para 25%, fazendo o país cumprir a Meta 11 de Aichi, que prevê a proteção de, no mínimo, 17% das áreas marinhas e costeiras de cada país até 2020 (BRASIL, 2018; ICMBio/MMA, 2018b). Com certeza, um grande feito, mudando uma realidade no papel, mas que, na prática, sabe-se que não é tão simples assim, sendo que há um longo caminho a ser percorrido para que se consiga efetivamente tornar estas áreas protegidas.

A zona costeira do Brasil apresenta um alto grau de impacto humano, principalmente a partir da colonização europeia. A forte ocupação ocasionou uma intensa degradação sofrida no bioma Mata Atlântica, que cobria a maior parte do litoral do País. Atualmente, a cobertura vegetal desse bioma se encontra reduzida a uma área de aproximadamente 7% da área original (IBGE, 2011). Essa ocupação vem causando impactos também no bioma marinho e na sobrevivência das diversas espécies desse ambiente. O Brasil apresenta (segundo o censo demográfico de 2010) cerca de 30% da população vivendo em cidades na zona costeira, população ocupada em atividades ligadas ao turismo, à produção de petróleo e gás natural, à pesca e a serviços (IBGE, 2011).

---

<sup>2</sup> As APAS São Pedro e São Paulo foram criadas com a finalidade de conservação e o uso sustentável da biodiversidade, seus recursos biológicos e genéticos e seus serviços ambientais associados, incluindo os recursos pesqueiros e os demais componentes da biodiversidade marinha com potencial econômico e de interesse científico do referido Arquipélago e da sua Zona Econômica Exclusiva (BRASIL, 2018).

Os litorais contêm os ecossistemas de maior diversidade e produtividade, produzem a maior quantidade de pescado e sustentam uma importante parte da atividade portuária, de transporte, agricultura, aquicultura, indústria e turismo mundiais (GRANADOS, 2011). As formas tradicionais de gestão setorial não têm conseguido frear sua destruição ecológica, com suas consequências sociais e econômicas, sendo que o padrão de produção não é apropriado e as nações desperdiçam com frequência o ativo de seus recursos marinhos e costeiros (GRANADOS, 2011). A crescente pressão urbana para o desenvolvimento nas áreas litorâneas, e seu paradigma de constante crescimento econômico, demanda estratégias conjuntas de planejamento e gestão, para enfrentar os urgentes problemas ecológicos e socioeconômicos que são cada vez mais complexos e inter-relacionados (GRANADOS, 2011).

Em muitas estratégias, em propostas ou em programas de gestão em regiões costeiras, reconhece-se, a princípio, que existe uma política pública, e por isso será implantada como tal. No entanto, parece que à medida que essas iniciativas acontecem, tal premissa se desfaz, até chegar quase a ser ignorada. Parece que, na maioria das vezes, os trabalhos técnicos são vencidos pela lógica e por decisões meramente políticas (BARRAGÁN, 2014), perdendo o propósito do que realmente importa: a preservação desses ambientes, associada ao bem-estar humano.

## **2.2 Unidades de Conservação (UC): histórico e importância**

O histórico de criação das UC no Brasil está relacionado com o início da sensibilização mundial em relação, principalmente, à proteção de áreas naturais (IBAMA, 2001). A partir desse primeiro olhar para a criação de áreas protegidas, vários movimentos acontecem no mundo todo. Nesse sentido, o modelo de UC adotado no Brasil e em outros países é uma das principais estratégias para a conservação da natureza, nascendo da concepção de áreas protegidas do século passado nos Estados Unidos, com a criação do Yellowstone National Park, em 1872, para proteger a vida selvagem, expandindo-se para o Canadá e países europeus, consolidando-se a partir da década de 1960, quando as áreas protegidas aumentaram em todo o mundo (ARRUDA, 1999).

Esses lugares são também entendidos como ideais para o ser humano reverenciar a natureza intocada, recarregar suas energias materiais e espirituais e pesquisar sua própria natureza, sendo essencial para a existência de pessoas sadias, empresas sustentáveis e economias

sólidas (ARRUDA, 1999; BARRAGÁN, 2014; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; DUDLEY et al., 2005; IUCN, 2010; WWF, 2014).

No Brasil, especificamente, ocorre a criação dos três primeiros Parques Nacionais entre os anos de 1935 a 1939, intitulados: Parques Nacionais do Itatiaia, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Parque Nacional do Iguaçu (BRASIL, 1937, 1939a, 1939b). Em função da construção de Brasília, foi vista a necessidade de criação de áreas protegidas deste bioma, na região central do Brasil, surgindo entre 1960 e 1964, ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e das Emas (BRASIL, 1961, 1972; IBAMA, 2001). Entre 1975 e 1979, foi criada a Reserva Biológica do Atol das Rocas, primeira UC Marinha criada no Brasil (BRASIL, 1979; IBAMA, 2001).

A legislação que foi sendo instituída nesse período, impulsionada pelo movimento às questões ambientais no Brasil e no mundo, vão dando maior importância e proteção aos ambientes naturais do país. Entre esses órgãos estão o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) criado em 1967, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973. Em 1989, a SEMA e o IBDF foram extintos e foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (BRASIL, 1967, 1973, 1989).

Em 2000 é criado o SNUC pela Lei 9985/2000, sendo regulamentado pelo Decreto 4340/2002, que passam a fornecer os mecanismos legais à categorização e o estabelecimento de unidades de conservação no Brasil (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002). O SNUC se apresenta como “um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de UC”, (IBAMA, 2001; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; ICMBio, 2015; BRASIL, 2000), ou seja, apresenta os instrumentos legítimos para suportar a categorização e nortear as UC no Brasil a partir desta data.

Segundo o SNUC, as UC são agrupadas em duas grandes categorias: a) de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre); b) de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural), as quais podem ser administradas pelo poder federal, estadual ou municipal (DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; IBAMA, 2001).

Nas últimas três décadas, o sistema federal de UC foi ampliado em 369%, passando de 16 milhões de hectares protegidos, em 1985, para uma área superior a 76 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 9% do território nacional terrestre (ICMBio, 2015). Dados de 2018 apontam que existem no país 335 UC federais, gerenciadas pelo ICMBio, (ICMBio/MMA, 2018a), sendo que em Santa Catarina (SC), o ICMBio é responsável pela administração de 16 UC federais, inseridas no bioma mata atlântica e na zona costeira e marinha (JUNIOR et al., 2015; ICMBio/MMA, 2018b). Além dessas, há outra 27 UC nas esferas municipais, estaduais e particulares, e que possuem área delimitada e estão enquadradas no SNUC (ICMBio/MMA, 2018c).

Em Santa Catarina são 13 UC Estaduais administradas pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC)<sup>3</sup>, órgão executor da política de meio ambiente de SC, protegendo cerca de 118.549 hectares (1,24% da área do estado) (FATMA, 2015).

## **2.2.1 Unidades de Conservação na Ilha de Santa Catarina**

As áreas protegidas na Ilha de Santa Catarina ocupam um total de 128,32 km<sup>2</sup>, representando 30,07% da área total da Ilha. Deste total, 79% estão protegidas dentro de 15 Unidades de Conservação, somando uma área total de 101,42 km<sup>2</sup>, além de uma área protegida diferenciada, a Unidade de Conservação Ambiental Desterro (UCAD), administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC, 2018).

## **2.3 Educação Ambiental**

### **2.3.1 Histórico e conceitos**

A Educação Ambiental ganha espaço na mídia global por movimento ocorrido em diversos países e grupos sociais, impulsionados pela mídia, principalmente a partir dos anos 60, 70 e 80 (DIAS, 2003; REIGOTA, 2009). O Clube de Roma (criado em 1968 por um grupo de especialistas) publicou em 1972 o relatório *The limits of growth* (Os limites do crescimento), documento que denunciava a busca incessante pelo crescimento da sociedade a qualquer custo e pela meta de ela se tornar cada vez mais rica e poderosa, sem levar em conta os custos desse crescimento (DIAS, 2003; MEADOWS et al., 1972, p.11; REIGOTA,

---

<sup>3</sup> O Projeto de Lei 0438.5/2017 transformou a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA).

2009). Nesse mesmo ano também acontece a Conferência da ONU sobre o ambiente humano, em Estocolmo, a qual, entre outras metas, recomenda que seja estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental, reconhecendo-a como elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo (BRASIL, 2005a; DIAS, 2003). Mas é a partir da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (Tbilisi, em 1977), que a educação ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta (BRASIL, 2005a; REIGOTA, 2009; SORRENTINO et al., 2005).

A partir da década de 1980, diversas ações começaram a ganhar mais força no Brasil, com o foco na participação social nas políticas ambientais, bem como em subsídios que puderam amparar as ações de construção coletiva com caráter transversal, indispensáveis e indissociáveis da política educacional brasileira, amparadas por diversos documentos, como: a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), de 1981; a Constituição de 1988; a Agenda 21 (assinado por 179 países na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (ECO-92)<sup>4</sup>; a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de 1997; e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em 1999 (ABIRACHED; TALBOT, 2015; BRASIL, 1999; DIAS, 2003; LOUREIRO, 2004). Em 2005, é criada uma importante ferramenta para fortalecer e fomentar a gestão da PNEA: o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a fim de promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação às mudanças culturais e sociais do país (BRASIL, 2005a).

A partir dessas iniciativas, é importante entender que surgiram várias linhas de conceituação sobre o que é a educação ambiental, para que e para quem ela se destina. A educação ambiental surge, primeiramente, como uma necessidade de trabalhar o olhar para a conservação da natureza, de forma fragmentada, sem levar em conta

---

<sup>4</sup> Em 1992 o Brasil é palco de uma grande discussão a nível mundial, sendo representante da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nomeia-se a agenda 21 como o Plano de Ação para a sustentabilidade humana e recomenda-se que a Educação Ambiental seja o processo de promoção estratégico deste novo modelo de desenvolvimento sugerido (ABIRACHED & TALBOT, 2015; DIAS, 2003).

outros aspectos, sejam sociais, políticos, culturais, econômicos (MADUREIRA; TAGLIANI, 1997; REIGOTA, 2009). No entanto, percebeu-se que havia a necessidade de um novo olhar para a educação, no sentido dos indivíduos como seres políticos, que fazem parte da natureza. Levando isso em consideração, a educação ambiental deve ser emancipatória, com o olhar para o outro, considerando os diferentes tipos de atores envolvidos em processos de tomadas de decisões, suas escolhas e propósito de vida e sua relação com o ambiente em que vivem. Para Loureiro (2004), a educação ambiental tem como sentido primordial estabelecer processos práticos e de reflexão, que possam consolidar valores que sejam direcionados e aceitos como favoráveis à sustentabilidade, à justiça social e à preservação da vida. Uma educação ambiental crítica e emancipatória, que leve o sujeito a se apropriar dos bens naturais, da gestão participativa e do exercício da cidadania, pois isso será capaz de levar os sujeitos a se ressignificarem como parte da natureza (LOUREIRO, 2004).

A PNEA afirma, em seu Art.1º, que:

[...] a educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida [...] (BRASIL, 1999).

O MEC (2007, p.14) entende que a educação ambiental pode ser algo realmente transformador, trazendo novas maneiras de conviver com o mundo em totalidade e complexidade, respeitando as diversas formas de vida, cultivando novos valores e criando uma cultura de paz. Para Loureiro (2004), a educação ambiental tem como sentido primordial estabelecer processos práticos e de reflexão, que possam consolidar valores direcionados e aceitos como favoráveis à sustentabilidade, à justiça social e à preservação da vida.

A partir dessas definições, como projeto desta tese, define-se educação ambiental como um processo de construção do saber individual para o coletivo. Essa é uma proposta de uma nova educação que deve trazer um olhar mais sistêmico para o modo de vida atualmente aplicado, em busca de relações mais harmoniosas com o meio ambiente e melhor uso dos recursos naturais, repensando os modelos atuais de consumo.

### 2.3.2 Educação Ambiental e gestão participativa em UC

As UC e sua atuação direta em comunidades específicas, por exemplo, populações tradicionais, se destacam como espaços pedagógicos para a prática da educação ambiental (LOUREIRO 2004), incluindo neste processo a gestão participativa. Como ferramentas legais para gestão participativa em UC, pode ser citado como elemento de partida o Plano de Manejo. O Plano de Manejo um composto por um documento técnico com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, no qual deve ser estabelecido o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos seus recursos naturais, incluindo a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão destas Unidades (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002).

Dentro do Plano de Manejo, frisa-se um importante espaço de ação educativa e participativa de gestão – os Conselhos Gestores –, que podem ser destacados por serem espaços para se definir e se estabelecer a gestão e o diálogo entre a sociedade civil e setores do governo e de políticas públicas (ABIRACHED; TALBOT, 2015; LOUREIRO; CUNHA, 2008; LOUREIRO 2004).

O Conselho Gestor é um fórum de discussão das UC e suas áreas de entorno, com o objetivo de tratar de questões ambientais, políticas, econômicas, sociais e culturais; regulamentado pelo Decreto 4340/2002 que do SNUC, que afirma, entre outros, que o Conselho deve “acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; como uma ferramenta na elaboração do Plano de Manejo” (BRASIL, 2002). Porém, em 2014, ele recebe sua Instrução Normativa (IN) específica, na qual são definidas com mais clareza a função e a forma de sua atuação, afirmando, em seu artigo Art. 2º, que sua função se constitui em um:

fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da Unidade de Conservação, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a Unidade de Conservação. (BRASIL,2014).

O ICMBio elaborou em 2014 um guia para gestores e conselheiros em UC, com a proposta de orientar e nortear os Conselhos Gestores em todas as suas etapas. Há dois tipos de Conselhos: os

Consultivos, nos quais seus conselheiros podem emitir manifestações sobre os assuntos relacionados à gestão das Unidades de Conservação; e os Conselhos Deliberativos, que têm o poder de deliberar sobre assuntos relacionados à gestão. Somente as categorias Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Reserva Extrativista (RESEX) podem ter Conselho Deliberativo, sendo que este possui uma capacidade maior de participação dos atores envolvidos, dando mais poder de voto e tomada de decisão de maneira efetiva, mas o Conselho Consultivo tem também como premissa a participação dos atores envolvidos e a construção de um processo democrático (ABIRACHED; TALBOT, 2015), o que nem sempre acontece na prática.

Há de se avaliar se os Ciclos de Gestão de um Conselho estão ocorrendo e de que forma, para que se possa avaliar se há um processo efetivo de participação. O Ciclos de Gestão se dividem em 4 Partes a seguir: 1. O contexto da participação social e política, incluindo aqui desde legislação até contexto social e histórico; 2. A formação do Conselho, sua categoria, competência e diretrizes; 3. O funcionamento do Conselho, olhando sua estrutura, formação, participação, mobilização, suas Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho e 4. Sua constante avaliação e modificação da composição do Conselho, conforme as mudanças e necessidades que foram surgindo ao longo do tempo. (ABIRACHED; TALBOT, 2015).

A formação de um Conselho Gestor é fundamental para executar e administrar as UC, pois aproxima a sociedade dos processos decisórios inerentes à gestão de áreas protegidas, confere transparência ao processo, favorece construção de laços de confiança, contribui para a integração de atores envolvidos e seu território e amplia a legitimidade das políticas de meio ambiente (ABIRACHED; TALBOT, 2015). No entanto, ter um Conselho Gestor nem sempre é uma forma de garantir e de minimizar as assimetrias e as diferenças de condições de atuação entre os atores sociais, sendo a educação ambiental e a gestão participativa uma ferramenta norteadora nesse espaço e desse processo, o qual deve ser cuidado e fortalecido para tomadas de decisões de forma democrática (FICHER et al., 2009; LOUREIRO, 2004). Contudo, fortalecer os conselhos das UC, por exemplo, buscando envolver os diferentes interesses e representações nesses espaços, não tem sido tarefa fácil, devido a diversas dificuldades encontradas para uma efetiva participação social e implementação das UC no Brasil.

Quanto à participação, apesar de o envolvimento da comunidade estar inserido nas diretrizes que regulamentam o SNUC, além de definido por outras leis e diretrizes no Brasil, parece que elas nem

sempre estão sendo cumpridas na prática. Embora não haja um protocolo formal de como devam ocorrer, conforme apresentado acima, já existem recomendações disponíveis, em artigos e livros sobre a Educação Ambiental e a gestão participativa nas UC, apresentando exemplos e dando direcionamento em relação a essa prática, conforme apresentado ao longo desta pesquisa.

Geralmente, nega-se essa relação entre os espaços protegidos e as comunidades que habitam o local ou seu entorno. Na grande maioria das vezes, as comunidades localizadas no entorno das UC ou dentro delas foram, em várias ocasiões, excluídas dessa gestão e, inclusive, atingidas pelas restrições de usos que ocorrem nesses espaços, o que fica mais evidente nas UC de proteção integral, podendo apresentar problemas, difíceis de ser corrigidos, nos demais estágios (ARRUDA, 1999; LOUREIRO; CUNHA, 2008; GONZALEZ; JENTOFT, 2010). As decisões no ambiente dessas áreas protegidas também costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais, reforçando uma percepção negativa sobre essas áreas protegidas, dificultando um processo de conservação e uso sustentável desses espaços (ARRUDA, 1999; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

De qualquer forma, para que esses atores se interessem em participar das discussões, e tenham interesse a respeito do meio ambiente em que vivem, precisam receber informações, sendo a educação ambiental uma ferramenta fundamental para sensibilizar a população acerca do meio em que se vive. Uma vez tendo esse conhecimento, essas pessoas passarão a ter mais estímulo em preservar os recursos naturais, vendo qual o papel desse ecossistema para sua qualidade de vida (SCHERER, 2001).

Alguns exemplos mostram uma visão diferente, como é o caso da AMP do Caribe (na Nicarágua), onde há a preocupação, desde o início do processo, em relação ao interesse e à voz das comunidades afetadas, entendendo ser fundamental saber o interesse dos atores envolvidos, em vez de fazer um plano predeterminado e apressado de tomadas de decisões (GONZALEZ; JENTOFT, 2010).

Outro exemplo é o trabalho desenvolvido na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, no Paraná, abrangendo 11 municípios. A APA foi criada sem o conhecimento dos moradores e, depois de 17 anos, teve início um processo de participação da

comunidade. No início, houve muita resistência e receio em participar por partes dos atores envolvidos, mas um forte trabalho de envolvimento e inserção da comunidade e outros atores de interesse para a formação do Conselho Gestor e da elaboração do Plano de Manejo foi fundamental para o sucesso do trabalho, que durou 3 anos para se efetivar (FICHER et al., 2009).

Nesse sentido, a educação ambiental e a gestão participativa são fundamentais para, por exemplo, a formação de um conselho bem qualificado, sendo um processo de aprendizagem, desenvolvendo as capacidades e competências necessárias para uma atuação qualificada dos cidadãos nos espaços coletivos. A educação começa na mobilização para a criação do conselho, por exemplo, e deve dar continuidade, na sua implementação, ampliando e aprofundando os temas tratados.

O foco da educação ambiental nas UC em geral tem a função de promover uma participação ativa e qualificada da coletividade na gestão da unidade, podendo ser usado como um espaço pedagógico, onde podem ser concretizadas práticas e experiências metodológicas (DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; LOUREIRO, 2004).

Olhando especificamente para as áreas costeiras, mas que atingem da mesma forma outras regiões, Barragán (2014) reforça o fato de que um trabalho como esse não pode deixar de lado as pessoas que vivem nesse espaço, apropriam-se dele, trazem causas e consequências em função de sua atividade, de seu modo de vida e de sua visão de mundo. Isso ocorre porque o planeta atualmente conta com 7 bilhões de pessoas (mais da metade delas vivendo nas zonas costeiras) (BARRAGÁN, 2014). É importante lembrar que os ecossistemas não necessitam de gestão ou administração, já que os mesmos vêm administrando-se por si próprios há centenas de milhões de anos (BARRAGÁN, 2014). Portanto, essa é uma ação humana, com foco no ser humano, não podendo ocorrer sem a participação efetiva dele.

Ainda em relação à falta de inserção social, Granados (2011) afirma que, com frequência, nas políticas da gestão costeira não se fala da necessidade de mudar os critérios de gestão, tampouco os padrões econômicos que levam à uma degradação ecológica e à exclusão social cada vez maiores. Além disto, o Manejo Costeiro Integrado (MCI) se centraliza na gestão de restauração e conservação natural do litoral, sem considerar as pessoas que vivem nesse espaço e a realidade singular delas.

Diegues (2000) também comenta sobre essa realidade: quando não se olha para as populações tradicionais que vivem nesses locais nos quais são criadas UC, principalmente as de proteção integral, as pessoas

ficam à margem do processo, totalmente excluídas, tendo que viver, muitas vezes, em outras regiões, sendo que, em grande parte, essa incorporação visa a minimizar conflitos potenciais ou existentes e não necessariamente a oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações locais.

No que diz respeito à contribuição das populações tradicionais para a conservação, essa falta de olhar a elas começou a ser questionada a partir dos anos 1970, quando começou a gerar conflitos sociais e culturais sérios com as populações locais em áreas criadas para proteção, além do olhar de grandes organizações ambientalistas internacionais, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o que culminou com uma posição francamente favorável a essa contribuição durante o IV Congresso Internacional da UICN, em Caracas, em fevereiro de 1992 (DIEGUES, 2000; IUCN, 2010; MCNEELY, 1994; SOUZA, 2003).

Ezequiel, um pescador que vive na Ilha do Cardoso (litoral de São Paulo, Brasil), dá um relato importante para a reflexão do pensamento popular, e como se deve pensar e agir sobre e para com ele. Para ele, a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso não foi algo bom a princípio, já que afugentou o morador nativo do local, trouxe moradores “estranhos”, trouxe hábitos mais consumistas para o caiçara em períodos de intenso turismo. Quando questionado sobre quem deve vir primeiro, o homem ou a natureza, Ezequiel responde:

Acho que primeiro vêm o humano, depois o recurso natural. O pensamento do movimento ecológico é que o biólogo vem em primeiro lugar. Isto é falta de respeito com o ser humano, pois ele não é apenas um animal de cadeia alimentar. Demos um curso de tecnologia e cultura caiçara. O discurso se alinhava assim: preservar a cultura caiçara, para manter o ecossistema. (TAMAIÓ; SINICO, 2000 p. 116).

Entende-se que um grupo tem que estar preparado para atuar na participação e nas tomadas de decisões. Isso implica conhecimento, mas também interesses em comum e um olhar para a melhoria da qualidade de vida das populações que ali residem, assim como do meio em que estão inseridas. Não se deve de maneira alguma deixar de lado o conhecimento popular, que muitas vezes é fundamental ao resultado de trabalho de grupo.

Um exemplo que pode surpreender para quem entende que o único conhecimento vem dos livros e de grandes teóricos foi apresentado por Barragán (2014), quando demonstra a experiência da Agenda 21 do litoral de La Janda (Cádiz, Espanha). Nesse trabalho, envolvendo várias entidades da sociedade civil organizada, o autor surpreendeu-se com a participação de um modesto agricultor que, sem nenhuma formação escolar, mostrou ser um grande líder e dinamizador das reuniões participativas que foram realizadas. Ele relata “Ademais, era uma pessoa cuja inteligência social e sistema de relações nos permitiu conhecer meandros da comarca, que dificilmente viriam à tona com estudos do tipo acadêmico e científico” (BARRAGÁN, 2014 p. 288).

Importante frisar que nem sempre ações de educação ambiental irão chegar a uma gestão participativa. Elas podem ser uma ferramenta para, mas nem sempre conseguem alcançar esse objetivo. E ações de sensibilização em diferentes instâncias podem ser importantes. Mesmo que não se alcance uma gestão participativa de maneira efetiva, elas podem ser o caminho para a compreensão do que acontece no ambiente em volta e o repensar nas ações e escolhas relativas à vida das pessoas e do meio que as envolve.

Dessa forma, entende-se ser fundamental apresentar os resultados deste trabalho de maneira diferenciada, já que nem sempre o que é realizado como ação de educação ambiental pode ser associado a uma gestão participativa, entendendo que a gestão participativa é um processo muito mais complexo, incluindo uma tomada de decisão em conjunto e de envolvimento efetivo dessas comunidades.

A relação com a comunidade é proposta como um caminho de construção-chave, contribuindo para a estruturação da gestão e governança efetivas em UC. No prefácio de seu livro, Barragán (2014) faz uma descrição dos problemas da falta do olhar sobre o humano e sobre o meio em que está inserido. Evidências demonstram que um trabalho como esse não pode deixar de lado as pessoas que vivem nesse espaço, tampouco o conhecimento adquirido por elas mesmas, sendo que iniciativas inovadoras e participativas podem fazer a diferença no auxílio à criação, ao planejamento, à implementação e à gestão de uma UC (BARRAGÁN, 2014; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; ICMBio/MMA, 2015). Entre elas estão as ações que podem promover trocas de experiências, relacionadas às UC, entre diversos atores, seus conselhos e demais pessoas. Essas ações são apontadas como estratégicas na mediação dos conflitos socioambientais, no diálogo com a sociedade e na articulação interinstitucional para efetividade na

conservação da biodiversidade (BARRAGÁN, 2014; DICK; DANIELI; ZANINI, 2012; ICMBio/MMA, 2015).

Parece legítimo afirmar a importância da relação com a comunidade de entorno em processos de tomadas de decisão que interessam a sociedade, mas é importante também discutir a forma de se inserir as pessoas nesses processo, entendendo que a sensibilização da sociedade para participar da gestão ou somente compreender o que está acontecendo a sua volta, não ocorre a curto prazo. Para isso, a função do educador ambiental deve ser entendida como uma lenta construção, envolvendo uma rede de colaboração e intercâmbio, fortalecendo a equipe gestora na tarefa de talvez conseguir implantar a gestão participativa, já que não há sucesso efetivo de planos de gestão se não houver uma participação dos atores envolvidos (direta ou indiretamente) no uso de uma área protegida (FISCHER; TORRES; URBAN, 2006; ICMBio/MMA, 2015).

Dentro da governança, a participação social passou ser olhada como uma preocupação relevante para o sucesso da implantação das áreas protegidas, sendo discutida e recomendada por especialistas do mundo todo, como nos Congressos Mundiais de Parques em Caracas, em 1992, África do Sul, em 2003, e Austrália, em 2014, além de declarações e Conferências sobre o tema, como na Declaração de Bariloche, de 2007, Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade Biológica, de 2000, e Metas de Aichi, de 2010 (ABIRACHED; TALBOT, 2015).

No Brasil, de modo geral, entende-se que a governança ocorre com uma ausência quase que generalizada de participação social na discussão e na gestão dos conflitos socioambientais. Essa realidade se estende para a gestão da UC de maneira geral, reproduzindo um modelo de gestão, na maioria das vezes, unilateral, e sem a participação efetiva da sociedade. Nesse sentido, algumas UC podem ser tomadas como um exemplo representativo, relativo à governança, da situação acima considerada.

## **2.4 Governança em UC**

O tema governança é amplo e complexo. Governança significa mais do que o governo. Refere-se às leis e tradições formais e informais de uma sociedade, e – em uma definição operacional –, seria a “direção do comportamento humano através de combinações de sociedade civil,

estado e incentivos de mercado para alcançar os objetivos estratégicos” (JONES, 2002).

Para Pomeroy, Parks e Watson (2004), as AMP são instrumentos de governança. Elas limitam, proíbem ou controlam os padrões de utilização das atividades humanas, utilizando leis, direitos, normas e estratégias sociais compartilhadas. A governança de recursos naturais inclui maneiras formais e informais de posse do recurso; uso correto e as leis que suportem esse uso; regra e regulamentação que ditam qual recurso pode ou não ser utilizado. A governança dos recursos naturais é definida pelas organizações formais e pela lei, organizações tradicionais e/ou práticas aceitas.

Uma análise da Governança em AMP realizado pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) sugere que a efetividade do sistema de governança depende da diversidade de instituições (MCCAY; JONES, 2011). Esse argumento é corroborado por um trabalho onde se avalia 20 estudos de caso ao longo do mundo, mostrando que a efetividade pode depender de incentivos do governo, os quais vêm tanto de cima para baixo como de baixo para cima (MCCAY; JONES, 2011). Um exemplo disso é a participação da comunidade local, mostrando seus conhecimentos aprofundados, pois um incentivo vindo de cima para baixo é fundamental como apoio para mostrar esses conhecimentos (MCCAY; JONES, 2011). Esse estudo da UNEP identificou cinco categorias de incentivo ao melhoramento da governança em áreas protegidas, como: participação, legislação, interpretação, conhecimento e economia, sendo que encorajam a participação com ampla diversidade de atores que podem colaborar com o planejamento, garantindo uma cooperação mais ampla (MCCAY; JONES, 2011).

A governança ao redor do mundo promove a estabilidade de AMP para preservar a biodiversidade e prevenir a degradação ambiental, reconhecendo que tanto os valores ambientais como sociais realizados por grupos de interesse têm aumentado, sendo que muitos autores têm discutido a importância do papel que as partes interessadas desempenham para atingir o sucesso na proteção dessas áreas (HIMES, 2007).

Conforme citado na introdução, utiliza-se aqui um conceito adaptado à proposta deste trabalho, ou seja, assumir a governança como um sistema complexo de interações, com foco em saúde ambiental e bem-estar humano, com efetivas interações entre estruturas, relação com a comunidade e gestão participativa, em como as decisões são tomadas

nas questões de interesse público e como cidadãos, ou outras partes interessadas, podem participar do processo.

## **2.5 Serviços ambientais**

Outro fator importante a ser considerado para que se efetue uma boa governança são os ecossistemas presentes em cada UC, ou seja, suas unidades ambientais, e o tipo de serviços que eles prestam, sejam para a manutenção da biodiversidade e/ou para a comunidade que vive nesse espaço ou próximos a ele. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) define serviços ecosistêmicos ou ambientais como “aqueles benefícios que setores da sociedade obtêm a partir de recursos e processos naturais e/ou construídos, e que compõem os diferentes ecossistemas de um sistema ambiental” (MEA, 2005). Na forma mais atual, ecossistema pode ser compreendido como uma unidade organizada com elementos vivos e não vivos aninhados em componentes ecológicos (ambiente natural), econômicos (produção e transformação com base nos recursos naturais) e sociais (os atores e/ou o usuários desse sistema) (MEA, 2005). Ainda, pode-se afirmar que é fundamental que se tenha uma visão ecosistêmica das UC para sua efetiva gestão, a fim de integrar aspectos socioambientais, questão em geral não observada (YOUNG et al., 2015).

### **2.5.1 Serviços ambientais em UC costeiras**

Quando se fala em áreas costeiras, há de se pensar em uma situação agravante de uso intenso dos recursos naturais e seus serviços prestados à sociedade. Por isso frisa-se a importância da criação das UC costeiras ou AMP, nas quais as metas e objetivos incluem considerações socioeconômicas, como segurança alimentar, meio de subsistência, benefícios monetários e não monetários, distribuição equitativa de benefícios, compatibilidade com a cultura local, consciência ambiental e sensibilização (POMEROY; PARKS; WATSON, 2004).

Pensando nas áreas de manguezais, áreas significativas para o presente estudo, pode-se destacar seus serviços de maneira geral em várias regiões do mundo, como: pesca, produtos florestais, proteção contra erosão e eventos climáticos extremos (MMA, 2010; VAN BOCHOVE; SULLIVAN; NAKAMURA, 2014).

É importante também perceber que a implementação de uma UC Costeira traz benefícios para muito além das suas fronteiras, e é preciso que o Poder Público e a sociedade tenham clareza de que a diversidade

biológica é essencial para a existência de pessoas saudáveis, empresas sustentáveis e economias sólidas (DICK; DANIELI; ZANINI, 2012). Afinal, essas áreas são criadas para benefício humano e suas necessidades, sendo o manejo adequado dos serviços ecossistêmicos um dos pontos-chave da necessidade dessa preservação.

Um estudo de Young et al (2015) pode mostrar que as áreas protegidas geram benefícios ambientais, sociais e econômicos, os quais auxiliam na justificativa de seus investimentos (decorrentes de sua criação e manutenção). Nesse sentido, o conceito de serviços ecossistêmicos permite identificar os benefícios que a conservação desses habitats gera para o ser humano, já que preservam a biodiversidade (YOUNG et al., 2015).

Dentro do estudo de Pomeroy, Parks e Watson (2004), alguns indicadores econômicos são utilizados nas AMP, como: incorporação de monitoramento de grupo de atores preocupados e interessados com o processo de gestão; determinação do impacto das decisões de gestão sobre os atores envolvidos; e demonstração do valor das AMP para o público e para os tomadores de decisões. Esses pontos são também discutidos, de outra forma, dentro dos serviços ecossistêmicos, já que são determinantes para responder/contribuir para a busca de soluções sobre os reais impactos do habitat sobre as pessoas que vivem nesse local e vice-versa.

Jones, Qiu e De Santo (2013), no seu estudo, demonstrou uma grande variedade de incentivos (já citados anteriormente), como econômicos, interpretativos, de conhecimento, legais e participativos, utilizados atualmente para governar as AMP. Apenas um incentivo não foi citado como sendo usado ou necessário nessa amostra preliminar de estudos de caso: pagamentos para o fluxo dos serviços ecossistêmicos prestados pela AMP. Isso sugere que, embora exista uma crescente ênfase na literatura sobre a necessidade crítica para manter/restaurar o fluxo dos serviços dos ecossistemas marinhos, este ainda não foi realizada (JONES; QIU; DE SANTO, 2013).

Por outro lado, há críticas sobre esse olhar mercantilista e monetário para áreas protegidas. É preciso também atentar para os riscos e excessos da valoração monetária da biodiversidade sem valorizar as práticas das famílias que ajudam a manter o funcionamento de tal biodiversidade biológica e de seus serviços ambientais, como populações tradicionais litorâneas, com atenção às que vivem dentro ou no entorno das UC (ALMEIDA; JUNIOR, 2018).

Em vez de somente mensurar os recursos ambientais, este também é um ponto importante: a valorização da cultura e das práticas

sociais dessas populações, um impasse significativo entre a valoração da biodiversidade e a forte mercantilização da natureza. (ALMEIDA; JUNIOR, 2018).

## **2.5.2 Perda de áreas de manguezais**

### **Mundo**

Estima-se que existem no mundo cerca de 230.000 Km<sup>2</sup> de manguezais ao longo das regiões costeiras tropicais e subtropicais do planeta (LANA; MARTIN, 1994). E, apesar de se saber da importância desse ecossistema, estima-se que 10.000 Km<sup>2</sup> dessas áreas são perdidas anualmente em todo o mundo, sendo que ¼ da cobertura de mangue original já desapareceu, substituída pela agricultura, pela aquicultura, pelo crescimento urbano, pela poluição e pela exploração excessiva dos recursos naturais (MOSCATELLI; ALMEIDA, 1994; VAN BOCHOVE; SULLIVAN; NAKAMURA, 2014), com perda expressiva dos serviços ambientais que este ecossistema oferece ao ser humano.

A ocupação dessas áreas é intensa, com uma estimativa, para o final do século XXI, de 100 milhões de pessoas em todo o mundo vivendo a dez quilômetros de significativas áreas de mangue, com crescimento previsto para 120 milhões até 2015 (ALMEIDA; JUNIOR, 2018).

### **Brasil**

O Brasil perdeu cerca de 100 mil hectares de manguezais desde 1980, principalmente ao longo das costas sudeste e sul, sendo que aproximadamente 50% dessas perdas são atribuídas à carcinicultura (FAO, 2007; MMA, 2010). Além de consequências ecológicas, a degradação desse ecossistema também acarreta perdas socioeconômicas, uma vez que nas áreas onde o manguezal foi suprimido total ou parcialmente a oferta dos serviços ecossistêmicos à população se torna comprometida (MMA, 2010).

### **Santa Catarina**

Na Ilha de Santa Catarina, a situação não é diferente. Observando mapas de 1938, pode-se constatar que os manguezais perfaziam 9% do total da Ilha de Santa Catarina, sendo que esse número foi reduzido para 6,64% em 1978. Essa área original perfazia cerca de 38,1 Km<sup>2</sup> do total da Ilha, passando para 26,1 Km<sup>2</sup> em 1978, não alcançando 16 Km<sup>2</sup> (CARUSO, 1990), ou seja, reduziram-se em 41,42% sua área original,

passando de 38,1 Km<sup>2</sup> para 15,78 Km<sup>2</sup> (SORIANO-SIERRO, FROIDEFOND; LEDO LEDO, 1997). Grande parte desses manguezais foi aterrada ou desmatada, incluindo os manguezais de Carijós, nos quais restaram apenas 38% da área original do manguezal de Ratonés e 68% do manguezal do Saco Grande, sendo o manguezal de Ratonés o mais preservado da Ilha de Santa Catarina (IBAMA, 2001).

### **3 ESTUDO DE CASO**

#### **3.1 O Caso Representativo da ESEC Carijós**

##### **3.1.1 Caracterização geral**

A ESEC Carijós é uma UC Federal criada pelo Decreto nº 94.656 de 1987, na categoria de Estação Ecológica, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas (BRASIL, 1987). Localiza-se no noroeste da Ilha de Santa Catarina, junto à baía Norte, sendo seu nome dado em homenagem aos índios Carijós residentes na ilha na época da colonização (IBAMA, 2001; JUNIOR et al., 2015).

Sua área compreende duas glebas de vegetação típica e bem preservada, sendo o bioma local de domínio Mata Atlântica, predominando o ecossistema manguezal com pequenas áreas de restinga, abrangendo em sua superfície uma área de 720 ha, sendo a gleba do Saco Grande de 95ha e a de Ratoles 625ha (IBAMA, 2001). Abriga dezenas de espécies vegetais, 110 espécies de aves, mais de 500 espécies de animais, com destaque para o jacaré-de-papo-amarelo, a lontra, o ratão-do-banhado e o graxaim. A fauna aquática é muito rica, incluindo caranguejos, mariscos, ostras, robalos, tainhas, bagres e camarões. A ESEC Carijós também protege três sítios arqueológicos, os sambaquis (IBAMA, 2001). Atualmente, restam apenas 38% da área original do manguezal de Ratoles e 68% do manguezal do Saco Grande (IBAMA, 2001; JUNIOR et al., 2015).

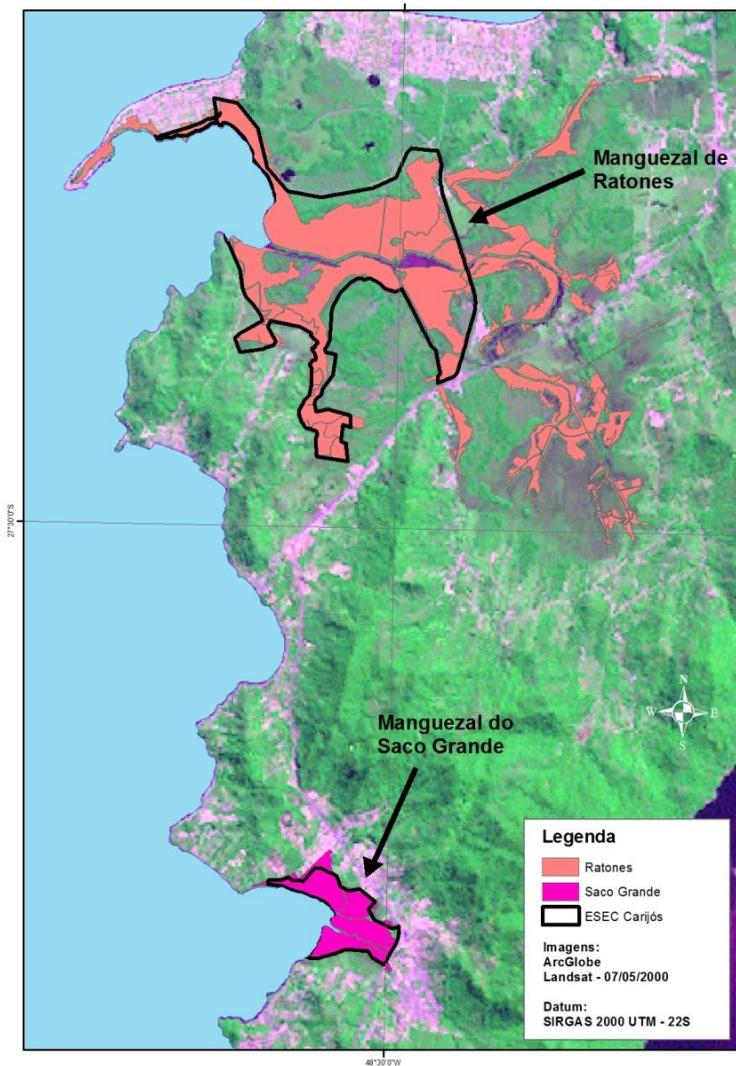
Foi criada com o intuito de proteção, principalmente, das áreas de manguezais presentes na região, o que se mostra relevante pela importância, fragilidade e redução dessas áreas, não somente na Ilha de Santa Catarina, mas em toda a costa Brasileira e em outras regiões costeiras do mundo, sendo seus serviços ambientais de relevante destaque, com foco para pesca e para a proteção de linha de costa (CARUSO, 1990; GHOSH et al., 2015; IBAMA, 2001; LEWIS, 1992). O processo de criação de áreas protegidas ocorre em um movimento contrário ao desaparecimento das áreas naturais e seus serviços ambiental, com crescimento da indústria e agricultura sem um olhar para a conservação (CARSON, 1969; MEADOWS et al., 1972).

### **3.1.2 Atividades desenvolvidas e restrições de uso**

Na ESEC é proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável (IBAMA, 2001; JUNIOR et al., 2015). As atividades desenvolvidas são de pesquisa, monitoramento, educação ambiental e fiscalização. Os usos conflitantes dominantes constatados, principalmente, no seu entorno, mas que também ocorrem de maneira irregular dentro dos limites da ESEC Carijós, são a pesca artesanal e esportiva, além do turismo, das edificações residenciais e comerciais, das estradas e pastoreio e da coleta de caranguejos, sendo que um dos maiores impactos é a poluição dos rios que adentram os limites da ESEC Carijós (IBAMA, 2001; ICMBio/MMA, 2010; JUNIOR et al., 2015).

O Conselho Consultivo da ESEC Carijós (CONSECA) foi criado em 2001 e, até 2016, desde sua criação, sempre houve uma baixa representatividade da comunidade, em geral, na gestão da Unidade (IBAMA, 2001, ICMBio/MMA, 2010). Essa falta de participação da comunidade dificulta a contribuição efetivamente dela mesma nas decisões para um uso sustentável dessa área.

**Figura 1: Mapa de localização da Estação Ecológica de Carijós (ICMBio, 2010).**



Fonte: A autora, com base em ICMBio/MMA (2010)

### **3.1.3 Porque a ESEC Carijós como Estudo de Caso**

Com base na situação supracitada, assume-se a ESEC Carijós como um caso representativo em relação à situação de outras UC do Brasil, por apresentar indícios de problemas de governança. Além de ser representativo, apresenta características significativas a serem consideradas, devido à Estação estar situada em uma região costeira que sofre pressão de avanço e degradação de suas áreas (IBAMA, 2001; JUNIOR et al., 2015).

Ao considerarem-se os elementos apresentados, fica evidente a carência de um desejado nível adequado de governança para a gestão da ESEC Carijós e da elevada necessidade de obtê-la por meio de um processo que concilie iniciativas acadêmicas, administrativas e participativas.

## 4 METODOLOGIA

Este trabalho se baseou em um Estudo de Caso, na ESEC Carijós – um caso representativo para o estudo dos problemas da Governança nas UC de zonas litorâneas especificamente, e nas demais regiões do Brasil em geral. Partindo dessa amostra, a pesquisa se baseou em informações coletadas por meio de dados primários e secundários.

Os dados primários foram coletados em entrevista com analistas ambientais do ICMBio, que tem ou já tiveram relação direta com a ESEC Carijós, com órgãos ambientais locais e com a sociedade civil<sup>5</sup> (terceiro setor e comunidade de entorno), sendo sua metodologia apresentada no item 0 desta pesquisa. Já os secundários são aqueles encontrados no levantamento bibliográfico em artigos, livros, periódicos, teses e dissertações e, também, mediante informações coletadas em *websites*, como aqueles do ICMBio, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), entre outros.

### 4.1 Passo a passo da metodologia

#### 4.1.1 Definir um Modelo de Análise Básico – base de dados para Governança em UC

O Modelo de Análise Básico serviu como estrutura de partida, cujo objetivo foi agrupar em um único esquema os pontos-chave à busca de informações capazes de mensurar aspectos que identifiquem a boa governança em UC. Esse modelo foi inspirado no modelo desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para as escolas do Brasil, com a proposta de adaptar, construir ou efetivar Espaços Educadores Sustentáveis, no que tange ao currículo, à gestão e à edificação (BORGES, 2011). No caso das UC, o modelo proposto foi adaptado a essa realidade, inserindo em seu pilar aspectos de: Gestão (G), Estrutura (E) e Relação com Comunidade (RC). Seguem seus significados, segundo Borges (2011), adaptados para UC.

---

<sup>5</sup> Sociedade civil, segundo o Decreto nº 8.243/14, é o “cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações.” (ICMBIO/MMA, 2014).

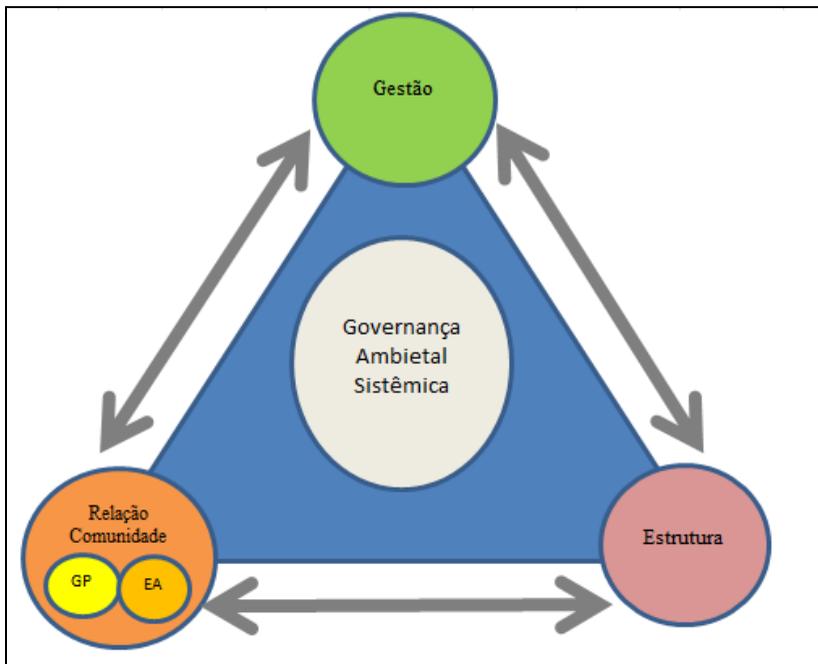
**Estrutura (E):** refere-se à estrutura institucional, incluindo seus espaços físicos e equipe técnica, o cuidado com esses espaços, como investimento e sustentabilidade efetiva.

**Gestão (G):** baseia-se nos instrumentos de suporte e gestão, sua base legal e política. Ela deve ser participativa ao longo do processo, usando como ferramentas a legislação vigente, a educação ambiental e suas estruturas locais (naturais e/ou antrópicas).

**Relação com Comunidade (RC):** base estrutural importante para gestão de uma UC. Deve ser a soma do conhecimento popular associado ao conhecimento técnico e científico. Aqui podem estar inseridos projetos e programas de Educação Ambiental (EA) e de Gestão Participativa (GP) entre outros. O conhecimento deve ser estruturado, de forma a atender aos interesses da UC e seus atores envolvidos, com enfoque para a efetivação de uma gestão integrada e participativa e que possa proteger seus serviços ambientais. Optou-se por identificar, de maneira separada, os aspectos identificados “Educação Ambiental” e “Gestão Participativa”, por entenderem que podem ser complementares, mas são diferentes, principalmente nos seus resultados. A contextualização de ambos será apresentada ao longo da pesquisa, tanto no referencial, como nos seus resultados.

Ao longo da pesquisa, o modelo proposto se mostrou como um importante modo de organização e de comparação evolutiva da informação, ou seja, não perdeu sua utilidade, apenas mudou sua função na tese. Em vez de ser um modelo propositivo com seus devidos resultados, ele se tornou um modelo de aquisição e sistematização desses resultados e da evolução que apresentaram ao longo da avaliação na linha do tempo do histórico da Unidade, servindo de base para a organização dos dados a serem obtidos. O modelo é identificado como Modelo de Análise Básico (Figura 2).

**Figura 2: Modelo de Análise Básico – com interação entre os vértices de Governança Ambiental Sistêmica: E, G e RC, incluindo EA e GP**



G: Gestão

E: Estrutura

RC: Relação com a comunidade

EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

Esse modelo foi fundamental para a primeira análise dos resultados e para a evolução temporal da ESEC Carijós, desde sua criação, em 1987, até o ano de 2016 (Figura 3), sob o ponto de vista de sua governança socioambiental. Nesse intervalo de tempo, foram definidos 4 períodos, sendo assim denominados como:

Erro! Fonte de referência não encontrada.: criação da ESEC, importante sob o ponto de vista histórico e de contextualização da UC.

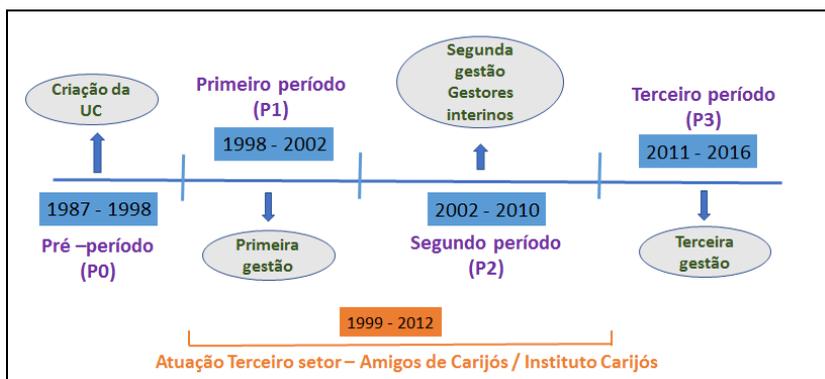
Erro! Fonte de referência não encontrada.: primeira Gestão efetiva da Unidade, sendo designada para o cargo a Gestora 1.

Erro! Fonte de referência não encontrada.: contou com a gestão do Gestor 2, entre outros gestores interinos<sup>6</sup>.

Erro! Fonte de referência não encontrada.: marcado pelo período do Gestor 3.

A seguir, um esquema da avaliação Temporal de análise da ESEC Carijós, compreendendo todas as fases identificadas e analisadas.

**Figura 3: Esquema da avaliação Temporal de análise da ESEC Carijós – 1987 - 2016**

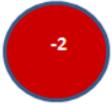
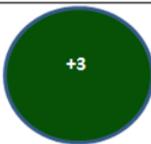


Fonte: A autora

A fim de representar o resultado de maneira mais lógica e objetiva, foi definida uma classificação numérica e simbólica (Quadro 1 para avaliar os resultados do Modelo de Análise básico de uma UC, por período, e em cada vértice do seu respectivo período analisado.

<sup>6</sup> Entre os anos de 2002 a 2004 ocorreram algumas gestões de curtos períodos, e entre os anos de 2008 e 2009 ocorreu a Gestão interina de Edinéia Correia Caldas.

**Quadro 1: Descrição da classificação numérica utilizada para avaliar os resultados do Modelo de Análise básico de uma UC**

	Desfavorável	A criação da UC não trouxe nenhum tipo de benefício, além de prejuízos socioambientais
	Inadequado	Realização de ações que prejudicaram a UC e seu entorno
	Negativo	investimento na UC sem uso
	Inexistente	Não ocorreu nenhuma ação neste quesito
	Regular	Ocorreu de forma inicial, primeiros passos no processo
	Favorável	Teve um bom avanço, com resultados significativos, mas não alcançou o ideal
	Efetivo	Atingiu seu ideal com o olhar na boa Governança

Fonte: A autora

## **4.1.2 Descrever e analisar, ao longo do tempo, os Componentes Básicos de governança na ESEC Carijós**

Nessa etapa, a proposta é apresentar os resultados coletados por meio dos dados primários, em entrevistas, e secundários, em pesquisas bibliográficas, a fim de identificar como se estruturaram os componentes básicos de governança na ESEC Carijós. A seguir, apresenta-se a metodologia acerca das entrevistas.

### **4.1.2.1 Entrevistas**

As entrevistas foram realizadas por intermédio de um modelo exploratório individual e qualitativo<sup>7</sup>, com representantes de atores-chave da ESEC Carijós, tendo como ponto focal informantes qualificados, com relação direta e indireta com a área. As entrevistas levaram em consideração o conhecimento e a relação do entrevistado com a área de estudo, pois isso é de fundamental importância para o complemento da pesquisa científica, e traz o olhar das pessoas em relação a um fato situação dentro do contexto apresentado (ALBERT, 2010; MINAYO, 1999). Segundo Minayo (1999):

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a oportunidade de transmitir, mediante um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO 1999, p. 109-110).

Segundo Albert (2010), essa etapa da pesquisa tem três fases:

---

<sup>7</sup> O modelo exploratório individual e qualitativo é um modelo que foca em atores que representam grupos ou instituições envolvidas com o tema abordado, sendo os mesmos capazes de contribuir de maneira significativa com a pesquisa, pelo seu conhecimento sobre o tema abordado (BONI; QUARESMA, 2005).

## Fase 1: A preparação da entrevista

### *Contextualização teórica*

A preparação da entrevista inclui: (1) projeto de pesquisa, para definição do tipo de pessoa que será entrevistada e o tipo de entrevista a ser realizada, (2) número de entrevistados e, (3) realização das entrevistas (ALBERT, 2010). Deve-se também tomar alguns cuidados para a realização de entrevista, como: (1) definir o tipo de pessoa e o público-alvo a ser entrevistado, (2) estudar o assunto, (3) contatar o entrevistado e (4) realizar perguntas abertas, ser simples e direto, e ter cuidado com a gravação para não constranger o entrevistado (ALBERT, 2010; MINAYO, 1999). Sugere-se um diário de campo, para anotar conversas, informações, comportamentos, gestos e expressões que ajudem a pesquisa (ALBERT, 2010).

### *Aplicação ao Estudo de Caso*

Para preparação da entrevista da ESEC Carijós foi realizado o seguinte procedimento: a primeira etapa foi uma conversa com o Gestor 2 (2016)<sup>8</sup>, que sugeriu que, para identificar os atores qualificados, um ponto de partida seria a lista de presença das últimas reuniões do CONSECA, que ocorreram nos anos de 2011 e 2012. Para essa etapa da entrevista (definição dos entrevistados, roteiro de entrevista e atores qualificados), também se contou com a ajuda de pesquisadores do Laboratório de Gestão Costeira Integrada (LAGECI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Gestor 3 (2016)<sup>9</sup>. Além disso, foi discutida com Deisiane Delfino (2016)<sup>10</sup> a inclusão de outras pessoas importantes para compor a lista de informantes qualificados (sendo que algumas pessoas-chave não estavam nas últimas listas do CONSECA).

Esta forma de definição dos entrevistados se deu porque havia uma hipótese de problema de governança na ESEC Carijós, sendo que o

---

<sup>8</sup> Chefe ESEC Carijós 2004-2010. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Florianópolis 16.08.2016. Tempo Total: 28min19s.

<sup>9</sup> Chefe ESEC Carijós 2011-2016. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Florianópolis 17.08.2016. Tempo Total: 1h 01min45s.

<sup>10</sup> Membro do Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza (IC no período compreendido entre 2006 e 2011). **Comunicação pessoal realizada para esta pesquisa.** Florianópolis 05.2016. Tempo Total: 50min 20s.

principal marco referencial de identificação deste problema se refletia dentro do CONSECA. Assim, o ponto de partida foram as listas de presença das últimas reuniões do CONSECA, em 2011 e 2012. Por meio destas listas, outros sujeitos foram sendo apontados como atores qualificados, que não estavam nestas listas, mas em outras, de reuniões do Conselho e/ou que pudessem contribuir em relação à problemática apontada. Esta metodologia não pode ser classificada como “bola de neve”, por não ter esta continuidade no processo da forma como a mesma sugere. Pode-se dizer que houve um ponto de referência importante para a pesquisa (CONSECA), que se desdobrou em outros entrevistados que surgiram ao longo da pesquisa, identificados como significativos para a mesma. Esta identificação e definição partiram da premissa que este entrevistado deveria ser ou da comunidade, terceiro setor, algum órgão ambiental ligado às ações da UC ou algum funcionário da ESEC Carijós.

Paralelo ao planejamento dos informantes qualificados para a entrevista, foi feito um roteiro de perguntas norteadoras, indicadas como entrevista semiestruturada<sup>11</sup>, sendo diferenciado para os funcionários do ICMBio e órgãos ambientais (Apêndice A: Roteiro de entrevista usado nesta pesquisa – funcionários do ICMBio e de órgãos ambientais públicos relacionados à ESEC Carijós) e sociedade civil (Apêndice B: Roteiro de Entrevista usado nesta pesquisa – Comunidade de entorno da ESEC Carijós).

A lista de sujeitos da pesquisa está apresentada no Apêndice C: Lista dos Sujeitos de Pesquisa.

#### *Autorização para realização da entrevista*

A autorização para a entrevista foi realizada junto à Plataforma Brasil dentro de um projeto maior intitulado Serviços Ecológicos e Governança na Bacia do Rio Ratonos, Florianópolis/SC, sob a responsabilidade da professora Natalia Hanazaki do Departamento de Ecologia e Zoologia (ECZ) do professor Nivaldo Peroni, coordenador

---

<sup>11</sup> As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, nas quais o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas seguindo a conversa de maneira informal. A principal vantagem das entrevistas semiestruturadas é que quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse, além da possibilidade de estender a conversa para uma cobertura mais aprofundada sobre determinado assunto (BONI; QUARESMA, 2005).

do Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Centro de Ciências Biológicas (PPGECO/CCB), ambos da UFSC.

O projeto geral tem como objetivo primário investigar o papel da UC na provisão dos serviços ambientais percebidos na Bacia do Rio Ratonés, com foco na governança e na educação ambiental. E os documentos relativos ao projeto e autorização para realização do mesmo estão em Anexo conforme descrito em seguida:

Anexo I: Declaração da Coordenação do PPGECO/UFSC para autorização da execução desta pesquisa, sob termo de Resolução CNS 466/12 e suas complementariedades, em 01/07/2016;

Anexo II: Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos. (Plataforma Brasil. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de ética em pesquisa – CONEP, 01.07.2016);

Anexo III: Parecer consubstanciado do CEP para esta pesquisa. (Plataforma Brasil).

### *Descrição dos Entrevistados*

Os entrevistados (com idade entre 30 a 59 anos) foram inseridos em dois grupos distintos, divididos conforme apresentado a seguir.

O Grupo 1 representou cerca de 75% dos entrevistados e o Grupo 2, 25%. Esta porcentagem não foi pré determinada, mas acabou ocorrendo em função do olhar mais atento nos atores da comunidade envolvidos no processo do que nos atores representantes dos órgãos governamentais.

Grupo 1: Sociedade civil – informantes-chave, cidadãos da comunidade ou representantes das associação de moradores e de pescadores localizados na área de influência da ESEC Carijós; Representantes do terceiro setor – Organização não Governamental (ONG) e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI) – com atuação na ESEC Carijós e em sua área de influência, com foco na Bacia Hidrográfica de Ratonés e do Saco Grande, e que tem ou tiveram alguma relação com a ESEC Carijós no período pesquisado (1987-2016). Esse grupo também foi classificado pela sua origem: se nascido e residente – ou não – da área de influência da ESEC Carijós.

Grupo 2: Integrantes do ICMBio (ESEC Carijós), que atuam ou já atuaram em cargos de chefia e/ou conhecem o histórico da Unidade; órgãos públicos ligados à ESEC Carijós – nesse caso, optou-se pela

Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAN), devido à atuação direta com a ESEC Carijós ao longo de sua trajetória.

Fase 2: A realização da entrevista

### *Contextualização teórica*

É um momento importante para o resultado do trabalho. Por isso é essencial reservar um bom tempo para a entrevista, pensar na escolha do local da pesquisa, nos critérios de abordagem, perceber consideração e fatores que influenciam o andamento da entrevista durante seu decorrer e durante sua avaliação. Novamente a entrevista semiestruturada se mostra adequada para a proposta da pesquisa, já que se deseja uma maior interação para que se alcance o resultado do trabalho. A interação favorece as respostas espontâneas, uma maior proximidade entre entrevistado e entrevistador, podendo abordar assunto mais complexos, favorecendo uma troca mais afetiva entre as partes, mas sem perder o foco do que se pretende abordar (BONI; QUARESMA, 2005).

### *Aplicação ao Estudo de caso*

Para a realização da entrevista, foi feito primeiramente um contato com os entrevistados (via *e-mail* ou telefone), explicando o motivo do contato e da pesquisa e o porquê de terem sido escolhidos. A partir do retorno do entrevistado, algumas sugestões de dia e horário foram propostas, assim como o local da entrevista, dando prioridade à escolha do sujeito da pesquisa. As entrevistas foram realizadas na casa do (a) entrevistado (a), seu local de trabalho ou outra opção escolhida. Um único caso foi feito por meio de ligação via Skype, em função da entrevistada em questão residir em outro município. Em um primeiro momento, foi feita um ‘quebra-gelo’, por meio de boas-vindas, agradecimento, e novamente uma explicação do objetivo da entrevista e do tema abordado.

Foi também questionado se havia problema em gravar as entrevistas e que os dados seriam usados de forma ética, respeitando sua identidade. Foram preenchidos os dados pessoais de cada entrevistado e coletada sua assinatura. As perguntas foram elaboradas no formato de entrevista semiestruturada (conforme descrita acima). Este formato de entrevista inclui ouvir as histórias de vida e os anseios dos entrevistados, priorizando a busca pelo melhor resultado, criando um clima de valorização e conexão com o mesmo, ocorrendo de maneira

informal e natural, conforme sugere a metodologia aplicada. Não houve problemas significativos durante este processo. Foi de relativa facilidade (com exceções de alguma dificuldade de agenda) desde o agendamento até a realização. Os entrevistados se disponibilizaram para responder às perguntas questionadas e colaboraram de maneira positiva, respondendo com tranquilidade, mas com seriedade, ao que estava sendo questionado.

### Fase 3: O Tratamento da Entrevista

#### *Contextualização teórica*

As entrevistas devem ser transcritas imediatamente após a realização do trabalho, já que podem surgir aspectos não compreendidos que precisam ser revistos pelo entrevistador, ou ainda pela possibilidade de se perder alguma parte da gravação (RICHARDSON, 2012). Esta etapa do trabalho se mostra demorada e tediosa, exigindo paciência e atenção por parte do pesquisador, sendo uma parte fundamental do processo, por isto recomenda-se que este tipo de entrevista não ultrapasse 20 entrevistados (RICHARDSON, 2015; BONI; QUARESMA, 2005). Em função da importância da transcrição, deve ser calculado que esta fase pode demorar pelo menos duas vezes o tempo dedicado à entrevista, podendo se estender a mais que o planejado, já que cada entrevista se torna um riquíssimo material de análise (RICHARDSON, 2012, p. 2017-2018).

Após a transcrição, há a necessidade de realizada a análise do conteúdo. Esta etapa é uma técnica que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador (BONI; QUARESMA, 2005)

A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais) (BONI; QUARESMA, 2005).

#### *Aplicação ao Estudo de caso*

O tratamento das entrevistas foi realizado por meio da transcrição das gravações na íntegra. Cada transcrição foi realizada de maneira individual e separada. Ao longo das transcrições, foram identificados trechos importantes das entrevistas e os principais temas propostos

(gestão, estrutura da UC e relação com a comunidade), além de outros que foram se destacando, para posterior apresentação dos resultados, assim como sua análise e discussão.

Conforme indicado na referência, pode-se afirmar que esta foi a etapa mais demorada do trabalho dentro do processo da entrevista, ultrapassando, com certeza, o dobro do tempo que foi utilizado na entrevista, pela importância do detalhamento de todas as informações que foram adquiridas durante as entrevistas, e o quanto sua análise deve ser realizada com critério e atenção. Com o aprofundamento da análise do discurso realizado nesta etapa, foram sendo identificados fatores importantes da pesquisa, que sugerem uma análise diferente do que se propõe em um primeiro momento, conforme descrito a seguir.

#### **4.1.3 Identificar, por meio da análise de um Modelo Funcional, os principais aspectos de influência e controle de uma Governança Ambiental Sistêmica para a ESEC Carijós**

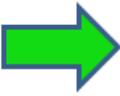
Com o aprofundamento da análise do discurso, juntamente aos documentos analisados e as referências identificadas ao longo da pesquisa, percebeu-se que havia fatores mais complexos que estariam influenciando os aspectos de governança da ESEC Carijós, e que seria fundamental serem analisados com atenção, principalmente por não se expressarem no primeiro modelo de análise básico, sendo um processo natural da pesquisa, pelo olhar aprofundado que foi dado à mesma.

Com estes dados apresentados, foi desenvolvida uma análise mais aprofundada do modelo inicial, incluindo, neste modelo, aspectos que surgiram na análise do discurso e nas referências documentadas. Sendo assim, o modelo básico foi estruturado para inserir estes aspectos que foram sendo identificados como aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos de influência/controle (endógenos e exógenos), permitindo uma análise mais aprofundada dos resultados apresentados.

A forma de identificação que será utilizada nas figuras dos aspectos de influência e controle, tem-se como objetivo determinar o nível de influência (alto, médio e baixo; positivos e/ou negativos; e endógenos ou exógenos) que foram identificados na pesquisa (Quadro 2). O nível do grau de influência foi determinado por diversos fatores, sendo identificados figurativamente pelo tamanho e cor de cada flecha indicada nos triângulos, sendo que os aspectos endógenos são representados por flechas dentro do triângulo, apontando para os aspectos identificados; e os exógenos fora do triângulo. É importante destacar que essa avaliação levou em consideração uma série de fatores

determinantes para o olhar da governança em uma UC, conforme apresentado no Segundo Conjunto de Resultados.

**Quadro 2: Representação a ser utilizada nos triângulos do Modelo Funcional, demonstrando o nível do grau de influência: alto, médio e baixo, aspectos endógenos e/ou exógeno, positivos e/ou negativos**

ASPECTOS / Grau de influência	ENDÓGENOS (EN) E EXÓGENOS (EX)		Número de aspectos identificados
	Positivos	Negativos	
Alto			Maior de 4
Médio			03 a 04
Baixo			01 a 02
Ausente/ não identificado	Sem símbolo		Zero

Fonte: A Autora



## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa apresentou dois conjuntos de resultados principais:

### **5.1 Modelo de Análise Básico: estrutura de partida – base de dados para governança em Unidades de Conservação**

Por meio desse modelo, obtiveram-se os resultados básicos, importantes como ponto de partida em cada período de estudo na ESEC Carijós. Nele, são descritos o modelo de aquisição e sistematização dos resultados e a evolução que o modelo apresenta ao longo do histórico da Unidade. Esses resultados atendem aos objetivos 1 e 2.

### **5.2 Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica**

Esse resultado surge ao longo da avaliação dos resultados obtidos por meio do Modelo de Análise Básico, quando fica claro que há uma possível forma organizada e lógica de representar a governança, o que vai além do modelo inicial, evoluindo para um olhar mais sistêmico e complexo de uma organização estrutural para outra, de caráter funcional. Além disso, os resultados combinam aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos de influência/controle (endógenos e exógenos). Esses processos foram denominados de “Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica”. Esse conjunto de resultados atende ao objetivo 3 desta pesquisa.

A seguir, apresenta-se os resultados, divididos entre resultados descritivos e numéricos, por meio de figuras e quadros, seguidos da discussão e seus desdobramentos.

#### **Primeiro conjunto de resultados e discussão**

### **5.1 Modelo de Análise Básico: estrutura de partida – base de dados para governança em Unidades de Conservação**

#### **5.1.1 Resultados descritivos por períodos na ESEC Carijós**

A seguir será apresentado os resultados descritivos, por período, já determinado na metodologia, para cada um dos períodos da ESEC Carijós.

### 5.1.1.1 Pré-período (P0) → 1987 a 1998

A ideia de criar a ESEC Carijós surgiu em 1977, a fim de proteger remanescentes de manguezais na Ilha de Santa Catarina, evidenciando os objetivos de conservação de seus ambientes naturais, movimento que ocorreu com evidência no Brasil e no mundo no início da década de 80 por meio de criação de áreas protegidas (BRASIL, 2002; DUDLEY et al., 2005; IBAMA, 2001; Entrevistada 1, 2016).

O porquê da criação da UC e da proteção dessa área é compreendido com clareza entre 16 dos 19 entrevistados. A seguir alguns relatos dos entrevistados acerca desta compreensão da importância da criação da ESEC Carijós para proteção a biodiversidade, principalmente os manguezais, com foco na pesca e a manutenção dos seus serviços ambientais.

[...] As UC se tornaram mundialmente este instrumento estratégico para manutenção de nichos ecológicos, onde você tem também a realização das culturas nestes nichos. E aí nesta perspectiva você conseguir manter, apoiar a resiliência sócio ecológica de ambientes onde você tem esta interação forte, sendo fundamental para o equilíbrio planetário nos vários sentidos (Entrevistada 1, 2016).

[...] Para a preservação das espécies e do ecossistema [...], mas principalmente a questão de prestação de serviços ambientais, importante para a questão da economia pesqueira (Entrevistada 7, 2016).

Ela [a UC] é importante para a cidade, não só para a região. De alguma forma a Estação aqui dentro é um fator restritivo para o crescimento desordenado da cidade e até para a especulação imobiliária [...]. (Entrevistado 16, 2016).

As falas dos entrevistados, corroboradas por embasamento referenciado na base conceitual, com foco na importância dos manguezais, desde a proteção de linha de costa, berçário marinho, diversidade de fauna marinha, o que inclui a permanência de famílias de pescadores na região e a tradição da pesca local, reforçam a importância da criação da ESEC Carijós para preservação da biodiversidade e para a manutenção dos serviços ambientais por ele oferecido. Desta forma, não há dúvidas que a criação desta UC foi uma estratégia de preservação ambiental acertada para a região, mesmo que haja controvérsias quanto

à forma como foi criada e sua categoria de criação, conforme se verá a seguir.

### *Estrutura*

Em relação à estrutura física, pouca coisa foi instalada e/ou mantida nesse período. Em 1988, foram designados pela SEMA, órgão gestor da UC: quatro veículos, três motocicletas, dois motores de popa e uma casa na Gleba do Saco Grande, que nunca foi usada e acabou sendo demolida (IBAMA, 2001; Entrevistada 1, 2016). Ainda, foram construídas duas casas na Gleba de Ratoles, sendo os veículos doados para outras UC no interior de SC, por falta de uso (IBAMA, 2001; Entrevistada 1, 2016).

Para demarcação legal da área, em 1981 foi realizado o cadastramento das propriedades e o levantamento topográfico, convênio entre SEMA, FATMA<sup>12</sup> e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) (IBAMA, 2001). A partir desse cadastro, foram demarcadas as áreas dos manguezais do Rio Ratoles e Saco Grande (Certidão 55/86 - Serviço do Patrimônio da União – SPU), e em 1983 foi efetuada a cessão dessas áreas para a SEMA, a qual cria a ESEC Carijós, efetivada em 1987 pelo Decreto 94.656/87 (BRASIL, 1987; IBAMA, 2001).

O que se percebe nesta estruturação inicial da UC é uma total falta de planejamento e a ausência de gestão. Além disso, há uso indevido do recurso público e ausência de olhar para estas áreas, somando a esses aspectos talvez a inexperiência, a falta de estrutura governamental, aliados a um movimento ainda recente no Brasil e no mundo.

### *Gestão*

Nesse período, a UC não recebeu nenhum tipo de gestão até 1989, quando foi repassada para o IBAMA, que atribuiu à Unidade inúmeras gestões parciais, sem nenhum trabalho efetivo na ESEC Carijós, sendo que a Unidade não possuía Plano de Manejo e nem equipe técnica até o ano de 1998 (IBAMA, 2001; Gestora 1, 2016). A

---

<sup>12</sup> Em 20 de 12 de 2017, A FATMA é extinta e é criado o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA/SC), Lei nº 17.354 (SC, 2017).

única atuação foi de fiscalização, principalmente sobre a pesca, conforme relato dos entrevistados 2 e 3 (2016).

[...] Primeiro o pescador teve que sofrer, teve que receber arma na cara, ser preso, perder a embarcação, perder petrecho de pesca, perdeu o local de pesca onde, para nós é considerado o peixe adulto, tá lá dentro da ESEC, deixando a parte que é o berçário de fora [...]. (Entrevistado 2, 2016).

Fica claro neste período que não ocorreu qualquer tipo de gestão na UC, acarretando prejuízos futuros que aparecem ao longo da pesquisa. A comunidade local não tinha como compreender o que estava ocorrendo, já que não foram procurados para criação da UC, nem tampouco receberam qualquer tipo de comunicação e/ou orientação, já que não havia gestão no local, além da fiscalização, que era a única forma de contato dos responsáveis pela UC com a comunidade.

### *Relação com a Comunidade*

Ações com a comunidade tampouco foram registradas nesse período, fato evidenciado tanto nos registros de criação da UC como na fala dos entrevistados, com enfoque nos pescadores (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 8, 9, 2016; IBAMA, 2001). Também fica evidente o movimento *top-down* e exógeno em relação à criação da ESEC Carijós e seus delineamentos e o quanto isso é visto de maneira negativa pelos entrevistados.

[...] eu vejo sentido na existência da ESEC Carijós. Não na forma de como ela foi criada, porque quando ela foi criada foi simplesmente de cima para baixo, não viam as populações que moravam/dependiam desse rio, que trabalhavam nesse rio. Isso não foi construído, foi construído muito depois, e a duras penas (Entrevistado 2, 2016).

[...] desde que fosse criada a Estação sem o agravante à cultura, a tradição de pescar no Rio Ratones. [...] os avós se criaram no Rio Ratones, os pais se criaram no Rio, nós os filhos tínhamos livre acesso [...]. (Entrevistado 3, 2016).

[...] a comunidade reconhece a importância da ESEC Carijós, reconhece a importância da proteção das áreas. Mas discorda da forma como a

ESEC foi concebida e há consequências disso até hoje, porque eles entendem que a categoria é inadequada [ESEC] [...], principalmente os pescadores que moram em Ratonés (Entrevistado 5, 2016).

[...] a Estação Ecológica teve todo aquele processo de criação como muitas no Brasil inteiro. Atravessado! De cima para baixo. Teve toda aquela parte da década de 60 da retinização dos rios, os pescadores perderam toda a sua identidade praticamente, porque se fez aquela violência no Rio, que aconteceu com todo um processo de desenvolvimento [...] que o Brasil passava [...] (Entrevistada 4, 2016).

## *Outros*

### Serviços Ambientais da ESEC Carijós

Os ambientes naturais da UC, principalmente os manguezais e seus serviços ambientais, são prioridade na criação de uma UC, porque uma forte pressão antrópica nesse ambiente gera risco ambiental, principalmente para os ecossistemas marinhos costeiros, sendo que a criação da ESEC Carijós, em particular, aconteceu em um momento de preocupação quanto à proteção dos ecossistemas no mundo (CARSON, 1969; CARUSO, 1990; CHAUDHURI, P. et al, 2015; IBAMA, 2001; LEWIS, R. R., 1992; MEADOWS, D .H. et al., 1972).

A Gestora 1 (2016) relata sua percepção e entendimento quanto à criação da ESEC Carijós, considerada sob o aspecto de serviços ambientais, particularmente por ser um remanescente de manguezal estrategicamente importante para esta região. Para ela, as UC se tornaram instrumentos estratégicos de manutenção de nichos ecológicos em todo o mundo, com enfoque mais atual no olhar para as mudanças climáticas, sendo de fundamental importância essas áreas protegidas (Gestora, 1, 2016).

Os pescadores entrevistados também demonstram clareza no entendimento da importância da criação da UC para sua proteção dos manguezais e, conseqüentemente, para a pesca:

[...] Era necessário a criação de uma Unidade de Conservação pela exploração demográfica de Florianópolis, em uma área urbana. A exploração imobiliária estava muito forte na época. [...]. Se

não tivesse uma UC, hoje não teríamos mais este Rio do jeito que tá e não teríamos mais manguezais [...]. (Entrevistado 2, 2016).

[...] O rio estaria bem pior, sem dúvida nenhuma [...]. Então assim, tem um lado positivo, por causa desta questão imobiliária. (Entrevistado 3, 2016).

Além dos pescadores, outros entrevistados também manifestam seu entendimento em relação à criação da UC

Acho que hoje a ESEC Carijós é um contraponto ao processo de desenvolvimento urbano de massa e desigual que tem lá. (Social e ambiental). [...] Vários empreendimentos teriam ocupado áreas totalmente frágeis e que são importantes, o que não aconteceu (Entrevistado 5, 2018).

Esse item com certeza é um aspecto positivo e de relevância do ponto de vista de preservação dos recursos naturais, com foco nos manguezais, e na manutenção dos serviços ambientais que este ambiente oferece, com ecossistemas de alto valor e interesses ecológico e econômico para as regiões costeiras.

### *Considerações Gerais*

Não há dúvidas quanto à relevância da criação da ESEC Carijós sob o ponto de vista da proteção dos seus recursos naturais. Esse é com certeza um aspecto positivo e de suma importância para a preservação dos serviços ambientais. No entanto, alguns pontos devem ser destacados e registrados para a reflexão em relação à criação de UC no país.

Os dados expostos demonstram uma falta de planejamento para o uso de recursos públicos, sendo que, de maneira geral, apresentaram um resultado negativo para a UC. A situação da relação com a comunidade é um reflexo da forma como Unidade foi criada, pois, associada à falta de uma gestão local, trouxe prejuízos para todo o processo, já que não envolveram os atores-chave, que deveriam ser consultados desde a proposta de criação da Unidade. Este episódio deixou um legado negativo para todo o histórico da ESEC Carijós, contribuindo de maneira inadequada com a efetiva conservação desse espaço, ou seja, além de não ter trazido benefícios para a região, foi inadequada, prejudicando a UC e sua comunidade de entorno.

### 5.1.1.2 Primeiro Período (P1) → 1998 a 2002

A Gestora 1 assumiu a ESEC Carijós em 1998, tendo como principais desafios: efetivar a elaboração do Plano de Manejo e inserir a comunidade do entorno no processo de gestão.

#### *Estrutura*

Ao chegar à ESEC Carijós, em 1998, a Gestora 1 (2016) encontrou na estrutura da UC uma pequena casa velha em que residia um funcionário do IBAMA. Além disso, alguns equipamentos foram colocados à disposição, como: mobiliário, telefone, fax, motor de barco, automóvel e também geladeira, fogão e computador. Esses itens foram incorporados ao patrimônio da Unidade de diferentes maneiras, incluindo desde Termo de Cooperação Técnica, por parte do IBAMA, até doações feitas por voluntários (Gestora 1, 2016; IBAMA, 2001). O IBAMA também contratou profissionais para atuar na Unidade, mas que, em seguida, tiveram que ser dispensados devido aos cortes de recursos do Governo Federal naquele ano (Gestora 1, 2016; IBAMA, 2001).

Sem equipe, a Gestora 1 designou um grupo de estudantes e profissionais voluntários, que passaram a atuar junto à Unidade na elaboração do Plano de Manejo e em ações de educação ambiental e gestão participativa (Gestora 1, 2016, Entrevistada 7, 2016; IBAMA, 2001), fato inédito e ousado para a época, destacando-se ainda nos dias atuais como um fator determinante para efetivação de sua gestão. Desse grupo, nasceu, em 1999, a Amigos de Carijós<sup>13</sup> (Entrevistadas 1, 4 e 5, 2016; FLORIANÓPOLIS, 1999; ICMBIO, 2010; IBAMA, 2001).

Nessa etapa, ocorreram oficinas de planejamento e sessões técnicas com pesquisadores da UFSC, representantes de ONGs, técnicos de órgãos municipais e estaduais e interessados em geral, tendo como objetivo principal a troca de experiências e esforços para consolidação da Unidade (Gestora 1, 2016; IBAMA, 2001).

---

<sup>13</sup> É importante destacar a participação da Associação Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós (Amigos de Carijós), criada em 1999 (P1), sendo que sofreu alteração estatutária em 2005 (P2), passando a ser chamada de Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza (IC), atuando até 2012 junto à UC (Entrevistados 4, 6 e 7, 2016, IBAMA, 2001), conforme será visto ao longo da apresentação dos resultados.

Os Entrevistados 1, 4, 7, 9, 13 (2016) afirmam que a organização de um grupo de voluntários para ações junto à Unidade foi fundamental para o sucesso do trabalho, já que a estrutura encontrada estava muito aquém do necessário.

Esta parceria deles<sup>14</sup> com os estudantes facilitou, porque praticamente não tinha corpo técnico, não tinha nada. Os técnicos da Estação eram a ONG<sup>15</sup> [...] a lei do SNUC tinha recém aprovado, [...] e no primeiro momento ela<sup>16</sup> já montou o Conselho e começou a tratar da implantação da UC. Acho que esta parceria ajudou muito (Entrevistado 13, 2016).

No ano de 2000, apesar de o IBAMA ter investido em equipamentos e obras para a Unidade, os recursos disponíveis para a UC não eram suficientes. Assim, foram realizadas parcerias com o setor privado, como a Empresa Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda. em 2001, as quais ocorreram até o ano de 2005 (Entrevistadas 1 e 4, 2016; IBAMA, 2001).

### *Gestão*

A primeira gestão foi caracterizada pelo perfil social e arrojado da Gestora 1, com um olhar mais voltado para o entorno da ESEC Carijós, motivada pela necessidade de envolver a comunidade local em ações de gestão participativa (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 7, 2016). Para a elaboração do Plano de Manejo<sup>17</sup>, por meio da análise de dados primários e secundários, foi feito um amplo diagnóstico, desenvolvido com base no “Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto”, complementado com a nova metodologia para implantação de planos de manejo, elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (DIREC/IBAMA) em 2002

---

<sup>14</sup> O entrevistado se refere à ESEC Carijós.

<sup>15</sup> O entrevistado está se referindo à Associação Amigos de Carijós.

<sup>16</sup> O entrevistado se refere à Gestora 1.

<sup>17</sup> O Plano de Manejo é caracterizado como instrumento técnico normativo, realizado por meio de estudos com diagnósticos físico, biológico e social, e que estabelece normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC e de seu entorno, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da unidade (BRASIL, 2000).

(GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002; ICMBio/MMA, 2010; IBAMA, 2001; Gestora 1, 2016).

O Plano de Manejo da ESEC Carijós foi o primeiro a ser elaborado no Estado de Santa Catarina em se tratando de UC de proteção integral, no ano de 2001, publicado em 2003 (Gestora 1, 2016; IBAMA, 2001; ICMBio/MMA, 2010).

A movimentação realizada pela primeira gestora foi muito significativa para a história da ESEC Carijós, com iniciativas pouco comuns para a época, por exemplo, a gestão compartilhada e o grupo de voluntários atuando junto à UC como sendo seu principal suporte técnico. Essa participação na UC foi importante e ficou registrada na memória dos atores sociais envolvidas, ao qual participaram das ações de sua gestão e continuam a representá-la até o momento (Entrevistados 2, 3, 4, 7, 8, 9, 17).

### *Relação com a comunidade*

#### Gestão Participativa

A Gestora 1 (2016) criou um comitê gestor em 1998 como uma estratégia de diálogo com os atores, o que veio a ser formalmente instituído, em 2001, como CONSECA (BRASIL, 2001), enfrentando o desafio de atuar junto à comunidade e identificar associações que pudessem compor o Conselho (Entrevistados 1, 2, 3 4, e 7, 2016; ICMBio/MMA, 2010).

Esse processo de construção de relação com a comunidade nunca foi fácil, em função do histórico da criação da UC, sem participação popular, resultando em resistência e falta de conhecimento desses atores por parte dos representantes da UC. Os Entrevistados 2 e 4 (2016) relatam essa situação:

[...] Como a Gestora<sup>18</sup> [...] soube que tinha uma Associação de Pescadores do Rio Ratoles, a **Gestora** começou a se interessar. [...] E aí nós começamos a conversar. Justamente por causa dos conflitos [...] por isso que eu sempre disse, a **Gestora** abriu um leque de conversação [...] (Entrevistado 2, 2016, grifos da autora).

---

<sup>18</sup> Aqui o entrevistado se refere à Gestora 1.

[...] para a comunidade, de forma geral, o início da Unidade sempre teve aquele poder fiscalizador, proibitivo [...]. E a comunidade no início não estava acostumada com essa história da gestão participativa [...] E isso não se faz de uma hora para outra. Não é todo gestor que sabe, consegue lidar com isso [...] (Entrevistada 4, 2016).

A primeira composição do CONSECA, segundo o documento do Plano de Manejo, foi formada por representantes do IBAMA, da UFSC, de órgãos governamentais como a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. (CASAN), a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. (CELESC) etc. e três associações de moradores locais, somando 23 entidades, embora na Portaria de criação do CONSECA estejam registradas 21 entidades (BRASIL, 2001; IBAMA, 2001; Gestora 1, 2016). É importante salientar que o CONSECA se formalizou antes mesmo da criação do SNUC, momento em que o conselho gestor se consolida como obrigatoriedade nas UC (BRASIL, 2000).

A gestora 1 (2016) reforça o papel de uma UC como um bem público e de como esse espaço deve ser gerido com a comunidade e para a comunidade, assegurado a participação de todos em processos de decisão:

[...] eu entendo que gestão de patrimônio público, tem que ser compartilhada, mesmo estando sob a responsabilidade do Estado. E a gente vivia um período de abertura democrática, da retórica que iniciava um processo de participação depois da década de 80, com a inclusão dos movimentos sociais, a Constituição de 1988, que passa a assegurar o direito à participação. Na década de 90, temos um avanço na perspectiva de criar um diálogo com a sociedade para a construção e efetivação de políticas públicas. (Gestora 1, 2016).

Esse discurso está nos registros históricos e na fala dos entrevistados, os quais descrevem o perfil da Gestora 1 e de sua equipe com foco na gestão participativa e de ações junto à comunidade (Entrevistados 2, 3, 4, 7, 8, 9, 17, 2016; IBAMA, 2001). A Gestora 1 (2016) mantinha a governança da UC com toda a transparência, mostrando a realidade da Unidade, sua contabilidade e política, fazendo do CONSECA um espaço social de participação e controle junto à comunidade acerca do bem público, sob a responsabilidade de todos, para ser gerido e cuidado.

Em 2002, foi registrada a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável no Entorno da Estação Ecológica de Carijós, dentro do olhar no processo participativo, que se manteve na UC pela equipe que deu continuidade ao trabalho, mesmo após a saída da Gestora 1 (Entrevistados 4, 5, 7, 2016; (IBAMA, 2001).

### Terceiro setor na ESEC Carijós

O Terceiro setor teve uma contribuição fundamental nas ações junto à comunidade no entorno da ESEC Carijós entre os anos de 1999 a 2010. Conforme mencionado anteriormente, a Amigos de Carijós foi criada em 1999, na primeira gestão da ESEC Carijós, tendo como principal objetivo a cooperação para conservação das áreas de abrangência da Estação (FLORIANÓPOLIS, 1999; ICMBio/MMA, 2010; Entrevistados 1, 4 e 5, 2016).

### Glebas de Ratonos e Saco Grande

É fundamental destacar a diferença entre as duas Glebas: localizadas em diferentes bacias hidrográficas, que englobam a área da ESEC Carijós, Saco Grande e Ratonos. Essas diferenças foram levadas em conta desde a primeira gestão, sendo realizados projetos e ações específicas para cada bacia, levando em conta aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

Em relação à Bacia do Saco Grande, a comunidade vive uma pressão maior em relação aos problemas socioambientais significativos, como: (i) adensamento nas encostas; (ii) falta de esgotamento sanitário; (iii) violência doméstica e no bairro em geral; (iv) proliferação de mosquitos; e (v) manguezais e rios poluídos e canalizados (Entrevistados 4, 6 e 8, 9, 12, 15, 2016).

Já na Bacia de Ratonos (regiões de Jurerê, Vargem Grande, Bom Jesus, Praia do Forte e Ratonos), a realidade é outra, com uma ocupação incluindo nativos e imigrantes, com uma condição socioambiental mais favorável, além de apresentar rios e áreas verdes em grande parte ainda preservados (Entrevistados 4, 6 e 8, 12, 2016).

Como no Saco Grande, os problemas eram e continuam sendo mais emergentes, a comunidade vivia e vive essa situação no dia a dia, tendo maior interesse em participar das reuniões da comunidade quando comparado à de Ratonos (Entrevistada 4, 2016).

## *Outros*

### Saída da Gestora 1

A Gestora 1 deixou a chefia de ESEC Carijós em 2002 por questões pessoais, rompendo o trabalho que vinha sendo executado de forma precoce, sendo que, conseqüentemente, a UC permaneceu por dois anos sem uma Gestão efetiva, não sendo citado nenhum nome em destaque durante as entrevistas, tampouco há registro nos documentos analisados.

### *Considerações gerais*

Neste período, a estrutura apresentada se mostrou aquém do desejado, mas houve um avanço no que tange aos primeiros passos no processo de estruturação da UC, porém com necessidade de muitas melhoras. Aspecto positivo e relevante para esta gestão quanto a busca de apoio e suporte de outras fontes de recurso físico e de pessoal, por meio do terceiro setor e entidades privadas para realização das ações junto à UC e seu entorno.

A gestão aqui deu um salto referente à qualidade, passando de uma gestão inexistente para uma com olhar atento às necessidades da UC e seu entorno. Muitos avanços são realizados, ainda mais quando se tem uma estrutura precária e restritiva e com um desafio em todos os aspectos, desde estrutura física e de pessoal até a ausência de uma relação positiva com a comunidade do entorno.

Avanços significativos foram alcançados pelo esforço da Gestora 1 e seu olhar dinâmica e arrojado para os problemas enfrentados naquele momento. Soluções inéditas foram apresentadas, com destaque para um grupo de profissionais na área ambiental, que iniciaram uma atuação voluntária na UC para a busca de recursos e construção da relação com a comunidade, ou seja, a UC partiu de um patamar negativo para chegar ao caminho de uma construção de relação bastante favorável com a os atores sociais importantes neste processo.

Evidências demonstram que a saída da Gestora 1 em meio ao processo de construção de sua gestão, e ao que foi planejado, parece ter interrompido a proposta de gestão participativa apresentada neste momento, com olhar para comunidade de entorno da Unidade. De qualquer forma, fatos ao longo da pesquisa, demonstram que esta gestão plantou importantes sementes, que produziram frutos férteis colhidos ao longo o histórico da ESEC Carijós, conforme se observa a seguir.

### 5.1.1.3 Segundo Período (P2) → 2002 a 2010

Entre os anos de 2002 e 2004, a ESEC Carijós passou por diversas gestões, sem destaque nas entrevistas. No ano de 2004, o Gestor 2 (2016) é designado chefe da UC, por meio de um processo seletivo, atuando entre os anos de 2004 a 2010, período entre o qual esteve afastado por um ano (2008 a 2009), substituído por uma gestora interina (Entrevistados 5 e 7, 2016; IBAMA, 2008).

#### *Estrutura*

O Gestor 2 relata a estrutura precária na qual se encontrava em Carijós e como conseguiu melhorias por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e outras parcerias. Um primeiro TAC foi realizado em 2003<sup>19</sup>, resultando em ações de educação ambiental e participação da comunidade, além da construção e de compra de equipamentos do laboratório de análises de água para a UC (BRASIL, 2003; Entrevistados 4, 5, 8 e 9, 2016).

Segundo o entrevistado 8 (2016),

[...] Aí foi que gente começou a fazer estas discussões. Chamar as reuniões com lideranças na comunidade. E foi daí que surgiu, inclusive a criação do fórum social do Saco Grande. Em grande parte, o IC foi fundamental. Porque foi a partir das demandas que eles trouxeram para fazer a discussão aqui, em relação principalmente ao TAC, que a gente começou a conseguir reunir todas as entidades que tinham representação aqui [...] (Entrevistada 8, 2016).

Em 2005, foi acordado um novo TAC<sup>20</sup>, por meio do qual foram repassados recursos para projetos de pesquisa, manutenção e de educação ambiental para moradores e usuários da bacia do Rio Ratonas. Essas ações ocorreram entre os anos de 2006 a 2009, dando continuidade aos projetos que já vinham acontecendo, sendo a

---

<sup>19</sup> TAC no 96.0006712-0 de 2003 – entre Ministério Público Federal (MPF), Shopping Florianópolis e IBAMA. O Shopping está localizado no Saco Grande, no entorno da ESEC Carijós, área delimitada como Zona de Amortecimento da UC.

<sup>20</sup> TAC nº 90.00.03058 – 7 de setembro de 2005, entre o MPF, empresa Habitasul e União Federal, FATMA, IBAMA e o município de Florianópolis.

administração realizada pelo IC (BRASIL, 2005b; Entrevistados 1 e 4, 2016).

O Gestor 2 (2016) reforça em sua fala a importância dessas parcerias e o quanto elas contribuíram para viabilizar ações e estruturas para a UC, com destaque para o IC, principalmente pela facilidade de aporte de recursos, viabilizando a eficiência e o andamento de projetos, o que normalmente é dificultoso nos órgãos públicos:

[...] o que vi de mais interessante foi a parceria que a gente teve com a ONG. Inicialmente chamava Amigos de Carijós, depois Instituto Carijó. [...] Começa antes de mim (2001) e perpetuou por muito tempo até eu sair. E realmente a gente conseguiu ter uma perna não governamental, que de certa forma é visto de uma melhor forma, a gente conseguia recursos, projetos, FNMA, PDA<sup>21</sup>. (Gestor 2, 2016).

### *Gestão*

Os entrevistados descrevem um gestor comprometido com a ESEC Carijós, com perfil mais técnico e um olhar mais voltado para a fiscalização e o reordenamento de uso do solo em relação aos marcos legais da UC, demonstrando em suas ações a preocupação com a pesca e com os pescadores locais (Entrevistados 2, 3, 4, 6, 7, 8, 17, 2016).

A discussão acerca da demarcação da zona de amortecimento da ESEC Carijós foi tema de relevância para o Gestor 2, que levou o tema para algumas reuniões do CONSECA entre os anos de 2005 e 2006 (IBAMA, 2005a, 2005b, 2005c; IBAMA, 2006a, 2006b). O debate voltou a ser pauta de duas reuniões do CONSECA em 2009, nas quais o Gestor 2 ressaltou que o ICMBio não estava aprovando as zonas de amortecimento nos últimos anos, sendo um problema político e não técnico, e que isso vinha ocorrendo em todo o território nacional (ICMBio, 2009a, 2009b).

Os Entrevistados 2, 3, 5, 14 e 16 (2016) também abordaram a importância de delimitar a zona de amortecimento, pois isso poderia causar transtornos em relação à indenização de terras, por exemplo,

---

<sup>21</sup> Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) implementado pelo MMA no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7).

além da necessidade de se discutir a categoria de Unidade, muito restritiva da forma como é atualmente.

Em 2010, percebeu-se a necessidade de realizar a monitoria e a avaliação do Plano de Manejo por alguns motivos: (i) tempo entre sua elaboração (2001) para a publicação (2003); (ii) alterações importantes que ocorreram no contexto externo e interno à ESEC Carijós; (iii) elaboração do Plano realizado durante a transição de duas metodologias para Planejamento de UC<sup>22</sup> (Entrevistados 5 e 7, 2016; ICMBio/MMA, 2010).

### *Relação com a Comunidade*

#### Educação Ambiental

As ações de educação ambiental junto à comunidade seguiram sendo desenvolvidas pela Amigos de Carijós, denominada a partir de 2005 de IC, ampliando a área de abrangência de atuação para outras Unidades de Conservação (Entrevistados 4 e 5, 2016; ICMBio/MMA, 2010; INSTITUTO CARIJÓS, 2005).

Esses projetos abrangiam, além da educação ambiental nas escolas, ações junto à comunidade, sendo o terceiro setor o protagonista dessas ações. Os projetos foram citados como Amigos de Carijós, IC ou somente Carijós, tendo como destaque o projeto Olho Mágico<sup>23</sup> (Entrevistados 2,3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 2016; ICMBio/MMA, 2010). Alguns relatos comprovam essa percepção:

[...] tinha um pouco mais sentido porque a ESEC vinha à escola, à comunidade. [...]. Aquelas crianças daquela época hoje respeitam bastante o meio ambiente. [...] então isto aí foi plantada uma

---

<sup>22</sup> O Plano de Manejo foi estruturado primeiramente levando em conta o “Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto”, mas parte levou em consideração a “Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto” elaborado em 2002.

<sup>23</sup> Projeto de Educação Ambiental desenvolvido entre os anos de 2004 a 2008, nas escolas do entorno da ESEC Carijós. Tinha como objetivo a percepção ambiental, envolvendo professores, estudantes e a comunidade na percepção do espaço em que vivem, da relação da história de cada um com a história do lugar, e da própria Estação, focando, em um segundo momento, em professores multiplicadores (Entrevistada 4, 2016; ICMBio/MMA, 2010).

boa semente e colhido bons frutos (Entrevistado 3, 2016).

A nossa referência era o IC como organização. E a gente apoiava. Carijós<sup>24</sup> foi a primeira inspiração para a gente, o IC e o próprio estatuto (Entrevistada 17, 2016).

Eu lembro que eles iam às escolas [...], palestravam, levavam os alunos para conhecer o mangue. (Entrevistado 10, 2016).

[...] nós fizemos muitos movimentos sociais juntas. [...] e a partir daí que a gente começou a desenvolver um olhar diferenciado para o IC, o que eles podiam agregar com o Saco Grande [...] (Entrevistada 9, 2016).

O Programa de Educação Ambiental e Mobilização Comunitária do IC incluía: (i) visitação pública: recepção e orientação de escolas e universidades na UC – palestra e saída de campo; (ii) Projeto Olho Mágico; (iii) Apoio e fortalecendo das entidades comunitárias do entorno; (iv) Envolvimento de entidades no planejamento e na execução de várias ações do plano de manejo; (v) projeto de desenvolvimento sustentável do entorno (vi) ações civis junto ao Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF), entre outros (Entrevistados 2, 3, 4, 5 e 7, 2016; ICMBio, MMA, 2010).

Merece destaque o projeto com a comunidade de Saco Grande, por meio do TAC<sup>25</sup> de 2003 para ações de educação ambiental, em parceria com o Conselho Comunitário do Saco Grande (COMOSG), que atua com crianças com riscos de vulnerabilidade social no bairro (BRASIL, 2003; Entrevistados 4, 6, 8, 2016).

Um olhar de um comunitário do Saco Grande mostra a importância desta parceria:

[...] O Instituto acabou sendo a equipe que vinha executar a ação. Era uma ação que na época para os moradores foi super bem-vinda porque houve um aumento enorme do público para ser atendido

---

<sup>24</sup> A entrevista aqui se refere ao IC.

<sup>25</sup> TAC nº 96.0006712-0 de 2003 – entre MPF, Shopping Florianópolis e IBAMA, sendo que o Shopping estava localizado no Saco Grande, no entorno da ESEC Carijós, área delimitada como Zona de Amortecimento da UC.

e não havia recurso para o atendimento deste público. Então as oficinas foram fundamentais para poder manter as crianças em um espaço de educação, um espaço de aprendizado que não a rua [...]. São crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou de trabalho infantil, ou de violência doméstica (Entrevistada 8, 2016)

Os projetos de educação ambiental eram elaborados por uma equipe multidisciplinar, que tinha a preocupação de trabalhar cada etapa desde os objetivos, metodologia e análise de resultados (ICMBio/MMA, 2010; Entrevistada 4, 2016). Não era apenas um protocolo de intensão, mas uma série de ações, na prática, que faziam a diferença e que criavam uma relação de confiança da comunidade para com a equipe da ESEC Carijós (Entrevistada 4, 2016). A entrevista 4 (2016) relata este fato:

[...] ter dado este espaço de voz foi extremamente importante para o pessoal saber que era real [...]! Vários projetos que a gente elaborou, contamos com a participação deles, desde a elaboração do plano, implementação, projetos de pesquisa [...], então foi muito bom. (Entrevistada 4, 2016).

### Gestão Participativa

Mesmo com as atividades de educação ambiental ocorrendo nesse período, fica evidente, na fala dos entrevistados, a percepção de uma mudança significativa em relação à gestão participativa, a qual praticamente deixa de ocorrer se comparada à primeira gestão da ESEC Carijós (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 16 e 17, 2016). Nesse período, quem é citado pelos entrevistados em ações de educação ambiental é o IC, que não tinha atribuição para realizar uma gestão participativa propriamente dita sem a participação efetiva da própria gestão da UC.

A entrevistada 7 (2016), pondera esta gestão em relação a participação:

[...] A gestão do Gestor 2 era uma gestão sem muito olhar para a gestão participativa (Entrevistada 7, 2016).

Os movimentos que ocorriam, na verdade, eram, em grande parte, realizados pelos membros do IC, que tinham esta relação com a comunidade, o que não pode ser caracterizado como uma gestão

participativa, já que este movimento junto ao Gestor 2 não ocorria de maneira efetiva.

### Relação com os pescadores

Os pescadores veem no Gestor 2 um parceiro importante na continuidade das ações em prol da pesca, com destaque para sua atuação também como pesquisador na busca de alternativas capazes de atender a demanda dos pescadores. Isso ocorreu, principalmente, em relação à mudança na demarcação dos limites da UC, com olhar especial para as áreas de pesca (Entrevistados 2, 3, 5, 2016).

O Gestor 2 (2016) entende a importância da pesca na região e das ações desenvolvidas junto aos pescadores. Quando questionado em relação à postura dos pescadores e de seu ponto de vista, o Gestor 2 (2016) afirma compreender o posicionamento deles, respeitando o conhecimento local em relação ao Rio e às áreas ideais para a pesca (Entrevistados 2, 3 e 5, 2016). O Gestor 2 pondera o olhar dos pescadores em relação aos limites da Unidade:

Eu concordo com isto. Eles discordam da delimitação de onde a ESEC está situada. Eles entendem que deveria estar mais a montante e a foz do rio deveria ser permitida a pesca (Gestor 2, 2016)

Um importante projeto que surgiu por uma demanda da comunidade de Ratonos, e que contou com a participação da ESEC Carijós e com o IC, foi o Nosso Rio Tá pra Peixe, desenvolvido entre setembro de 2006 a agosto de 2008. Citado pelos entrevistados 2, 3, 6, 16 e 18 (2016), o projeto teve como objetivos principais: (i) pesquisa sobre conhecimento local dos peixes no Rio Ratonos; (ii) análise das condições da bacia hidrográfica e da pesca; e (iii) coleta de campo em áreas dentro e fora da ESEC Carijós, resultando, entre outros movimentos, no Plano de Ação para Revitalização do Rio Ratonos (FREY, 2009; ICMBio/MMA, 2010). Para o entrevistado 2 (2016), o projeto, realizado pelos ICMBio e pelo IC, foi o ponto mais positivo para os pescadores.

[...] Acho que um dos pontos marcantes do meu modo de ver que a ESEC contribuiu muito foi o projeto “Rio Vivo, rio morto” foram dois anos de pesquisa dentro do rio Ratonos. [...] E a gente em conversar lá dentro do ICMBio a gente pensava: “Pô precisamos salvar este rio, como que a gente vai fazer, precisamos abrir as comportas, a gente

precisa fazer uma revitalização do rio Ratonés, do leito antigo do rio, como é que a gente faz isto?”. E lá dentro da ESEC a gente começou a ver como a gente vai fazer por onde. Sempre nos receberam lá para a gente estar discutindo (Entrevistado 2, 2016).

O Gestor 2 (2016), em sua entrevista, colocou sua visão em relação à falta de diálogo do ICMBio com a comunidade, entendendo que é necessário melhorar a comunicação e a aproximação, seja por meio do CONSECA, de ações de educação ambiental ou de ambos.

### Conselho Gestor da ESEC Carijós

O CONSECA está na fala de 18 entre os 19 entrevistados. Os temas e aspectos relatados são: (i) falta de paridade entre as instituições governamentais e a comunidade, já que as instituições públicas quando somadas entre elas sempre tiveram mais força do que a comunidade; (ii) pouca efetividade do Conselho, na prática, desde sua criação; (iii) importância do Conselho como uma ferramenta de gestão participativa; e (iv) necessidade urgente de reativá-lo. Além de ser citado ao longo da entrevista, o CONSECA surge ao final dela como uma ferramenta fundamental para uma boa governança.

As Atas analisadas das reuniões do CONSECA entre os anos de 2005 a 2010, assim como a Monitoria do Plano de Manejo de 2010 e a fala dos entrevistados, registram a pouca participação, em geral, das reuniões, com ênfase para a falta de participação da comunidade (Entrevistados 2, 3, 5, 7, 8, 9, 14, 15 e 16, 2016; IBAMA, 2005a, 2005b, 2005c; IBAMA, 2006a, 2006b; IBAMA, 2007; IBAMA 2008; ICMBio, 2009a, 2009b; ICMBio, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d; ICMBio/MMA, 2010). Relatos nas entrevistas deixam clara esta situação e o quanto este espaço está longe de ser um espaço democrático e de participação para a maioria, com linguagem e formato institucionalizado, que dificultada a participação de maneira efetiva de instituições representantes da comunidade local. Além disto, a comunidade mostrou entender a importância do Conselho como espaço democrático de governança, necessitando que o mesmo siga funcionando, mas com mudanças na sua estrutura:

O Conselho quando ele foi criado, não foi paritário. Muito mais órgãos públicos, municipais, construtores, né. Este poderio da cidade inserido dentro do conselho da ESEC Carijós. E muito

pouca representação de comunidades tradicionais, pescadores, associação de moradores (Entrevistado 2, 2018).

Era muito conflituoso, porque o conselho tinha a mesma formação de lá no início da época da sua criação, com atores que deixaram de existir, cadeiras que foram herdadas por instituições, [...] que não tinham o mesmo interesse, porque a cidade mudou. [...] E continuava o mesmo formato e era muito conflituoso, porque a gente não conseguia decolar muito (Entrevistada 7, 2016).

[...] Nada era discutido, e quanto era, eles sempre tinham razão. Era o pessoal de tal local que tinham razão, o dono da empresa tal que tinha razão. Já vinham com o pacote pronto e tu não conseguia te inseri daquilo ali (entrevistada 8, 2016).

O que acontece de positivo é quando você tem a possibilidade de discutir um processo. Eles podem sim, as vezes respaldar do ponto de vista social, uma decisão técnica quando colocada a votação. Aquele conselho naquela época tinha profissionais de diversas especialidades. Então, talvez pudessem ter auxiliado, [...] Poderiam colocar em votação e estar deliberando e discutindo (Entrevistado 14,2016).

Na reunião de 01, de outubro de 2008, foi apresentada a proposta de capacitação para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação, visando qualificar os processos participativos no âmbito dos conselhos gestores de UC (IBAMA, 2008). O documento de Monitoria do Plano de Manejo também registra a necessidade de reestruturação do CONSECA, tendo como principal objetivo a revisão do Regimento Interno e sua composição, procurando corrigir um passivo histórico em relação às comunidades de entorno, as quais possuíam baixa participação. Contudo, a falta de quórum nas reuniões em geral inviabilizou aprovação da reestruturação do CONSECA (ICMBio, 2009a, 2009b, 2010).

### Momento de relevância no CONSECA

Em 2010, uma causa em comum entre sociedade civil organizada, comunidade no entorno da Unidade e a ESEC Carijós fez o CONSECA

atuar de maneira mais efetiva, tendo como objetivo derrubar a proposta de instalação de um empreendimento<sup>26</sup> na região, em função do impacto socioambiental que causaria (ICMBio 2010a, 2010b, 2010c, 2010d; Entrevistados 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18, 2016). O Gestor 2, com o apoio da comunidade, utiliza o CONSECA como espaço de discussão, com recomendação que se desdobraram em dois resultados impactantes: (i) foi decisiva para impedir a execução da obra; e (ii) levou à exoneração do Gestor 2 (Entrevistados 2, 3, 5, 6, 7, 12, 14, 15, 16, 17 e 18, 2016). Alguns relatos deixam evidente esta olhar em relação ao Conselho:

[...] O Gestor 2 foi um ponto muito forte na época daquele Estaleiro ali. Ele chamou a responsabilidade! Ele mobilizou a comunidade e usou o apoio do conselho. [...] O conselho foi muito importante nesta época (Entrevistados 2 e 3, 2016).

[...] Nós tivemos um movimento forte no Conselho. Na verdade, a decisão do Conselho ela foi decisiva! [...] Teve uma reunião onde a cidade toda tava olhando para o CONSECA. Ele não é deliberativa, ele é consultivo, mas ele fez uma recomendação. A recomendação do Conselho naquela época foi decisiva para barrar a execução da obra<sup>27</sup> [...] (Entrevistado 16, 2018).

[...] O Gestor 2 se sacrificou ali. Ele assumiu uma posição de risco. Ele sacrificou o cargo, a história dele [...] (Entrevistada 17, 2016).

### Exoneração do Gestor 2

O Gestor 2 foi exonerado do seu cargo de chefia, sem qualquer justificativa que pudesse ser compreendida pela comunidade de entorno, conotando uma decisão política e causando indignação tanto dos

---

<sup>26</sup> No ano de 2010, quando ocorreu a discussão sobre a implantação do Estaleiro OSX no município de Governador Celso Ramos, próximo a áreas da ESEC Carijós, para o qual a ESEC Carijós, juntamente com a comunidade, foram pontos determinantes na decisão da não instalação do Estaleiro.

<sup>27</sup> O entrevistado aqui está se referindo a instalação do Estaleiro

servidores públicos federais e da sociedade civil organizada, o que gerou um clima geral de insatisfação (Entrevistados 2, 3, 7, 17, 18, 2016; ASCEMA, 2010; MOVIMENTO EM DEFESA DAS BAÍAS DE FLORIANÓPOLIS, 2010; PEREIRA, 2010; FLORIPA AMANHÃ, 2010; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2010).

Os relatos a seguir, evidenciam esta situação:

A sua exoneração é mais um capítulo no truncado processo de licenciamento do estaleiro. Como o empreendimento será localizado próximo de três unidades de conservação, precisa necessariamente da aprovação do ICMBio (FLORIPA AMANHÃ, 2010).

Exatamente, dá aquela revolução toda<sup>28</sup> que desmobiliza não só o Conseca, mas a própria Unidade e o processo de gestão integrada entre as Unidades Marinhas Costeiras (Entrevistada 7, 2016).

[...] E o Gestor 2 se sacrificou ali. Ele assumiu uma posição de risco. Ele sacrificou o cargo, a história dele, o projeto que ele curti e acreditava [...] (Entrevistada 17,2016).

[...] O Conselho atuou até a OLX. Foi bem legal. O melhor trabalho do Conselho. O que finalizou, tanto a gestão do Conselho, como a do Gestor 2, foi a OLX, em 2010 (Entrevistado 18, 2016).

## *Outros*

### Finalização da parceria entre ESEC Carijós e IC

Em 2007, com a criação do ICMBio, o IBAMA se dividiu. O ICMBio recebeu a competência de executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais nas UC. Em 2011, foi criado o Núcleo de Gestão Integrada de Unidades Marinho-Costeiras de Santa Catarina (NGI-UMC/SC)<sup>29</sup>, sendo a ESEC Carijós a base para esse núcleo

---

<sup>28</sup> A Entrevista aqui se refere a exoneração do Gestor 2 e o quanto a estrutura de pessoal fica abalada com a saída do mesmo.

<sup>29</sup> O NGI-UMC/SC inclui a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (REBIO), a área de proteção Ambiental Anhatomirim e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE), além dos centros de pesquisa do ICMBio que atuam na zona costeira catarinense (JUNIOR et al., 2015).

(ICMBio/MMA, 2010; ICMBio, 2011a, JUNIOR et al., 2015; Entrevistados 4, 6 e 7, 2016; BRASIL, 2007).

Com a inserção do NGI-UMC, o IC precisou dar lugar a outras Unidades do ICMBio e buscar um novo espaço para sua sede. Além desses, outros fatores contribuíram para o enfraquecimento do IC, tais como: (i) saída, de forma prematura, da primeira gestora da UC; (ii) saída de membros fundadores da equipe, os quais haviam construído uma relação com a comunidade; e (iii) saída do IC da Sede da UC, dificultando a captação de recursos e a condição de se manter sem o apoio direto do ICMBio (ICMBio/MMA, 2010; Entrevistados 4, 6, 7, 8, 2016). Essa soma de fatores indica que a parceria com a ESEC Carijós era fundamental não somente para a UC, mas também para o Instituto.

Os relatos dos entrevistados 4, 6, 8, 16, 17 e 19 (2016) demonstram a importância do trabalho com a comunidade, desenvolvido pelo IC, e a dificuldade da ESEC Carijós de dar continuidade às ações junto à Estação.

O IC finalizou suas ações na ESEC Carijós e na região de maneira efetiva em 2012, passando a ser chamado de Instituto Espaço Silvestre<sup>30</sup> (Entrevistada 6 e 8, 2016).

### *Considerações gerais*

Alguns destaques são importantes nesse período. O Gestor 2 assumiu a ESEC Carijós após dois anos sem uma gestão efetiva, conforme registro e a fala dos entrevistados. Quem se destacou nesse período foi o grupo do terceiro setor, que seguiu dando continuidade às ações desde o primeiro período, com uma estruturação mais adequada para dar continuidade nas suas ações, com apoio da ESEC Carijós.

Entende-se que esse destaque também se dá nas entrevistas, por ser esse o grupo que esteve na comunidade e que seguiu realizando ações de educação ambiental junto a ela. O fortalecimento desse grupo fez com que ações em parceria com a UC pudessem viabilizar recursos e efetivar projetos. O Gestor 2 realizou um bom trabalho e, atualmente, é bem visto pela comunidade, mas não apresentou um perfil de gestão participativa como na primeira gestão, segundo relatos apresentados,

---

<sup>30</sup> O Instituto Espaço Silvestre deixa de atuar na ESEC Carijós, alterando sua equipe e a proposta de trabalho, com foco na reintrodução do papagaio do peito-roxo no Parque Nacional das Araucárias (Entrevistada 6, 2016).

salvo sua relação mais próxima com as lideranças da pesca na região, reforçando a importância dessa prática na comunidade e a relevância da UC para manter esse serviço ambiental prestado ao manguezal, apesar dos conflitos em relação ao entendimento do modelo da UC para realização efetiva da pesca conforme o desejo da comunidade. O destaque desse Gestor se deu pelo seu forte trabalho com os pescadores, na fiscalização e na busca de definição da zona de amortecimento da UC.

A atuação do Conselho Gestor, que não teve relevância desde sua criação, ganhou destaque em um momento dessa gestão, demonstrando o quanto esse espaço passa a ter importância para a participação social, mas que na prática pareceu não funcionar como deveria, prevalecendo interesses de uma minoria com poder sobre tomadas de decisões importantes para toda uma região. Vitória de um lado, quando o Conselho derrubou a proposta de implantação de um empreendimento impactante na região; mas derrota do outro, quando o líder desse movimento foi afastado de sua função sem justa causa. Essa situação deve ser olhada com atenção, pois se repete em outras UC e setores pelo país.

#### 5.1.1.4 Terceiro Período (P3) → 2011 a 2016

O 3º período da ESEC Carijós teve início com a chefia do Gestor 3<sup>31</sup>, que dava prioridades à organização estrutural da Unidade e à fiscalização.

#### *Estrutura*

O Gestor 3 (2016) relata a situação precária em que se encontrava a sede de ESEC Carijós no ano que assumiu a Unidade, assim como a falta de apoio institucional, o que interferiu negativamente nas atividades em geral da UC (Entrevistados 5, 7, 15, 2016).

Como apoio as melhorias estruturais, foi destinado um último recurso da sua gestão, vindos do ICMBio (20 mil reais), além de recurso externos por meio de um Termo de acordo Judicial (TAJ)<sup>32</sup>, que contemplava recurso para a UC (Entrevistados 7 e 12, 2016; BRASIL,

---

<sup>31</sup> Chefe ESEC Carijós 2011 – 2016. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Florianópolis 17.08.2016. Tempo Total: 1h 01min45s.

<sup>32</sup> Termo de Aditamento de Acordo Judicial nº 96.00.067121-0, homologado por sentença publicada do TAJ em 2003 do MPF contra o Shopping Center Florianópolis (BRASIL, 2008; Entrevistado 12, 2016).

2008). Os entrevistados 5, 7, 12 e 15 (2016) relatam que a falta de recurso inviabilizou desde reparos e manutenção na UC (regularização elétrica, conserto e reformas em geral, pessoal para limpeza e manutenção) até atividades, como: visitas, palestras e uso das trilhas para aulas de campo. Segundo a Entrevistada 15, (2016):

[...] Teve umas fases mais difíceis, por exemplo, assim quando ficamos sem serviço terceirizado de limpeza. Que eu não pude receber turmas, tive que cancelar qualquer visita, qualquer atividade lá dentro até estava quase insustentável trabalha lá, porque tinha que chegar, tinha que limpar [...] (Entrevistada 15, 2018).

Os principais motivos apontados para esse quadro são: falta de apoio institucional e burocracia, o que dificulta o acesso aos recursos destinados para a UC (Entrevistados 12 e 15, 2016). O relato do Gestor 3 aponta parte dessa dificuldade

[...] A licitação está em lugares diferentes do Brasil [...]. Se eu for comprar uma máquina fotográfica, é em Goiânia, se eu for fazer uma obra, é em Teresópolis. [...] para piorar, na gestão em 2012, [...] mudou a coordenação regional, e deixamos de ser prioridade. (Gestor 3, 2016).

### *Gestão*

O Gestor 3 assumiu a ESEC Carijós por meio de um processo seletivo interno, responsabilizando-se pela Unidade em um momento conturbado e com uma equipe desmobilizada, devido ao ocorrido com a chefia anterior (Entrevistada 7, 2016). Ele aponta falta de apoio institucional, e vê em sua gestão, apesar das dificuldades, como positiva em alguns aspectos, principalmente em relação à fiscalização e à reestruturação predial da Sede (Gestor 3, 2016).

A comunidade, de maneira geral, vê com bons olhos essa gestão, por ter apresentado seriedade, competência, conhecimento técnico e agilidade no retorno de demandas solicitadas pela própria comunidade (Entrevistados 2, 3, 9, 11 e 16, 2016). Mas o processo de inserção de qualquer gestor sempre é uma adaptação, principalmente quando se associa a isto uma saída conturbada do gestor anterior, contrária à

vontade do público interno e externo, fato que evidenciado com a chegada do Gestor 3, tendo um tempo de adaptação para o mesmo.

Um assunto polêmico e que divide opiniões é a pesca e a fiscalização. Cerca de 90% dos entrevistados afirmam entender a importância da UC para proteção dos ecossistemas naturais, principalmente manguezais, com foco na manutenção da pesca. Mesmo assim, muitas vezes, houve confrontos entre ESEC Carijós e a comunidade, principalmente com os pescadores em relação à forma como é feita a fiscalização e as delimitações da Unidade (Entrevistados 2, 3, 9 e 11, 2016).

O Gestor 3 (2016) entende que o papel da UC é preservar ambientalmente o espaço, sendo a fiscalização fundamental para controlar a pesca ilegal. Ele afirma que, dos pescadores que atuaram em 2015, somente um era pescador profissional, dando respaldo às ações da ESEC Carijós junto aos pescadores profissionais e ganhando aliados na denúncia às ilegalidades de pesca na região (Gestor 3, 2016).

Ainda em relação à gestão da Unidade em geral, há uma insatisfação quanto ao modelo de gestão aplicado pela autarquia da Unidade, o ICMBio, que aplica decisões, muitas vezes, de cima para baixo, sem a participação da equipe da UC, muito menos da comunidade de entorno (Entrevistados 1, 2, 3, 5, 7, 9, 12 e 17, 2016). A Entrevistada 7 (2016) pondera essa situação em relação ao formato da gestão das UC de forma geral no Brasil, e o quanto isso dificulta a gestão local:

[...] A gente não tem competência dentro do formato institucional para executar os recursos diretamente! A gente depende de Unidades Administrativas financeiras que possam executar os recursos. (Entrevistada 7, 2016).

### *Relação com a comunidade*

Mesmo olhando o Gestor 3 com bons olhos, em relação à seriedade e à competência na chefia da Unidade, percebe-se a insatisfação em relação ao seu distanciamento da comunidade nas ações de educação ambiental, na ausência de gestão participativa e na falta de funcionalidade do CONSECA (Entrevistados 5, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 2016).

### Educação Ambiental

Em 2012 o Gestor 3 colocou em prática, por iniciativa própria, algumas atividades de educação ambiental na sede da ESEC Carijós para estudantes de escolas e universidades, incluindo palestras e

realização de trilhas, que já existiam para outros fins, sendo que foram aprimoradas para viabilizar esse tipo de atividade (Entrevistados 7, 12, 15, 2016).

Entre os entrevistados da comunidade, apenas os Entrevistados 2, 3 e 11 (2016) citam o trabalho de educação ambiental desenvolvido nessa gestão, sendo que os entrevistados 2 e 3 (2016) comentam que sabiam da existência do trabalho, mas que não era possível comparar ao que foi feito na primeira e na segunda gestões, sendo que naquele as ações desenvolvidas são pontuais.

Ações de educação ambiental são dificultadas principalmente pela falta de um profissional qualificado, sendo notória a comunidade comparar as ações propostas com o que foi realizado nas gestões anteriores, quando havia parceria e atuação do terceiro setor<sup>33</sup> e recursos para tal ação, uma vez que o ICMBio dá pouco apoio para esse tipo de atividade e que cabe a cada gestor fazê-la ou não, se tiver interesse (Gestor 3, 2016; Entrevistada 7, 2016).

### Parceria nas ações de EA

As parcerias são novamente citadas como importantes para a ampliação de ações de educação ambiental, sendo a FLORAN e o projeto Menino Caranguejo<sup>34</sup> citados como parceiros nesta Gestão (Entrevistados 7, 12, 13, 15, 2016).

Em 2015, a ESEC Carijós realizou uma parceria com a ONG Guardiões do Mar, dentro do Projeto Uça<sup>35</sup>, contemplando, principalmente, a contratação de um profissional em educação ambiental (Entrevistados, 7, 12 e 15, 2016). A ideia principal era alavancar ações da área, dando condições de qualificar o programa existente na UC, com foco principal na formação de professores (Entrevistados 7, 12 e 15,

---

<sup>33</sup> Aqui a entrevista se refere ao IC, que aparece como referência nos projetos de educação ambiental e gestão participativa, comparados com as ações desenvolvidas em cada gestão.

<sup>34</sup> O Instituto Caranguejo de Educação Ambiental é uma OSCIP, que tem como objetivo principal promover a Educação Ambiental nas Escolas e nas Comunidades, contribuindo com gibis nas ações dentro da UC (Instituto Caranguejo de Educação Ambiental, 2017).

<sup>35</sup> O Projeto Uçá é um projeto da ONG Guardiões do Mar patrocinado pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), por meio do Programa Petrobras Ambiental. Objetiva disseminar informações de forma coloquial, aumentando o conhecimento sobre as espécies e seus ecossistemas, promovendo a sustentabilidade.

2016). Foi identificado que a comunidade de entorno não tinha conhecimento dessas ações e, entre os entrevistados, apenas um citou o Projeto Uça, afirmando que foi importante para as escolas, mas que pouco envolveu a comunidade do entorno (Entrevistada 11, 2016).

Ao final do projeto, apenas um Núcleo de Educação Infantil (NEI) localizado no entorno da ESEC Carijós participou do projeto. As demais escolas (cinco ao todo) eram de outras localidades da Ilha, atendendo uma demanda da parceria do Projeto que não tinha como único foco o entorno da ESEC Carijós (Entrevistada 15, 2016). A parceria atuou de março de 2015 a junho de 2016, com a proposta de renovação, o que não ocorreu até o final desta pesquisa (abril de 2017) (Entrevistada 15, 2016).

### Relação com os pescadores

A colocação de comportas<sup>36</sup> no Rio Ratones na década de 1950, que prejudicou a funcionalidade natural dos manguezais, é ponto de preocupação desde a segunda gestão, havendo uma solução somente na terceira gestão, na qual se viabiliza a retirada (Entrevistados 2, 3 e 12, 2016). O Gestor 3 (2016) entende que a retirada das comportas foi fundamental para o bom funcionamento do manguezal e conseqüentemente da pesca, além de frisar a importância da boa relação com os pescadores em uma importante região de pesca artesanal. Os Entrevistados 2 e 3 (2016) afirmam que o Plano de Ação para Revitalização do Rio Ratones, que teve início em 2008, na Gestão 2, foi fundamental para que conseguissem judicialmente a retirada das comportas (ICMBio/MMA, 2010).

### Conselho Gestor da ESEC Carijós

Há uma crítica geral em relação à não funcionalidade do CONSECA e ao seu formato, sendo que o Gestor 3 (2016) apresenta uma visão crítica e um sentimento de frustração em relação a essa situação, entendendo que quem deve compor o Conselho primeiramente são as associações de moradores e não os órgãos do município. Contudo na sua gestão deu prioridade a outros assuntos, sendo de difícil solução, ao seu ver, a situação do Conselho.

---

<sup>36</sup> As comportas foram construídas na década de 50 pelo antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), para possibilitar a secagem de terras na região que sofria alagamento por influência da maré. O objetivo era que essas terras não recebessem mais a influência. Nesse momento, o Rio Ratones também sofreu reutilização em parte do seu curso (Entrevistado 3, 2016).

A 1ª Reunião Ordinária do CONSECA presidida pelo Gestor 3 em 2011, assim como as listas de presença de reuniões de 2011 e 2012, registram falta de participação no CONSECA em geral, com ênfase na comunidade de entrono da UC (ICMBio, 2011a; ICMBio/MMA, 2011; ICMBio/MMA, 2012a e 2012b). Esses fatos parecem evidenciar que, após o movimento do CONSECA em 2010, motivado para impedir o empreendimento da OSX, o Conselho voltou à situação de pouca participação. Os entrevistados 2, 3, 5, 7, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 (2016) argumentam sobre a necessidade e a importância de revisar o modelo e reativar o CONSECA, sendo este fundamental para um espaço democrático e participativo no envolvimento e na inserção da comunidade nas tomadas de decisões junto à UC. Ainda, os Entrevistados 2, 3, 11, 14, 16, 17, 18 e 19 (2016) entendem que o funcionamento do Conselho depende do Gestor, e que este tem que fazer esse processo acontecer. O Entrevistado 14 (2016) afirma ser crime de responsabilidade a não funcionalidade do Conselho. Outros relatos demonstram a preocupação novamente com o formato do Conselho e a falta de funcionalidade do mesmo:

Mas como é que tu podes usar esta força? Ela<sup>37</sup> tem que ter um Conselho! É obrigatório! [...] Então a questão é pensar: como é que se pode pensar em reuniões mais estratégicas para a comunidade, mais estratégicas para estes atores que participam do Conselho, de forma a potencializar a gestão desta Unidade? (Entrevistada 6, 2016)

[...] Eu acho que a ESEC tem que reativar o Conselho (Entrevistado 16, 2016).

Nesse período, a composição do CONSECA era representada por: (i) três cadeiras para terceiro setor representando a comunidade do entorno da Unidade; (ii) cinco comunidades de entorno à UC, sendo duas delas funcionando como cadeira compartilhada – Associação dos Proprietários e Moradores de Jurerê Internacional (AJIN) e Associação dos Moradores de Ratonos (AMORA); (iii) seis cadeiras para órgãos governamentais; e (iv) três cadeiras para associações que não tinham

---

<sup>37</sup> A Entrevistada se refere à ESEC Carijós.

relação com o entorno da Unidade de maneira geral<sup>38</sup> (ICMBio/MMA, 2010; Entrevistados 11 e 16, 2016).

Relatos demonstram a insatisfação em relação ao formato do Conselho, entendendo estar longe do ideal para um espaço de participação legítimo:

E o que a gente achou do Conselho quando ele foi criado não foi paritário. Muito mais órgãos públicos municipais, construtoras, este poderio da cidade e muito pouca representação de comunidades tradicionais, associação de moradores. E isto foi uma briga muito grande de equilibrar as forças. (Entrevistado 2, 2016).

Eu vejo fundamental a reestruturação do CONSECA, mas vejo fundamental também que todos nós tenhamos um novo olhar para os modelos formatos de funcionamento dos conselhos de gestão participativa nas UC, porque esta questão da legitimidade de representantes e de representatividade (Entrevistada 7, 2016).

[...] Um das coisas que primeira me chamou a atenção: as comunidades lindeiras que fazem limite com a UC não tinha acento no Conselho. [...]. Daniela não estava, Ratonos não estava, Jurerê internacional não estava. Até hoje Sambaqui não tem acento. Saco Grande perdeu agora que todo mundo perdeu. Porque a gente vai ter que fazer tudo de novo [...] (Entrevistada 7, 2016).

A composição do Conselho sempre foi discutida, mas ela nunca foi alterada. [...] Porque tem gente que vinha de fora que não tinha nada a ver com o espaço. A tinha a CASAN, tinha a CELESC sabe. Tinham algumas representações que não tinham a ver com o entorno. [...] Até a gente começou a fazer uma mudança de estatuto na época do Gestor 3, mas a gente parou no meio (Entrevistado 16, 2016).

---

<sup>38</sup> Havia uma solicitação da associação do Sambaqui para ter uma cadeira, mas não foi atendida (Entrevistada 16, 2016).

O Gestor 3 não conseguiu reativar o CONSECA até o final da sua gestão, sendo exonerado em março de 2016, e o Conselho segue desativado até o momento (Entrevistada 7, 2018)<sup>39</sup>.

### *Outros*

#### Exoneração do Gestor 3

Assim como no caso do Gestor 2, a exoneração do Gestor 3 não apresentou motivação clara, sob o ponto de vista de alguns entrevistados (Entrevistados 5, 7 e 9, 2016). O Gestor 3 (2016) relata a forma como ocorreu sua exoneração: contra sua vontade, sendo que foi comunicado quando o processo já havia ocorrido. Os entrevistados 2, 3 e 12 (2016) colocam que o novo Gestor (no caso o Gestor 4, que não foi inserido nesta pesquisa) assume o cargo por indicação, sem passar por um processo seletivo, não apresentando perfil técnico para assumir a função à qual foi designado.

Uma solicitação, por meio dos servidores do ICMBio, pedindo esclarecimentos em relação a saída do Gestor 3, gerou uma resposta formal (via email) do presidente do ICMBio na época (05/2016), relatando que a saída do Gestor 3 é um procedimento comum dentro das UC:

Esclarecemos que a substituição de chefias de unidades organizacionais, inclusive unidades de conservação, faz parte da rotina na gestão no serviço público. O ato de nomeação ou de exoneração é corriqueiro, legal e dentro dos limites da faculdade discricionária que a administração possui [...]. E também garante o tratamento isonômico e impessoal requeridos nas questões públicas. Nesta gestão temos praticado critérios e procedimentos para remoções e nomeações, avançando em relação a experiências anteriores, mas que, não obstante, estarão em continuo aperfeiçoamento [...] (MARETTI, 2016).

Algumas manifestações por meio da mídia também apresentam indignação e repúdio, referente à exoneração do Gestor 3 (BISPO, 2016;

---

<sup>39</sup> Comunicação pessoal via telefone em 30.05.2018.

FLORIANÓPOLIS, 2016; NOTÍCIAS DO DIA, 2016; PERES, 2017; PROJETO COM A CIDADE, 2016).

### *Considerações gerais*

A Gestão 3 demonstrou como alguns aspectos estão aquém do desejo de uma gestão local e como as dificuldades se repetem ao longo do histórico da UC. A estrutura da UC segue com problemas, dificultando ações simples para a gestão da Unidade, sendo necessária, novamente, a busca de apoio paralelo para essa ação, com destaque para acordos legais com empresas locais. Registrou-se, nesse período, um declínio em relação ao apoio institucional, com um agravante da falta de suporte do terceiro setor na viabilização de recurso e de mão de obra para ações de educação ambiental, entre outras junto à comunidade.

O Gestor 3 merece destaque quanto às atividades de educação ambiental, ação que não dá eco na comunidade devido à falta de estrutura capaz de vitalizar tais ações em proporções mais significativas e externas. O Gestor 3 deu ênfase à fiscalização e à estruturação predial, deixando de lado, segundo o olhar dos entrevistados, a funcionalidade do CONSECA, algo que incomoda tanto o Gestor 3 como os entrevistados, por entenderem, de maneira geral, a relevância desse espaço, sob o ponto de vista de uma boa governança. Há de se frisar que a continuidade das ações junto aos pescadores é de suma importância para relação da UC com os mesmos, os quais, mesmo não estando de acordo com algumas definições da UC, são beneficiados quanto à melhoria da condição de funcionalidade natural desse ecossistema, com ênfase para o Rio Ratonas.

#### **5.1.2 Resultados figurados e resumidos do Modelo de Análise Básico de cada período na ESEC Carijós**

Os resultados foram organizados de forma resumida por meio da classificação numérica (apresentada na metodologia no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). É importante salientar que os resultados máximos tanto positivos como negativos (-3 e +3), propostos na metodologia, que descrevem e classificam desde situações ideais de governança até as mais desfavoráveis respectivamente, não foram identificados no estudo de caso, servindo como base para análise para outras UC.

O Quadro 4 e o **Quadro 4** apresentam, de forma resumida, os principais resultados que surgiram a partir do Modelo de Análise básico, sendo o **Quadro 3** um resumo descritivo desses resultados e o **Quadro 4** o

Resultado numérico resumido o que mais se evidenciou em cada fase/aspecto. Importante salientar que esta classificação se deu por um peso determinado pelas principais características evidenciadas em cada aspecto por período, de forma a possibilitar uma visualização destes resultados de maneira mais objetiva, conforme apresentado a seguir.

**Quadro 3: Resumo descritivo dos resultados obtidos do Modelo de Análise Básico**

Nº	Período/ Aspecto	E	G	RC		Destaque do período
				EA	GP	
<b>P0</b>	1987-1998	Carros foram designados; casa foi construída; mas ambos não foram utilizados	A UC não saiu do papel, e sua gestão não ocorreu de maneira efetiva	Nenhuma ação educativa	Criação sem participação da comunidade do entorno	Criação da UC; foco na fiscalização sobre a pesca
<b>P1</b>	1998-2002	Melhoria na estrutura física; falta pessoal do IBAMA; Apoio de voluntários	Gestora com foco na gestão participativa e na implantação do Plano de Manejo	Ações de EA desenvolvidas juntamente à comunidade	Início da inserção da comunidade no processo de gestão participativa	Criação da Amigos de Carijós; plano de manejo com gestão participativa; criação do CONSECA
<b>P2</b>	2002-2010	Aporte de recurso por meio de projetos do IC; boa equipe de trabalho	Gestor com perfil técnico, voltado para a fiscalização e para o reordenamento do uso do solo	IC atuando nas ações de EA junto à comunidade	Retrocesso nas ações de gestão participativa; boa relação com os pescadores	CONSECA: interesses em comum entre ICMBio e comunidade; IC: EA e Gestor exonerado
<b>P3</b>	2011-2016	Foco em melhorias estruturais	Gestor com um perfil técnico; foco na fiscalização e na estrutura interna	Ações pontuais de EA na sede da ESEC Carijós; Apoio da ONG Guardiões do Mar	Retrocesso nas ações de gestão participativa; boa relação com os pescadores	Melhorias estruturais e fiscalização; Gestor exonerado

Períodos e respectivos aspectos identificados (P): Estrutura (E); Gestão (G); e Relação com Comunidade (RC) – incluindo Educação Ambiental (EA) e Gestão Participativa (GP)

Fonte: A autora

**Quadro 4: Resultado de forma numérico do Modelo de Análise Básico**

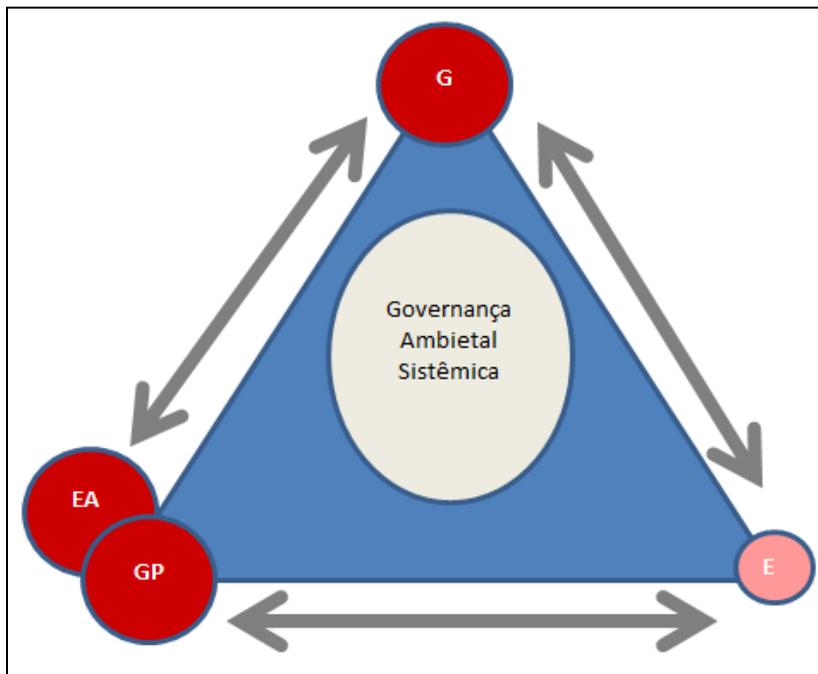
Nº	Período/ Aspecto	E	G	RC	
				EA	GP
<b>P0</b>	<b>1987-1998</b>	<b>-1</b>	<b>-2</b>	<b>-2</b>	<b>-2</b>
<b>P1</b>	<b>1998 - 2002</b>	<b>+1</b>	<b>+2</b>	<b>+2</b>	<b>+1</b>
<b>P2</b>	<b>2002 - 2010</b>	<b>+1</b>	<b>+2</b>	<b>+2</b>	<b>0</b>
<b>P3</b>	<b>2012 - 2016</b>	<b>+1</b>	<b>+2</b>	<b>+1</b>	<b>0</b>

Períodos (P) e respectivos aspectos identificados: Estrutura (E); Gestão (G); e Relação com Comunidade (RC) – incluindo Educação Ambiental (EA) e Gestão Participativa (GP).

Fonte: A autora

5.1.2.1 Resultados figurados do Modelo de Análise Básico de cada período na ESEC Carijós

**Figura 4: Modelo de Análise Básico – Pré-período (P0) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



G: Gestão

E: Estrutura

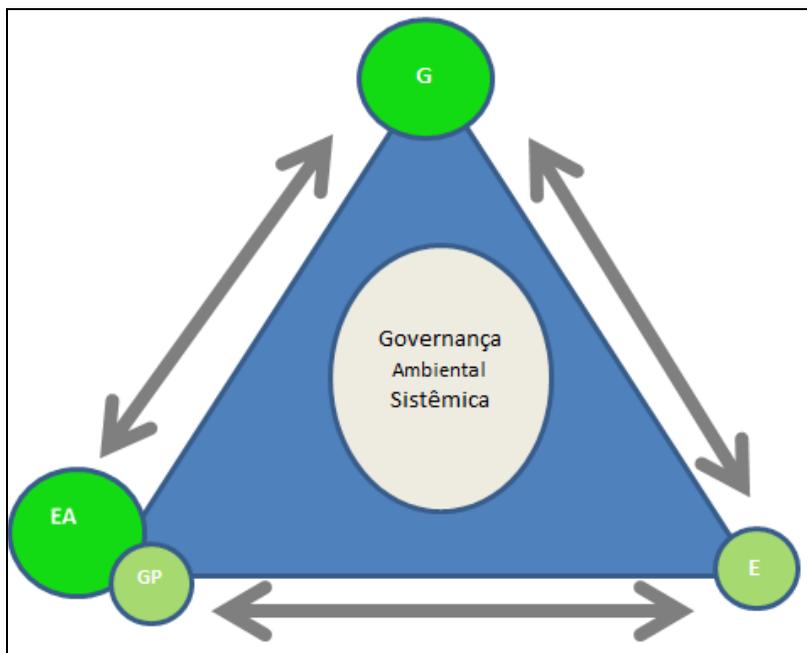
RC: Relação com a comunidade

EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

**Figura 5: Modelo de Análise Básico – 1º período (P1), compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



G: Gestão

E: Estrutura

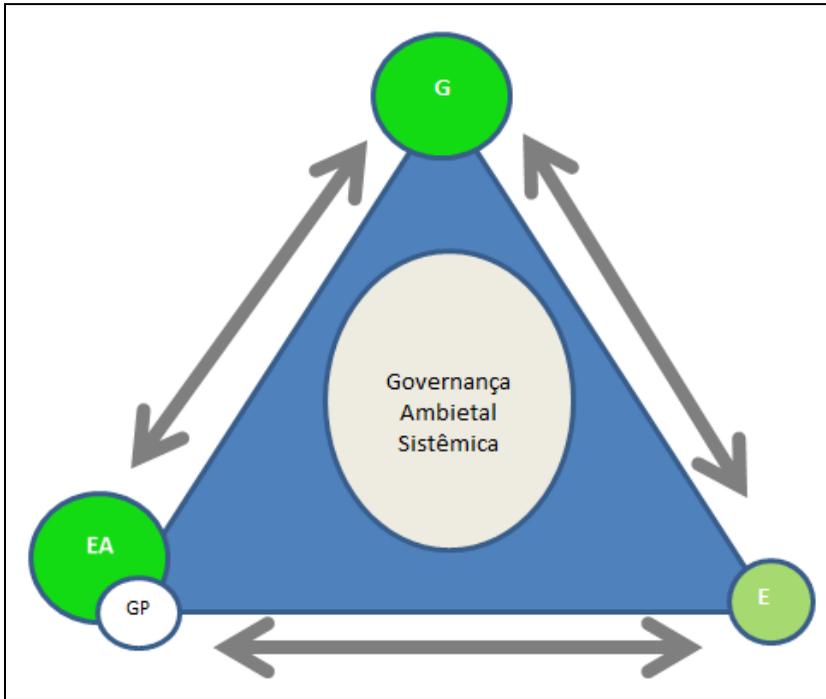
RC: Relação com a comunidade

EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

**Figura 6: Modelo de Análise Básico – 2º período (P2) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



G: Gestão

E: Estrutura

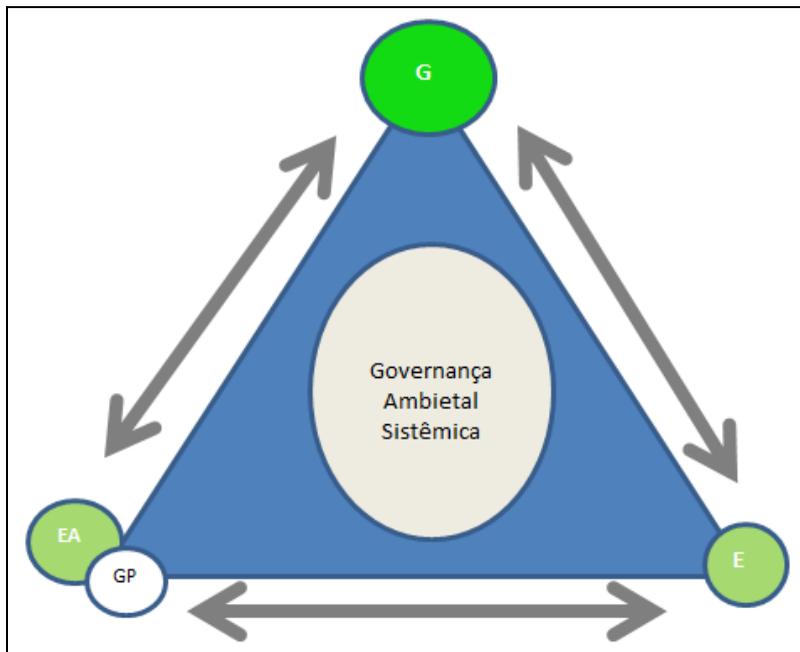
RC: Relação com a comunidade

EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

**Figura 7: Modelo de Análise Básico – 3º período (P3) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



G: Gestão

E: Estrutura

RC: Relação com a comunidade

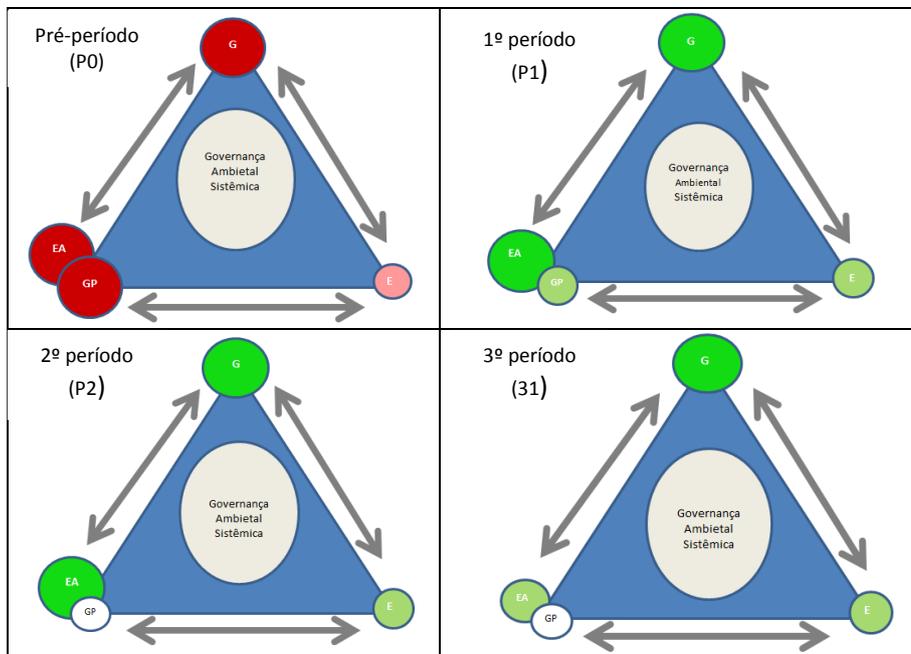
EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

A seguir se apresentam as Figuras do Modelo de Análise Básico de cada período, de forma conjunta para comparação visual dos resultados de maneira geral no **Quadro 5**

**Quadro 5: Resultado em conjunto, dos 4 períodos Analisados (Modelo de análise Básico) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



Legenda: G: Gestão; E: Estrutura; RC: Relação com a comunidade; EA: Educação Ambiental; e GP: Gestão Participativa GP  
Fonte: A autora

## Segundo conjunto de resultados e discussão

### 5.2 Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica

#### 5.2.1 Resultados descritivos Modelo Funcional

Este conjunto de resultado denominado “Modelo Funcional: aspectos de influência e controle de uma Governança Socioambiental Sistêmica”, atendendo ao objetivo 3, surge ao longo da pesquisa, mostrando que há uma possível forma organizada e lógica de representar a boa governança, que vai além do modelo inicial. Esse formato evoluiu para um olhar mais sistêmico e complexo de uma organização estrutural, para outra de caráter funcional, formando uma representação que combina aspectos temporais (fatos sucessivos de formação/construção) com processos de influência/controle (endógenos e exógenos).

É interessante observar que nos períodos analisados os componentes de maior significado da governança nem sempre foram constantes. Alguns refletem o grau de maturidade do processo de implantação e gestão da Unidade, outros são aspectos exógenos alheios à vontade e aos processos endógenos, mas que influenciam diretamente na governança da UC. Ou seja, para diferentes períodos, o peso dos aspectos é diferenciado, em função dos fatores capazes de influenciar nesse processo. Esse resultado, ao longo da avaliação primária das entrevistas, é apresentado neste segundo momento com maior detalhe e reflexão de diferentes aspectos.

Para entender essa forma de avaliação e seu modelo, algumas definições são importantes no intuito de nortear a forma como se chegou aos processos de influência e controle, conforme apresentado no Quadro 6.

**Quadro 6: Definição de aspectos de influência e controle (endógeno e exógeno)**

Aspecto	Endógenos
Definição	<p>Iniciativas, aspectos ou fatores relacionados aos interesses da comunidade local e à proteção da UC em consonância com sua proposta.</p> <p>Devem partir da vontade do gestor local, da sua equipe e da relação com o entorno, com foco no bem-estar socioambiental.</p>

Aspecto	Endógenos
<b>Como se determina</b>	Seu limite é determinado pela vontade local, incluindo comunidade de entorno, técnicos e gestores que atuam diretamente na UC (nesse caso, na ESEC Carijós), excluindo a Gestão externa, como regional, estadual ou nacional.
Aspecto	Exógenos
<b>Definição</b>	Refere-se a decisões e interferências externas à vontade da gestão da Unidade e da comunidade do entorno. Essas decisões geralmente vêm do órgão gestor a nível regional, estadual ou nacional, com decisões que, muitas vezes, não interessam à UC e sua comunidade. São classificados e analisados em diferentes escalas: Regionais, Estaduais, Nacionais e internacionais.
<b>Como se determina</b>	Por decisões que saíam das mãos do gestor e de interesses locais e da UC, sendo determinadas por uma escolha externa. Podem ocorrer por diversos fatores, com ênfase em interesses econômicos e políticos externos e alheios à realidade local. São olhados e analisados sob diferentes aspectos, como: econômico, cultura, político, meio ambiente, gestão, entre outros.

Fonte: A autora

## Panorama geral

O sistema global de áreas protegidas pode ser considerado inadequado sob alguns aspectos, tais como: (i) eles não cobrem todos os biomas e espécies críticas; (ii) não estão cumprindo seus objetivos de conservação da biodiversidade; (iii) a participação das comunidades locais no estabelecimento e a gestão de áreas protegidas são insuficientes; e (iv) áreas protegidas em países em desenvolvimento são mal financiadas (DUDLEY et al., 2005), sendo estes dois últimos itens em especial característicos do estudo de caso analisado.

O que se observa em todo o histórico da ESEC Carijós é uma ausência ou pouca participação das comunidades locais, assim como uma precariedade de recursos, principalmente em relação à estrutura física, o que pode ser justificado tanto pela limitação de recursos destinados às UC em todo o país como pela burocracia que dificulta o aporte desses recursos, ambos aspectos exógenos e que estão fora de controle da gestão local das UC.

É importante fazer uma reflexão: o Brasil é uma potência mundial em termos de recursos naturais, sendo que a variedade de biomas reflete a enorme riqueza da flora e da fauna brasileiras, tendo a maior biodiversidade do planeta (MMA, 2018). Se olharmos para as áreas costeiras, também há um legado, tanto de riqueza de recursos como do uso irracional desses espaços, incluindo o caso estudado (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006; CARUSO, 1990; JUNIOR et al., 2015; UFSC, 2018). Reconhecido internacionalmente por essa característica e riqueza, o país deveria ter como prioridade a conservação e o uso racional dos seus serviços ambientais.

Não há como realizar uma gestão de forma a garantir bons resultados se não for prioridade o investimento nas áreas protegidas. Como a resolução desse problema não está totalmente nas mãos dos gestores de cada UC no Brasil, sendo uma condição que depende de muitos fatores exógenos, há necessidade de definição de políticas públicas que subsidiem alternativas de mudanças neste cenário, capazes de atender as necessidades de cada Unidade em um país continental, mas que não mostra prioridade, pelos números apresentados, no que concerne ao investimento em áreas protegidas.

As UC não são espaços isolados. Elas se confluem e são causa e principalmente consequência do que está a sua volta, recebendo influências temporais endógenas e exógenas pelo que se propõe e é proposto. Sendo assim, é fundamental contextualizar o momento em que ocorreu a primeira gestão na ESEC Carijós e discutir os aspectos de influência e controle sobre ela para se entender o cenário geral e discutir caminhos para uma boa governança.

### Governança e participação em áreas protegidas

Os congressos mundiais sobre parques iniciaram em 1962 nos Estados Unidos da América (EUA), e ocorrem desde então de 10 em 10 anos, tendo as primeiras discussões sobre desenvolvimento sustentável e comunidade em 1982, sendo o foco anterior a isso voltado principalmente para a conservação dos recursos naturais (IUCN, 2010). A partir dos anos 90, os congressos passaram a ter um olhar mais voltado para os atores que vivem nessas regiões, trazendo à tona os conflitos de comunidades tradicionais e áreas protegidas, impulsionados pelos movimentos sociais que vinham ocorrendo em todo o mundo (IUCN, 2010). Merece destaque o Quarto Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, em Caracas, na Venezuela, 1992,

com inclusão de outros setores da sociedade nas discussões – como ONGs, populações indígenas e proprietários privados, além do foco no bem-estar humano (DIEGUES, 2000; MCNEELY, 1994; SOUZA, 2003; Entrevistada 1, 2016). É nesse momento que as áreas protegidas associam esse espaço para questões como valor científico, educacional, cultural, recreativo, espiritual e acerca de benefícios diretos e indiretos às economias locais e nacionais, gerenciamento de conflitos e conhecimento local (DIEGUES, 2000; MCNEELY, 1994; IUCN, 2010). Nesse período também ocorreu o Primeiro Congresso Latino-Americano de Parques e outras áreas protegidas, em 1997, em Santa Marta, na Colômbia, onde são citadas comunidades tradicionais, como pescadores, e a importância do respeito às terras indígenas, além do favorecimento ao desenvolvimento social (COLOMBIA, 1998).

O Congresso em Caracas foi inspirador para a Gestora 1 da ESEC Carijós, pois ela afirma a influência do evento na sua trajetória: “A tônica deste congresso latino americano foi o foco na participação, gestão participativa, inclusão. Aí eu voltei muito imbuída disto e de toda a minha experiência e toda minha trajetória” (Gestora 1, 2016). Nesse evento, foram apresentados os cinco princípios da governança de áreas protegidas para o século 21 (legitimidade e voz, direção, desempenho, *Accountability*<sup>40</sup> e equidade), sendo esta sua base para a implantação também do Conselho de Carijós em 2001 (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; Gestora 1, 2016).

O tema volta a ser discutido no Congresso Mundial de Parques, em 2003, na África do Sul, onde Graham, Amos e Plumptre (2003) afirmam que a boa governança passa a ser vista como um processo os quais pode ser realizado por atores que não estejam ligados somente às instituições de Governo. Para isso, com base nos princípios da boa governança do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNPD), buscou-se definir esses mesmos princípios para áreas protegidas, delineando o formato ideal de governança para estas áreas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) (GRAHAM, 2003).

---

<sup>40</sup> Termo em inglês usado para descrever responsabilidade com ética e remete à obrigação e à transparência (Graham et al 2003).

**Quadro 7: Princípios da boa governança para áreas protegidas**

Os cinco princípios da boa governança para áreas protegidas	Os principais da UNDP sobre o qual eles estão baseados
1. Legitimidade e voz	Participação Orientação consensual
2. Direção	Visão estratégica, incluindo desenvolvimento humano e complexidades históricas, culturais e sociais.
3. Desempenho	Resposta das instituições para as partes interessadas Eficácia e eficiência
4. Responsabilidade ( <i>Accountability</i> )	Responsabilização para o público e as partes interessadas institucionais Transparência
5. Justiça/ Equidade	Equidade Estado de Direito

Fonte: Traduzido de Graham (2003)

Esses princípios apontam que para ocorrer uma boa governança deve haver o envolvimento das partes interessadas, sendo fundamental a inclusão dos atores diretamente envolvidos no processo de tomada de decisões. Essa dinâmica há de ser implementada por regras e responsabilidades, tanto das instituições como dos atores sociais envolvidos, com fatores capazes de subsidiar, de maneira mais efetiva, o caminho promissor para a boa governança em áreas protegidas. Borrini-Feyerabend et al, (2014, p. 22) falam sobre a importância da Governança efetiva, de forma participativa, e que traga bons resultados na gestão de áreas protegidas:

[...] O poder e a capacidade de tomar decisões tem uma influência considerável sobre a realização dos objetivos de áreas protegidas, na possibilidade para compartilhar responsabilidades, direitos, custos e benefícios, e na geração e manutenção de suporte - seja ele financeiro, político ou comunitário, dentro e ao redor das áreas protegidas em questão. O processo de compreensão da governança e, quando necessário,

para melhorá-la, é constituída a espinha dorsal da conservação efetiva.

O resultado desta pesquisa mostra que, infelizmente, esta não é uma situação que parece ocorrer no Brasil na maioria dos casos. Alguns fatores apontem para isto, sendo o mais interessante de pontuar aqui é que há a necessidade de se avançar muito ainda no país em termos de educação e cultura para que se alcance o patamar desejado de governança realmente participativa, com atores preparados para tal avanço em diferentes setores da sociedade.

## **Estrutura**

### Recursos nas UC em geral

O orçamento global do MMA, que designa recursos para as UC federais, aparece atualmente atrás de dezessete outros Ministérios (BRASIL, 2009), mostrando não ser uma prioridade entre os que recebem os recursos mais volumosos do país. Entre os anos de 2001 a 2008, o número de UC federais aumentou cerca de 80%, e o investimento feito pelo MMA teve um acréscimo de somente 16,35% (BRASIL, 2009). No ano de 2009, foi estimada a necessidade de R\$ 1.200 milhões em investimento, incluindo infraestrutura e planejamento para as UC federais, sendo que o aporte total recebido do Orçamento Federal foi de apenas R\$ 316 milhões (BRASIL, 2009).

Em 2015, a Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>41</sup> destinou cerca de R\$ 600 milhões ao ICMBio, 16% abaixo do destinado no ano anterior. Nesse mesmo ano ocorreu um corte total de 23,46% nas ações discricionárias, afetando a prestação de serviços básicos como a contratação de serviços e a concessão de diárias e passagens<sup>42</sup> (ICMBio, 2015; BRASIL 2015a, 2015b).

A crise nas áreas protegidas no Brasil nos últimos anos é justificada, entre outros motivos, pela falta de investimento público nesses espaços, onde críticas são apresentadas em relação à redução do orçamento, mostrando o declínio nos investimentos e o quanto o meio ambiente e toda a sociedade perdem com isto, sendo que no ano de

---

<sup>41</sup> Lei Orçamentária Anual nº 13.115, de 2015,

<sup>42</sup> Corte orçamentário: Decretos nº 8.456 e nº 8.496 de 2015

2018, o maior corte que atinge as UC foi o da Bolsa Verde<sup>43</sup> (DIEGUES, 2000; WWF, 2017).

Portanto, é cada vez maior o desafio de buscar recurso para o SNUC, que basicamente são advindos do orçamento público e da cobrança de ingresso de visitantes. Em 2014, cerca de 20% do total de orçamento repassado aos UC foi advindo de ingressos de parques, licenciamentos, compensações ambientais e de cooperação internacional (ICMBio, 2015; ICMBio/MMA, 2018). Há destaque negativo às áreas protegidas que não possuem estrutura para receber visitantes ou que sua categoria de Unidade não permite o turismo, como no caso da ESEC Carijós.

Em relação a pessoal, ocorre o mesmo. Em 2008, o quadro de servidores no SNUC era de 1.709 pessoas, sendo que Sistema de Projeção de Investimentos Mínimos para a Conservação (IMC) apresentava a necessidade de um quadro de pessoal de 9.378 servidores no Sistema Federal (BRASIL, 2009). Ou seja, havia a necessidade de 7.701 servidores a mais do que existente naquele período.

### Recursos ESEC Carijós

Fatores evidenciam que a estrutura da ESEC Carijós está distante da ideal, sendo algo, na maioria das vezes, distinto da vontade do Gestor local, ou seja, um fator exógeno. Um destaque na UC foi a realização de parcerias (endógenas e exógenas), que possibilitaram aporte de recursos advindos de compensações ambientais, acordos de cooperação, parcerias nacionais e internacionais (GEF<sup>44</sup>-MAR, GEF-terrestre, PNUD/MMA, WWF/Brasil e KfW Entwicklungsbank<sup>45</sup>) e programas específicos, como o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (BRASIL, 2009).

---

<sup>43</sup> Programa que pagava R\$ 300 a cada três meses a famílias extremamente pobres moradoras de áreas protegidas, como incentivo à conservação. O Bolsa Verde teve gastos autorizados de mais de R\$ 70 milhões nos últimos dois anos e desapareceu do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) 2018.

<sup>44</sup> GEF, sigla em inglês para *Global Environment Facility*.

<sup>45</sup> O KfW, banco de desenvolvimento, tem foco em melhorias sustentáveis econômicas, sociais e ambientais. A cooperação com o Brasil é voltada principalmente para a proteção de bens públicos globais, em particular à proteção do clima e à conservação da biodiversidade, cujo foco principal está na proteção e no manejo sustentável das florestas tropicais (REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DA ALEMANHA, 2018).

Merece destaque o terceiro setor, tanto pela equipe qualificada no apoio à execução de projetos e programas junto à UC e à comunidade como pelo foco em aporte de recursos de forma menos burocrática de diferentes fontes endógenas e exógenas. Esse movimento endógeno teve início na primeira gestão, com continuidade na segunda gestão, atuando durante 13 anos em ações junto à UC. Essa iniciativa, que deve ser destacada como um bom exemplo de participação social, mostra que parcerias como essa podem trazer bons frutos na gestão de uma UC, também mostra a fragilidade desses espaços públicos, incluindo todo seu território. Sua gestão, que deveria ser estruturada pelo órgão responsável pelas UC, mostra uma instabilidade e declínio dos seus recursos (físicos e de pessoal) de maneira alarmante. Isso aparece durante todo o histórico da UC, sendo evidenciado no terceiro período da ESEC Carijós, quando não há mais a parceria. Somado a isso, o suporte do Governo apresenta dados de declínio no apoio à gestão, afetando principalmente as ações junto à comunidade, tanto por falta de foco como de estrutura para realizar esse movimento.

#### Autonomia e interesses locais da UC

A pesquisa aponta que os gestores das UC nem sempre conseguem executar ações que sejam de interesse local, sendo que suas decisões dependem, muitas vezes, de fatores exógenos, como no caso do órgão gestor das UC, autarquia que muitas vezes: (i) não conhece a realidade local; (ii) não possui estrutura suficiente para tal conhecimento; e/ou (iii) não consegue entender as necessidades da UC e seu entorno.

Importante frisar que é necessário que exista uma autarquia capaz de estabelecer critérios e normas para a funcionalidade legal das UC, mas necessidades e interesses locais devem ser levados em consideração em tomadas de decisões que irão afetar diretamente a UC e a realidade local, além de serem assegurados pelo SNUC, que, em seu Art. 5º incisos VIII e IX, afirma que:

[...] VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de

conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos; XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira. (Brasil, 2000).

Olhando o Quadro 9 é possível perceber que a influência do órgão gestor na UC nem sempre apresenta resultados que vão de encontro com as necessidades locais, segundo o olhar dos entrevistados. Esta situação já se evidencia no Pré-período (PO), quando a UC é somente criada no papel, sem uma participação local, causando uma relação negativa com a comunidade de entorno, em função do desconhecimento da mesma quanto à importância da criação da ESEC Carijós.

Assim como nos períodos 2 e 3, quando os gestores locais são exonerados pelo órgão gestor da UC, que não se atentaram para os aspectos positivos que os mesmos vinham realizando na comunidade, nem tão pouco os aspectos negativos que esta decisão poderia causar na UC e seu entorno. A exoneração dos gestores, segundo os entrevistados, apresenta evidências de motivação política, resultando no enfraquecimento de maneira geral da governança destas áreas protegidas. Dos três gestores que estiveram por maior período na ESEC Carijós, dois foram exonerados por fatores exógenos, sem argumentos factíveis que pudessem justificar tal ato, segundo o olhar dos entrevistados. Em ambos os casos houve repúdio por parte da comunidade ligada à UC, tanto da mídia local, analistas ambientais locais e a nível nacional, assim como da comunidade do entorno da ESEC Carijós, movimento ignorado pelo órgão gestor.

No primeiro caso, parece que o Gestor 2 causou incômodo em alguns setores da sociedade quando contribuiu de maneira significativa, junto à comunidade local, para derrubar um empreendimento na região de grande impacto socioambiental para a UC e seu entorno, mas de interesses econômicos e políticos relevantes, tanto endógenos como exógenos à Unidade. O mesmo movimento ocorreu com o Gestor 3, sendo exonerado sem uma causa convincente para a comunidade de entorno, assim como para os analistas ambientais da UC, causando repúdio e insatisfação da comunidade de entorno, assim como da sua equipe interna e da mídia local.

É importante frisar que não houve, em nenhum dos casos, qualquer tipo de manifestação endógena para a saída dos gestores, e que

ambos assumiram sua função por meio de processo seletivo, sendo que, no último caso, o Gestor 3 foi substituído por um Gestor que assumiu a função por indicação exógena do órgão gestor responsável pela Unidade, sem perfil para tal função e sem relação alguma com a Unidade e seu entorno, segundo relatos dos entrevistados. Uma ação como essa faz com que todo o trabalho construído por esse gestor e sua comunidade se torne fragilizado, reduzindo ânimos e autoestima para continuidade das ações que viam sendo executadas (resultado endógeno negativo).

### **Gestão e relação com a comunidade**

Dentro do enfoque da pesquisa e em muitos aspectos de influência e controle que foram analisados, percebe-se uma ação direta entre os Itens “Gestão” e a “Relação com a Comunidade” quando se fala de uma boa governança. Esse enfoque, ao longo da apresentação e discussão dos resultados, vai perdendo sentido quando há a separação dessa relação, conforme se apresenta nos resultados iniciais, demonstrando complexidade nas suas interfaces e inter-relações. Dessa forma, os temas, sob o olhar que terão aqui nesta avaliação mais complexa e aprofundada, não conseguem se separar, sendo discutidos de forma sistêmica e holística, conforme apresentados a seguir.

#### **Participação das comunidades locais**

Faz parte de um processo histórico a não participação das comunidades de entorno em gestões de áreas protegidas de modo geral, já que uma expressiva parte das UC no Brasil foi criada exclusivamente para conservação de áreas naturais. Essa situação não ocorre somente no Brasil, já que a implantação de áreas protegidas na África, Ásia e América Latina, a partir das primeiras décadas do século 20, também geraram conflitos sociais e culturais com as populações locais, sendo que a partir da década de 70 essas comunidades locais / tradicionais começaram a se organizar e, em muitos casos, a resistir à expulsão ou transferência de seus territórios, conforme o modelo preservacionista (DIEGUES, 2000).

O Brasil, seguindo o movimento mundial, adotou, a partir dos anos 90, um planejamento participativo nas UC, sendo uma das ferramentas para isso o plano de manejo e o conselho gestor (ABIRACHED; TALBOT, 2015; GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002). O plano de manejo deve ser planejado e implementado

envolvendo a sociedade, as organizações governamentais e não governamentais, constituindo-se em um instrumento democrático e socializado, sendo o conselho gestor um complemento ao processo, constituindo num fórum permanente de discussão para promover o diálogo com a sociedade (ABIRACHED; TALBOT, 2015; GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002). Apesar de todas as diretrizes e normativas para a funcionalidade do Plano, infelizmente não é bem essa a realidade que se vê na prática em muitas UC.

### Plano de Manejo

Na ESEC Carijós foi identificado que, além do desafio da realização do plano de manejo, em função de a UC estar localizada em área de interesses especulativos, pela valorização ambiental e econômica, a primeira gestão enfrentou um passivo em relação à falta de participação da comunidade. Esta condição, preestabelecida pela forma como a UC foi criada (fator exógeno), teve que ser construída e resgatada para a proposta de construção de uma gestão participativa (IBAMA, 2001, Gestora 1, 2016).

O Plano de Manejo da ESEC Carijós foi elaborado 14 anos após a sua criação, sendo que o SNUC prevê um prazo de até cinco anos para sua elaboração (IBAMA, 2001 MMA/ICMBio, 2018c). Quando comparada à situação no Brasil, fica evidente que a ESEC Carijós não é um caso isolado. Das 327 UC Federais criadas entre os anos de 1937 até 2016, cerca de 40% nem sequer possuem plano de manejo, e das que possuem apenas 7,5% sofreram algum tipo de revisão, sendo a ESEC Carijós a única na sua categoria a ter realizado a revisão do plano até o ano de 2010 (ICMBio/MMA, 2001, MMA/ICMBio, 2018c).

Sendo indicado como principal documento que deve reger toda a gestão de uma UC, fundamentado em estudos técnicos e considerando o conhecimento local, o plano de manejo e sua inclusão ainda têm muito a avançar no apoio à gestão de um UC. Há de se olhar com atenção para as UC que nem sequer possuem plano de manejo, ficando uma reflexão de como se pode ter um bom resultado endógeno quando a estrutura mínima de gestão não está organizada e/ou nem foi elaborada e como está sendo realmente implantado todo esse processo na prática.

É importante refletir que se estava partindo do zero em relação à identificação de atores que realmente representariam a comunidade local e que talvez não fosse possível adquirir de maneira imediata e efetiva os resultados desejados, já que havia a necessidade de uma maturidade

desses atores, os quais talvez estivessem tendo uma primeira experiência de gestão participativa de maneira geral (fator endógeno).

## Conselho Gestor

### *Conselho gestor no Brasil*

Os conselhos gestores são um instrumentos de expressão, representação e participação, podendo ser considerados um espaço de transformação política, com tomadas de decisões em uma esfera entre Estado e sociedade (GOHN, 2001). Mas as regras estabelecidas para o formato desses conselhos parecem dificultar a funcionalidade da forma como deveriam, na íntegra, se estabelecer. Talvez esse formato não tenha a intencionalidade real, no cerne de sua criação, de uma participação efetiva da sociedade civil, criando, na prática, um espaço “democrático” coletivo, o qual pode estar simulando uma participação, mas que, na prática, pelo seu formato, se apresenta pouco atrativo ou até inviável em muitos casos.

Uma questão importante a ser analisada é a composição e representação dos conselhos gestores, que, no caso dos conselhos consultivos, deixam em aberto a representação dos órgãos públicos, os quais podem ter um número igual ou maior do que organizações da sociedade civil ou vice-versa (GOHN, 2001; BRASIL, 2002; ABIRACHED; TALBOT, 2015). Esse formato deve ser pensado no sentido de fortalecimento do conselho gestor e o quanto o mesmo pode apresentar vulnerabilidade, colocando em risco sua legitimidade. Ora, se há representantes de órgãos públicos que são designados a comparecer a esses conselhos, geralmente com encontros em horários comerciais, representando, muitas vezes, o desejo de um Governo que atende aos anseios de uma minoria privilegiada, corre-se sério risco de decisões serem tomadas por privilégios unilaterais.

Loureiro e Cunha (2008) afirmam que, muitas vezes, esses espaços são utilizados de forma que atendem apenas interesses de grupos específicos, sem representar um local de construção da cidadania, entendida como condição efetiva de participação, deliberação e apropriação do que é socialmente produzido. Gohn (2001) também coloca algumas questões que devem ser repensadas acerca do modelo de conselho gestor determinado pelo SNUC e que traz uma reflexão do porquê muitas vezes esses espaços não conseguem atender as demandas da UC e sua comunidade do entorno. Alguns pontos destacados e que

merecem atenção são: melhor definição das atribuições e competências do conselho; definição jurídica clara em relação às deliberações dos conselhos; acesso à informação compreensível para os participantes, afim de assegurar o diálogo de qualidade; capacitação dos conselheiros; garantia de igualdade de condições para participação e decisão para todos os conselheiros; definição clara das regras para o processo de participação e representação das comunidade que tem relação com a UC (GOHN, 2001), sendo os três últimos pontos identificados como não satisfatório no CONSECA.

O IBAMA apresenta um documento acerca do que realizou entre 1992 e 2002 em relação aos movimentos de educação ambiental em todos os seus espaços de atuação, incluindo UC, sendo que a ideia apresentada é uma proposta de educação ambiental capaz de tornar os espaços de gestão ambiental em espaços de ensino-aprendizagem, com condições de participação individual e coletiva com conhecimento de causa nas tomadas de decisões em relação ao uso dos recursos naturais no Brasil (BRASIL, 1989; QUINTAS, 2002). Um ponto-chave é como realizar a inserção da educação ambiental nos espaços de gestão, sendo o maior desafio o de que a mesma se torne uma prática efetiva e não simplesmente executada por meio de ações pontuais (QUINTAS, 2002). Essa realidade pode ser verificada no estudo de caso, mostrando um desafio que aponta à necessidade de uma educação mais crítica e emancipatória, capaz de trazer subsídios aos atores para a participação. Isso também demonstra que o esvaziamento desses espaços pode estar associado a questões culturais em geral, falta de preparo ou prática na participação em espaços de tomadas de decisão.

Um bom exemplo, no Brasil, de participação em Conselho Gestor é o da Área de Proteção Ambiental (APA) Baleia Franca (CONAPA-BF<sup>46</sup>), sendo este espaço considerado o núcleo central da participação social da APA, que com seu engajamento de 42 conselheiros em mais de 30 assembleias entre 2005 e 2012 foi considerada notável para a conjuntura de outras UC Brasileiras (GERHARDINGER, 2014, 2011; DELFINO, 2017). Destaca-se, entre outras ações, a criação e operação de numerosas entidades de apoio paralelas, como as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, voltados à resolução de problemas e busca por oportunidades. Isso integra diversos atores em variadas questões de

---

<sup>46</sup> O CONAPA-BF, criado em 2005, está localizado no Sul do estado de Santa Catarina.

governança territorial, mantém um histórico de parcerias com grupos de pesquisas, projetos e iniciativas, com olhar na integridade ambiental e nas práticas tradicionais, tento em vista a interação com o sistema governante do território (GERHARDINGER, 2014; DELFINO, 2017).

### *Conselho Gestor da ESEC Carijós*

O Conselho Gestor da ESEC Carijós teve uma atuação pontual e pouco representativa desde sua criação em 2001. Uma somatória de fatores como: (i) distância da comunidade na criação da UC; (ii) categoria da Unidade de caráter proibitivo, que impede uma participação mais efetiva; (iii) composição do Conselho com pouca representação da comunidade de entorno; (iv) força dos órgãos governamentais usada para decisões de interesses de uma minoria; (v) temas, muitas vezes, pouco relevantes para a comunidade e com o qual não se identificam; e (vi) CONSECA com atuação pontual a favor da comunidade local e contrário à interesses econômicos da região pode ser apontado como provável motivo de insucesso desse espaço de governança. Esses pontos acima estão na fala de 90% dos entrevistados, identificados como fatores determinantes para o insucesso e insatisfação em relação ao Conselho, sendo também uma evidência concreta da falta de uma gestão participativa na UC.

A Gestora 1 (2016) sempre teve como fator preponderante para a realização de sua gestão uma boa governança. Ela enfatiza que a proposta era fazer do Conselho um *locus* de participação e controle social da comunidade sobre o bem público sobre o qual o Gestor e sua equipe estavam responsáveis em gerir (Gestora 1, 2016). Mas isso era muito inédito e à frente do que estava ocorrendo em outras UC no Brasil naquele momento (Entrevistada 4, 2016), sendo até hoje bastante inédito esse olhar sobre um espaço público no país.

Mesmo com olhar na composição do CONSECA com representação da comunidade local, a insatisfação com o formato dele aparece em todo o seu histórico, mostrando falhas na sua composição e falta de efetividade desse espaço, o que deveria ser o ponto focal de uma gestão participativa da UC. O desconhecimento dos atores representativos dessa comunidade e, talvez, o curto período dessa primeira gestão, diante de tamanho desafio que ela enfrentou como primeira gestora da UC podem ter contribuído para o formato do Conselho em um primeiro momento. Mesmo seguindo o que é determinado pelo SNUC, percebe-se que muitas brechas são possíveis

no formato de sua composição, podendo enfraquecer a comunidade local, a qual deveria estar efetivamente à frente desse espaço de gestão participativa.

Registros demonstram que o tema foi discutido ao longo de todo o histórico do Conselho, sempre sendo pontuada a necessidade de inserção de maior representatividade da comunidade do entorno, além da efetiva funcionalidade do Conselho. A situação foi registrada na monitoria do plano de manejo, em 2010, nas atas das reuniões entre os anos de 2005 a 2011, na lista de presença de uma reunião do ano de 2011 e duas em 2012, e pela fala dos entrevistados aqui já registradas, demonstrando que pouca coisa foi mudada, em essência, desde sua criação (ICMBio/MMA, 2010, 2011, 2012a, 2012b).

Outro ponto evidenciado sob olhar dos entrevistados é que o Conselho é uma importante ferramenta de governança, não sendo possível realizar uma boa governança sem a funcionalidade desse espaço, com autonomia e participação da comunidade, a qual representa esse território e deve fazer parte das tomadas de decisões junto à gestão da UC (fator endógeno). De modo representativo, esses resultados devem ser discutidos de maneira urgente, já que são considerados obrigatórios pelo SNUC (fator exógeno), e democráticos, como uma ferramenta legítima de participação, capaz de garantir a inserção da sociedade no processo de tomada de decisões que possam trazer impactos à UC e ao seu entorno.

Há também de lembrar que a ESEC Carijós, assim como muitas UC no Brasil, foi criada sem a participação dos atores sociais (fator exógeno), dificultando o processo de discussão e relação entre ambas, resultando em situações e problemas mais difíceis de serem corrigidos. Ignorar as configurações locais e institucionais na implementação dessas áreas protegidas é, provavelmente, uma receita para o fracasso, sendo a participação e a equidade da comunidade componentes necessários à tomada de decisões, que deve ser respeitada e construída para projetar e implementar planos de conservação, incluindo prejuízos sociais e políticos (CHRISTIE et al., 2009; DIEGUES, 2000; GONZALEZ; JENTOFT, 2010; MCNEELY, 1994).

Mesmo sendo consultivo, um conselho deve ser um espaço democrático de participação social e de tomada de decisões que acarretem benefícios para essa comunidade e para a proteção de seus serviços ambientais. É importante também pensar nesses espaços como bem públicos e de uso coletivo, que precisam ser geridos e olhados de forma democrática e sustentável, buscando consolidar a conservação dos

bens naturais e suas UC como instrumento de políticas públicas e participação social na busca de tomada de decisões sobre espaços em comum (Gestora 1, 2016; LOUREIRO, 2003).

### Conflitos em outras UC no Brasil

Os conflitos na criação de UC são comuns, ainda mais quando se trata de uma UC de proteção integral, inserida em locais onde vivem comunidades tradicionais. Um caso semelhante ao da ESEC Carijós é do Parque Estadual Acaraí em São Francisco do Sul, SC, criado em 2005, de proteção integral, sua criação também não levou em consideração as comunidades tradicionais da pesca, trazendo conflitos na região (FLORIANÓPOLIS, 2005; FOPPA; KALIKOSKI, 2011). Nesse caso, a criação do Parque gerou uma série de debates polêmicos acerca da criação de UC, especialmente em função da falta de relação com as populações que residem em seu interior, limites ou entorno, e a categoria da UC, de proteção integral (FOPPA; KALIKOSKI, 2011), tema que também vem sendo discutido entre os pescadores e a Academia, no caso da ESEC Carijós (FIGUEIROA, 2017).

Segundo Loureiro (2003), em um conflito há três etapas a serem olhadas: o surgimento de alguma incompatibilidade, ou seja, algo que está latente, mas não é olhado como deveria; a tomada de consciência de que há uma oposição; e a tomada de decisão para enfrentar e superar o conflito, quando este fica evidente e se busca uma atitude para resolvê-lo. Reconhecer que os problemas ambientais são permeados por conflitos não significa que seja impossível chegar a uma solução, sendo este o passo a passo sugerido: (i) identificação da situação vigente; (ii) aproximação com a comunidade; (iii) ouvir as partes envolvidas; (iv) buscar soluções em conjunto que possam ser passíveis de acordos que sejam razoáveis para as partes; e (v) entender que sempre há a necessidade de mudanças de comportamento, abrindo mão de desejos próprios para busca de soluções em comum de uma comunidade e sua relação sustentável com o meio em que se vive (LOUREIRO, 2003).

### Gestão de conflitos na ESEC Carijós

Na ESEC Carijós, são bem visíveis as relações de conflito desde o início do processo de criação da Unidade, visto que não foram identificadas ações inclusivas e de diálogo com a comunidade de entorno, mas, pelo contrário, as relações foram pautadas em punição, principalmente em relação à fiscalização sobre as comunidades

tradicionais de pesca. Como essa comunidade não conseguia compreender o que estava ocorrendo, foi natural a resistência à criação e à permanência da UC, surgindo, a partir dessa realidade, a necessidade de ganhar a confiança desses atores que ficaram à margem desse processo. Diegues (2000, p. 7) afirma que:

O modelo preservacionista tem alto custo social e político, pois adota um enfoque autoritário, de cima para baixo, uma vez que, na maioria das vezes, as comunidades locais não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu território.

Esse mesmo modelo acima citado é visto na ESEC Carijós.

Dois fatores exógenos contribuem para iniciar um processo de mudança da relação de conflito entre UC e a comunidade do entorno. Nesse sentido, a inserção da Gestora 1 na Unidade, associada ao momento do país e do mundo, com olhar para as comunidades tradicionais, foi fundamental para o desenvolvimento de uma relação direta com esses atores sociais. Mesmo que na sua criação esse olhar para o entorno tenha sido ignorado, há uma força-tarefa a partir da primeira gestão, relevante para essa construção com olhar mais atento e de respeito às histórias de vida das populações que ocupavam o espaço antes da criação da UC.

A atuação direta da Amigos de Carijós nas ações junto à comunidade também foi fundamental nesse processo, sendo um movimento endógeno diferenciado no histórico da ESEC Carijós. Evidências também demonstram que o trabalho não alcançou seu ideal, já que movimentos como esses levam tempo para trazer transformações realmente efetivas no modo de vida e no comportamento das pessoas. O que ficou evidente em algumas falas e em toda a pesquisa realizada e analisada é que sementes foram plantadas e deixaram bons frutos, mas esse tempo parece não ter sido suficiente para uma conexão efetiva entre comunidade e UC. Isso ocorreu porque a construção da gestão participativa, que teve início no primeiro período da UC, não apresentou evidências de continuidade da mesma forma como se entende que deveria ter sido na segunda e na terceira gestões, na intenção de que se alcançassem níveis ideais de uma boa governança.

## Resultado das ações junto à comunidade

Em relação às ações de educação ambiental com as escolas, os trabalhos realizados com alunos e professores ocasionaram resultados promissores e, mesmo tendo sido realizados somente até o ano de 2009 de forma mais efetiva, foram relatados de maneira positiva por diversos entrevistados durante esta pesquisa (ano de 2016). Além disso, há comparação entre as ações de educação ambiental realizadas com aprofundamento e olhar direto para a comunidade (até o ano de 2009), com outras ações de educação ambiental mais pontuais, que ocorreram na terceira gestão, por exemplo, quando se identificou uma falta de envolvimento da comunidade da mesma forma como já havia ocorrido no primeiro e segundo períodos da UC, quando havia um suporte integral do terceiro setor junto à Unidade, segundo o olhar dos entrevistados.

As ações com a comunidade, por meio de fóruns sociais e movimento do CONSECA, ferramentas de gestão participativa, não têm muito eco atualmente. Os relatos demonstram que ficou plantada a semente e o conhecimento deixado não se perde, mas que seria necessária uma continuidade desse movimento. Sabe-se que esse não é um processo fácil e que só foi possível por um fator endógeno de parceria da UC com o terceiro setor e o olhar da Gestora 1, como já mencionado. O que demonstrou efetividade foi a relação com os pescadores artesanais da região, a qual se consolida junto à ESEC Carijós do primeiro período até o terceiro período nos quais foi realizada a pesquisa. Esse resultado pode estar relacionado: ao perfil de cada gestor que assume a Unidade, que vê no pescador um importante ator social deste território; no respeito a essas comunidades tradicionais; a uma região com perfil para a pesca, mostrando a importância de fortalecer e manter laços com esse grupo de atores-chave da região.

As ações de educação ambiental nas escolas, e com moradores locais em geral, foram deixadas de lado a partir da saída do IC da UC, seja em função do perfil dos gestores (fator endógeno), ou pela falta de estrutura para atender toda a demanda apresentada, sendo que as relações com a comunidade de entorno não são cobradas pela ICMBio de maneira efetiva, se comparadas às de fiscalização e de monitoramento, por exemplo (fator exógeno).

Mesmo definindo em suas diretrizes a necessidade de envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da Política Nacional de Unidades de Conservação e a participação efetiva das

populações locais na criação das UC, com metodologias já definidas (IBAMA, 2001), na prática essas ações não são tão comuns como a demanda apresentada, ficando a cargo do gestor – juntamente à sua condição estrutural e seu perfil para tal ação – enfatizar ou não a demanda apresentada.

O Gestor 3 mostra seu desejo de realizar ações de educação ambiental na UC, iniciando com ações internas até a efetivação de uma parceria com o terceiro setor (Projeto Uça) com possibilidades de ampliação dessas ações dentro e fora da Unidade. Mas o curto período da parceria e os interesses difusos entre a UC e o terceiro setor dificultaram a efetivação dessas ações na região e seu reconhecimento pela comunidade em geral.

### Benefícios de investimento na relação com a comunidade

Percebe-se um importante movimento exógeno na gestão das UC nos últimos anos para que se efetivem mais ações de educação ambiental e gestão participativa, chamando a atenção para esse movimento, o que pode gerar diversos benefícios para a boa governança em UC. Um estudo do ICMBio/MMA (2015) aponta que, quanto mais se investe em educação ambiental e em comunicação com as comunidade de entorno de UC, melhor resultado se terá em relação à busca de soluções de diversos desafios encontrados nessas áreas, tais como: problemas fundiários, resistência da população local, de setores econômicos e políticos; deficiências nas articulações institucionais, número insuficiente de servidores e ausência de plano de manejo. Aliado a isso, tem-se a falta de entendimento da relação entre conservação e qualidade de vida e proteção dos seus serviços ambientais, e entende-se, ainda, que a permanências dessas comunidades tradicionais pode contribuir para a conservação dos recursos naturais, pela ação manejadora ligada ao modo de vida da população do entorno (DIEGUES, 2000; ICMBio/MMA, 2015).

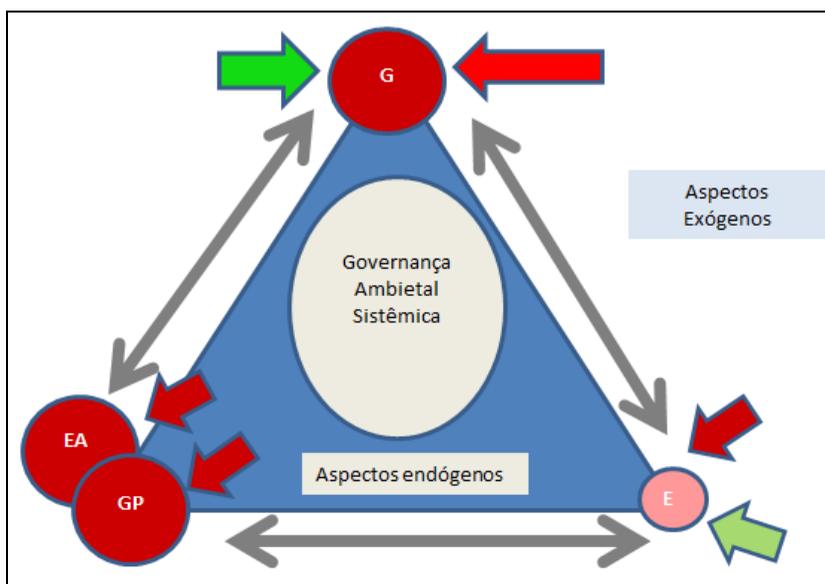
Esse retorno pode ser inclusive econômico, fortalecendo redes de comunicação e de articulação para a busca de parcerias e recursos que possam suprir a necessidade de maior investimento nessas áreas, o que pode ser uma saída bem interessante, já que o órgão gestor vem sendo cada vez mais suprimido de investimentos, causando prejuízos à conservação dessas áreas e todo o serviço ambiental que elas podem apresentar ao país (MEDEIRO, 2011; ICMBio/MMA, 2015).

Na ESEC Carijós, ações junto aos pescadores fizeram com que eles entendessem a importância do papel da UC para a pesca, passando a atuar como fiscalizadores das áreas protegidas. Pescadores da região hoje atuam como protetores do manguezal, inclusive denunciando pescadores que atuam de maneira irregular na região, contribuindo para a preservação local e suprimindo a incapacidade de pessoal de estar o tempo todo no campo em ações de fiscalização (Entrevistados 2, 3 e 12, 2016).

## 5.2.2 Resultados resumidos e figurado do Modelo Funcional

A seguir, apresenta-se de maneira figurada e resumida o Segundo Conjunto de resultados, inserindo os aspectos de influência e controle dentro do Sistema de Governança Socioambiental. Levar o olhar sobre esses aspectos permite uma percepção da dimensão desse sistema, o qual será demonstrado a seguir.

**Figura 8: Modelo Funcional – Pré-período (PO) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle**



G: Gestão

E: Estrutura

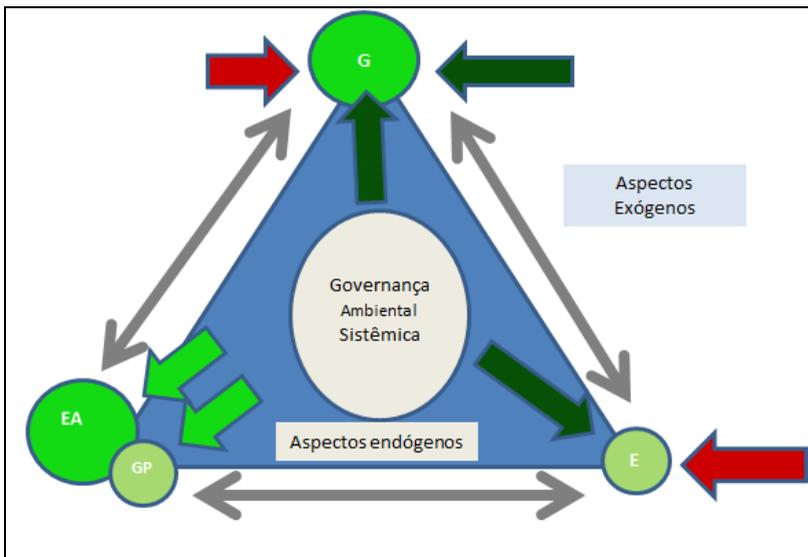
RC: Relação com a comunidade

EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

**Figura 9: Modelo Funcional – 1º período (P1) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle**



G: Gestão

E: Estrutura

RC: Relação com a comunidade

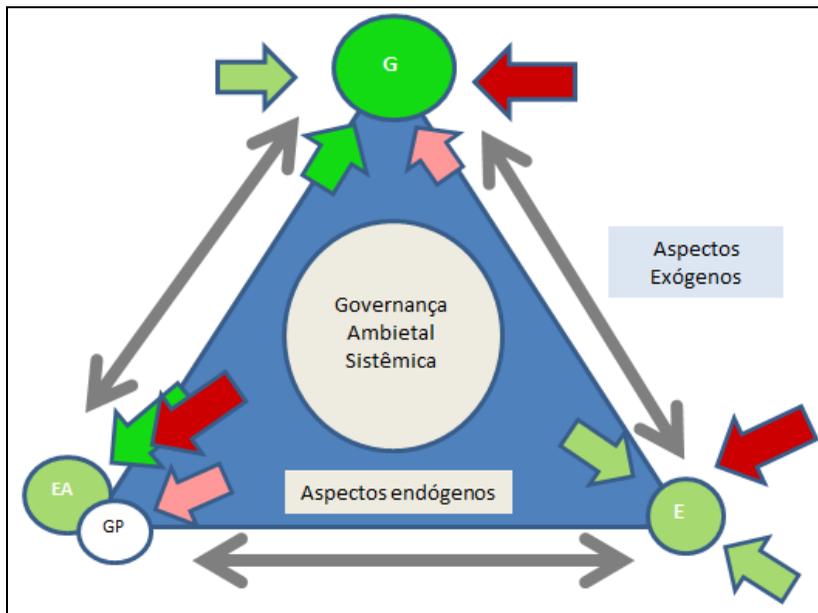
EA: Educação Ambiental

GP: Gestão participativa

Fonte: A autora



**Figura 11: Modelo Funcional – 3º período (P3) compreendendo: E, G e RC, aqui representados pela EA e pela GP, considerando os aspectos e os graus de influência e controle**

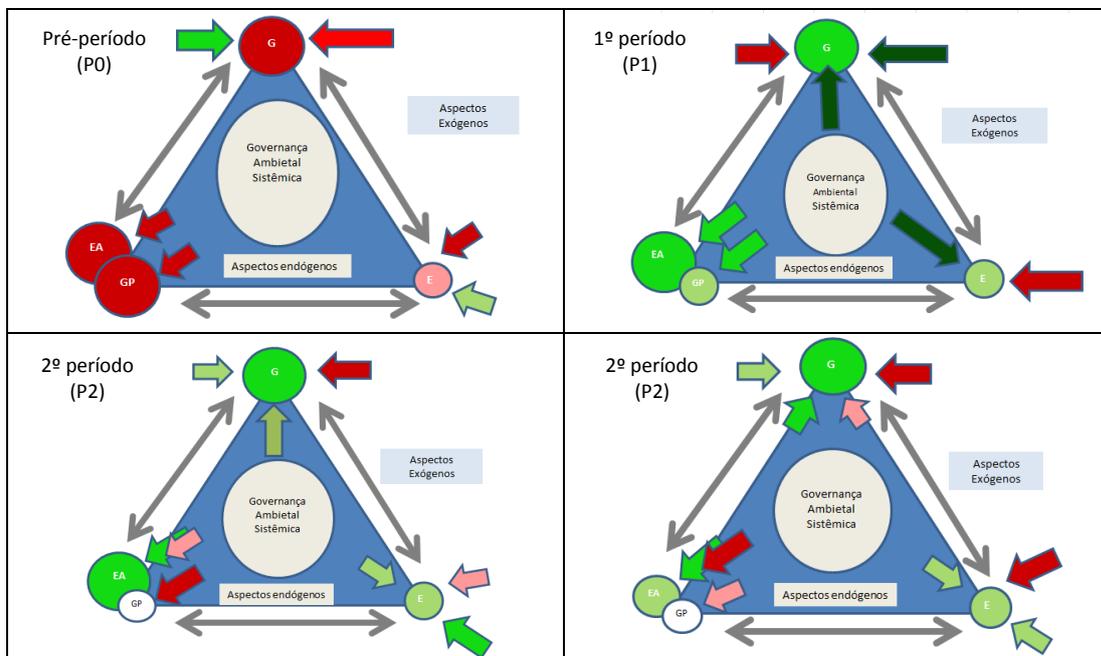


G: Gestão  
 E: Estrutura  
 RC: Relação com a comunidade  
 EA: Educação Ambiental  
 GP: Gestão participativa

Fonte: A Autora

A seguir se apresentam as Figuras do Modelo Funcional de cada período (Quadro 8), de forma conjunta para comparação visual dos resultados de maneira geral.

**Quadro 8: Resultado em conjunto dos 4 períodos Analisados (Modelo Funcional) compreendendo: E, G, RC, representado aqui na EA e na GP**



Legenda: G: Gestão; E: Estrutura; RC: Relação com a comunidade; EA: Educação Ambiental; GP: Gestão participativa

Fonte: A autora

O Quadro 9 apresenta o resultado analítico resumido dos mais importantes aspectos de influência e controle da ESEC Carijós. Os aspectos foram divididos e apresentados conforme o que foi sendo evidenciado de mais relevante em relação ao caminho tomado para a governança em cada um dos períodos da UC, variando entre um período e outro.

Dessa forma, os aspectos endógenos ficaram divididos em: (I) relação com a comunidade; (II) gestão da ESEC CARIJÓS, (III) recurso de empreendimentos locais.

Já os aspectos exógenos sofreram algumas subdivisões:

- a) Estaduais, regionais ou nacionais, incluído nestes: (I) sociedade civil e/ou imprensa; (II) órgão gestor responsável, de alguma forma, pelas tomadas de decisões da UC, variando ao longo do histórico, incluindo SEMA, Polícia Ambiental, IPUF, FATMA, IBAMA e ICMBio; (III) Recursos instituições nacionais;
- b) Aspectos internacionais: movimentos internacionais, políticas públicas, recursos de instituições internacionais que contribuíram e/ou influenciaram de alguma forma a governança da ESEC Carijós.

**Quadro 9: Quadro analítico resumido dos principais aspectos de influência e controle de cada período na ESEC Carijós (desde sua criação em 1987 até 2016)**

<b>ASPECTOS ENDÓGENOS</b>			
	<b>Locais</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<b>P0 → 1987 - 1998</b>	Relação com a Comunidade	Inexistente e/ou não identificado	Comunidade não participa do processo de criação da UC; Reação negativa da comunidade (principalmente de pescadores), em função de fiscalização intensa no local.
	Gestão ESEC Carijós (IBAMA)	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
	Recursos empreendimentos locais	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
<b>ASPECTOS EXÓGENOS</b>			
	<b>Regional, estadual e nacional</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<b>P0 → 1987-1998</b>	Sociedade civil e imprensa em geral	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
	SEMA, FATMA, SPU e IPUF	Criação da ESEC Carijós para proteção das áreas remanescentes de manguezais da Ilha.	Criação da UC sem olhar e/ou participação da Comunidade local no processo.

ASPECTOS EXÓGENOS			
Regional, estadual e nacional	Positivos	Negativos	
P0 → 1987-1998	Polícia Ambiental	Fiscalização na região contra a pesca ilegal.	Fiscalização sem comunicação com a comunidade.
	SEMA (1987-1988)	Veículos e motores de barcos designados à UC; Casa foi construída para uso da UC.	Sem Gestão local para uso desta estrutura.
	IBAMA (1989-1998)	Movimento para criação de UC em todo o país.	Veículos e equipamentos designados para outras UC; Casa não foi utilizada, logo, demolida; Sem Gestão local para uso de estrutura; Diversas gestões parciais sem foco na UC de forma específica.
	Recurso de instituições nacionais	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
ASPECTOS EXÓGENOS			
P0	Internacional	Positivos	Negativos
		Influência de movimentos internacional para criação de áreas protegidas.	Inexistente e/ou não identificado.

ASPECTOS ENDÓGENOS		
Locais	Positivos	Negativos
<b>Relação com a Comunidade</b>	<p>Olhar para a comunidade de entorno;            Representantes da comunidade passam a participar do processo de gestão participativa;            Ações de EA;            Criação do CONSECA com olhar para comunidade de entorno.</p>	<p>Parte da comunidade local resistente a participar do processo.</p>
<b>Gestão ESEC Carijós (IBAMA)</b>	<p>Foco na gestão participativa com a comunidade de entorno;            Foco no Plano de Manejo participativo;            Criação de um grupo de voluntários qualificados para atuar na UC (associação Amigos de Carijós);            Parceria com empresas e ONG locais;            Ações de educação ambiental com a comunidade;            Criação do Conselho Gestor (CONSECA).</p>	<p>Falta de conhecimento (por parte da gestão) acerca de quem são os atores da comunidade de entorno            CONSECA com pouca participação das comunidades de entorno da UC.</p>
<b>Recursos empreendimentos locais</b>	<p>Parceria para ações junto a UC e seu entorno.            TAC – continuidade das ações na UC e entorno.</p>	<p>Inexistente e/ou não identificado.</p>

ASPECTOS EXÓGENOS			
Regional, estadual e nacional	Positivos	Negativos	
P1 → 1998-2002	<b>Sociedade civil/ imprensa em geral</b>	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
	<b>IBAMA</b>	Contratação da primeira Gestora para ESEC Carijós; Criação da Lei dos SNUC; Determinação da IN para criação do Conselho Gestor; Capacitação de equipe para atuar na UC; Determinação da DIREC/IBAMA para elaboração do Plano de Manejo; Convênio IBAMA para implementação do Programa de educação ambiental na ESEC Carijós.	IBAMA oferece uma estrutura precária física e de pessoal; Contratação de pessoal é cancelada em função de corte de recursos do Governo Federal; Mesma realidade em outras UC no país.
	<b>Recurso Instituições Nacionais</b>	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
	ASPECTO EXÓGENO		
P1	Internacional	Positivos	Negativos
		Movimento internacional de olhar para a participação das comunidades que vivem em áreas protegidas ou seu entorno.	Inexistente e/ou não identificado.

<b>ASPECTOS ENDÓGENOS</b>		
<b>Locais</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<b>Relação com a comunidade</b>	Comunidade de pescadores, principalmente, boa relação com o Gestor 2; Projetos de EA; Inserção de novas entidades locais no CONSECA.	Comunidade insatisfeita com a exoneração do Gestor; Comunidade entende que a Exoneração ocorre por interesses políticos.
<b>Gestão ESEC Carijós IBAMA até 2007 ICMBIO a partir de 2007</b>	Gestor 2 comprometido com a UC; Boa relação com os pescadores, preocupação com a pesca na região; Apoio ao IC, que segue atuando em projetos de EA nas escolas e participação da comunidade; Monitoria e avaliação do Plano de Manejo; Inserção de novas entidades representantes da comunidade no CONSECA; Força do ICMBio e da comunidade no CONSECA derrubam empreendimento de grande porte na região.	Gestor 2 com linguagem técnica no início da gestão; sem olhar para a gestão participativa; IC não consegue dar continuidade às suas ações sem suporte do ICMBio; há pouca efetividade do CONSECA na maior parte da gestão; cadeiras do CONSECA com algumas entidades que não representam a comunidade e os interesses locais; interesses difusos dificultam a funcionalidade do CONSECA a favor da comunidade e da UC; exoneração do Gestor 2 causa insatisfação por parte dos funcionários da UC.
<b>Recursos de empreendimentos locais</b>	TAC com Shopping Florianópolis e empresa Habitasul – projetos de EA e compra de equipamentos para a sede.	Inexistente e/ou não identificado.

<b>ASPECTOS EXÓGENOS</b>		
<b>Regional, estadual e nacional</b>	<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
<b>Sociedade civil ou imprensa em geral</b>	Nota de apoio e repúdio aos servidores do ICMBio em Santa Catarina pela exoneração do Gestor 2.	Insatisfação por parte de sociedade em geral e de entidades locais e regionais em função da Exoneração do Gestor 2.
<b>IBAMA/ICMBio</b>	<p>Contratação de Gestor, por meio de processo seletivo, com capacidade técnica para sua função;</p> <p>Equipe técnica qualificada para atuar na UC;</p> <p>Notas de apoio (por parte dos servidores federais) aos servidores do ICMBio em SC em função da exoneração do chefe da Unidade.</p>	<p>ICMBio oferece uma estrutura física precária e de pessoal;</p> <p>Mudança estrutural do órgão gestor (IBAMA para ICMBio) contribui para finalização da Parceria entre IC e ESEC Carijós;</p> <p>IC não consegue dar continuidade às ações sem o suporte do ICMBio;</p> <p>Exoneração do Gestor 2 causa insatisfação por parte dos servidores federais.</p>
<b>Recursos Instituições nacionais</b>	Recurso nacional para execução dos projetos e suporte institucional (PMNA, PDA).	Inexistente e/ou não identificado.

ASPECTO EXÓGENO			
P2	Internacional	Positivos	Negativos
			Recurso internacional para projeto.
ASPECTOS ENDÓGENOS			
P3 → 2011-2016	Locais	Positivos	Negativos
	<b>Relação com a comunidade</b>	Comunidade entende a importância da UC Boa relação com pescadores.	Exoneração do Gestor causa repúdio por parte da comunidade
	<b>Gestão ESEC Carijós ICMBIO</b>	Gestor comprometido com a gestão da UC; Possui boa relação com a maior parte da comunidade e com pescadores locais; Melhoria da vazão do Rio Ratonés, com retirada de comportas, favorecendo a pesca na região; Atividades de EA dentro da sede para estudantes; Parceria com terceiro setor para ampliação das ações de EA.	Gestor sem perfil para gestão participativa; Conflitos em função da forte fiscalização na região e falta de comunicação com a comunidade; Ações pontuais de EA, sem participação ou conhecimento por parte da comunidade; Ações de EA realizadas pelo terceiro sem foco na UC; Pouca funcionalidade de CONSECA; Exoneração do Gestor causa insatisfação por parte, principalmente, dos Funcionários da UC.

ASPECTOS ENDÓGENOS		
Locais	Positivos	Negativos
<b>Recursos empreendimentos locais</b>	TAC com Shopping Florianópolis permite melhoria da estrutura predial da sede da UC.	Inexistente e/ou não identificado.
ASPECTOS EXÓGENOS		
Regionais, estaduais e nacionais	Positivos	Negativos
<b>Sociedade civil Imprensa em geral</b>	Nota de repúdio pela exoneração do Gestor 3; Nota de apoio aos servidores do ICMBio em Santa Catarina.	Inexistente e/ou não identificado.
<b>IBAMA / ICMBio</b>	Contratação de Gestor 3, por meio de processo seletivo, com capacidade técnica para sua função; Equipe técnica qualificada para atuar na UC em ações técnicas e de fiscalização.	ICMBio oferece uma estrutura física precária, principalmente do prédio; Falta de apoio institucional e burocracia para conseguir recurso, isso dificulta atividades dentro da UC; Falta de pessoal com perfil para atuar em projetos de EA; Exoneração do Gestor 3 sem justa causa.
<b>Recurso Instituições Nacionais</b>	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.
ASPECTOS EXÓGENOS		
Internacional	Positivos	Negativos
	Inexistente e/ou não identificado.	Inexistente e/ou não identificado.

Fonte: A autora

## 6 CONCLUSÕES

Este trabalho foi desenvolvido com o propósito de identificar e avaliar a dinâmica da governança ambiental em UC, tendo como principal elemento a análise prospectiva do âmbito sistêmico desta governança, por meio de um Estudo de Caso. A pesquisa demonstrou que a gestão da ESEC Carijós só se estabeleceu, de forma significativa, 11 anos após sua criação. Antes deste período, não houve um gestor local, tampouco a participação da comunidade do entorno com um olhar para as necessidades e perspectivas da Unidade.

Desde a primeira gestão, a governança foi balizada pelo perfil do gestor que estava à frente da Unidade, principalmente no que concerne à sua relação com a comunidade do entorno. Por outro lado, fatores externos (exógenos) às suas decisões conseguiram caminhar para outros resultados não tão desejados, tanto pela Gestão da Unidade, como pela comunidade interna e/ou do entorno da mesma. Aqui podem ser citados a escolha e/ou exoneração do gestor local, recursos da UC, políticas externas e tomadas de decisões, principalmente por interesses econômicos e políticos, muitas vezes, sem levar em consideração a realidade local. Destaque positivo para a qualidade técnica dos analistas ambientais no quesito fiscalização e projetos de conservação, mesmo com um número de funcionários aquém do desejado, além da importância da proteção do ecossistema manguezal.

Partindo-se do pressuposto de que uma boa governança pode ser definida como um sistema complexo de interações, com foco no bem-estar humano, na Educação Ambiental e na Gestão Participativa, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido nos processos de governança dentro de uma UC, como a analisada. Mais do que isso, há evidências claras que esse tripé não atua com autonomia. Existe um componente complexo e subjetivo – os fatores exógenos – que determinam diretrizes para esse processo, na forma de decisões políticas não facilmente mensuradas e não alinhadas às necessidades que surgem nesses espaços de governança. Ou seja, a pesquisa aponta que, além dos fatores endógenos, fatores exógenos influenciam diretamente no tipo de resultado alcançado, tornando necessária uma visão dinâmica/funcional (sistêmica) para a compreensão dos aspectos estruturantes e de controle da governança. É esse o caminho aqui proposto para analisar a governança de uma UC.

Uma boa constatação ou recomendação, nesse caso, é a de não tratar a governança como algo característico e permanente a uma

determinada UC. Ela pode apresentar uma variação temporal que reflete o nível de maturidade do processo e a dinâmica do contexto histórico, político e socioeconômico. Uma análise interessante da governança deve ser feita considerando os elementos intrínsecos (endógenos) evolutivos e os de controle exógenos (que refletem as conexões socioculturais, políticas, econômicas etc.). Ou seja, as possíveis críticas e sugestões para a melhoria da governança devem considerar de forma realística essa combinação funcional.

Para orientar os níveis de factibilidade das sugestões, elencaram-se os resultados analíticos em forma de tabelas e figuras, o que pode contribuir com a análise crítica da governança de determinada UC. Com essa proposta, tem-se a intensão de diagnosticar a governança, levando em conta não somente uma macrovisão, mas também analisando os detalhes de uma Unidade, cujos fatores, que não estão tão visíveis, possam ser observados mais próximos da realidade discutida.

Alguns pontos merecem destaque e devem ser analisados com atenção. Como já mencionado, um fator exógeno positivo, relativo às políticas públicas de criação de áreas protegidas no final dos anos 1980, permitiu a criação da ESEC Carijós e a proteção dos manguezais do Norte da Ilha de SC (fator endógeno positivo). No entanto, a falta de atenção para as comunidades locais, dificultou e segue interferindo negativamente a inserção das mesmas na Gestão Participativa da UC.

No final dos anos 1990, o mundo passou a discutir de maneira mais atenta a participação destas comunidades na gestão das áreas protegidas, favorecendo a boa governança sob esse aspecto pouco analisado até então – fator exógeno positivo evidente nesse período. Aliados a isso, fatores endógenos, como o perfil da Primeira Gestão e um grupo de apoio de técnicos voluntários, foram fundamentais neste processo, tendo como suporte legal a criação do SNUC e suas deliberações para a implantação do Plano de Manejo e do Conselho Gestor de forma participativa (fator externo positivo). A falta de estrutura oferecida pelo órgão gestor responsável das UC no país influencia negativamente neste processo, situação que se agrava pelos cortes de orçamento que vem ocorrendo a cada ano nas UC do Brasil de maneira geral. Merece destaque o terceiro setor, como facilitador de aporte de recursos, de forma menos burocrática, contribuindo significativamente neste quesito. Ações que envolvem a relação com a comunidade, apesar de determinadas pelo SNUC, mostram-se ainda um tanto tímidas, já que não há uma cobrança efetiva na prática acerca desse aspecto. Exemplos de ações de Gestão Participativa e Educação

Ambiental, assim como reflexões sobre elas, vêm sendo discutidas de maneira mais específica pelo órgão gestor nos últimos anos, importante fator exógeno, contribuindo para resultados mais positivos e imprescindíveis para o processo de uma boa governança, mesmo que de maneira lenta e com necessidade de avanços mais expressivos na prática.

Sobre este aspecto, é importante reforçar que ações de Educação Ambiental e Gestão Participativa demoram a se efetivar na prática, apresentando especificidades de cada região, fator endógeno que deve ser considerado, entendendo que os bons frutos levam um período significativo para serem colhidos e mensurados. Além disso, não se deve ignorar o fato de que há uma defasagem na educação de maneira geral no Brasil, além de diferenças sociais, econômicas e culturais significativas num país continental, com um longo caminho a ser percorrido até que se possa chegar a discutir questões ambientais com a sociedade em geral de maneira efetiva, com um olhar crítico capaz de subsidiar resultados promissores para uma boa governança.

O CONSECA, mesmo apresentando uma proposta política de caráter participativo, a princípio positiva para a sua implantação, parece não funcionar tão bem na prática. Uma soma de fatores internos e externos apresentados nesta pesquisa pode evidenciar a realidade do conselho ao longo de toda a trajetória da ESEC Carijós. Nesse sentido, podem ser citadas, desde falta de cultura de participação, o modelo dos conselhos gestores, estrutura funcional e falta de incentivo à participação de políticas públicas voltadas às tomadas de decisões em geral no país.

Por fim, cabe destacar a necessidade de fazer-se a reflexão de que tomadas de decisões e movimentos em áreas protegidas sofrem interferências exógenas fortes, que podem dificultar e/ou impedir uma caminhada endógena mais linear e de maior sucesso, tanto para a preservação dos recursos naturais e seus serviços ambientais, como para a participação efetiva dessas comunidades locais nos processos de tomada de decisão. Cada mudança abrupta de um gestor, que não é de desejo interno, por exemplo, tende a reduzir o processo quase à estaca zero. Uma relação de confiança precisa ser reconstruída, pessoas devem ser estimuladas a continuar participando e, talvez, novos grupos de trabalho precisem ser constituídos para participar das decisões de maneira afetiva e efetiva em todo o processo.

A pesquisa propõe uma análise da governança de forma sistêmica e reconhece a inexistência de uma escola consolidada com essa

perspectiva na análise da funcionalidade objetiva das UC. Não há como reconhecer o processo dinâmico da evolução do padrão de governança com base em métodos tradicionais de análise. Governança é e deve ser considerada como um “sistema vivo”, dinâmico e mutável, com elementos típicos, mas também – aqui destacado nesta pesquisa – por processos de existência e/ou intensidades controladas por fatores internos e externos. A determinação de tais fatores de controle e dos também elementos e processos que os controlam é concebida aqui como imperativa, não apenas na compreensão da governança, mas na possibilidade objetiva de regulá-la e geri-la.

Desse modo, mostra-se evidente que qualquer política voltada à melhoria da gestão de UC não pode estar centrada ou focada unicamente em seus elementos estruturantes (como aqueles modelados no arcabouço do Modelo Analítico). Políticas com tais características apresentariam um caráter reducionista, reativo e focado na manutenção de elementos, sem levar em conta os processos internos e externos de influência e controle. Esse, infelizmente, tem sido o modo dominante das políticas de gestão no Brasil e no mundo, configurando uma ação reativa e setORIZADA, com baixa eficiência.

Por outro lado, a tese aponta para um sistema integrado de processos que permite depreender o sentido das ações de gestão e da política para tais ações, possibilitando uma ação proativa, integrada ou sistêmica, que leva em consideração os fatores de controle endógenos e exógenos, como tipicamente ocorre nos sistemas socioambientais. A compreensão integrada dos fatores modeladores da governança expõe, claramente, os possíveis espaços para as ações de gestão em diferentes âmbitos, como indica o acompanhamento cronológico na UC estudada. São espaços que, devidamente compreendidos, podem levar a uma condição de boa governança, participativa, integrada e eficaz.

Entendendo que esta metodologia se mostra adequada ao sistema de análise para as UC, propõe-se a aplicação deste modelo analisando os aspectos indicados na pesquisa, potencializando os positivos e procurando analisar os negativos, buscando possibilidade de minimização e/ou ajustes necessários do processo ao longo do tempo. Entendendo sempre a importância do olhar para: contexto histórico, políticas públicas, realidade local, potencializando o conhecimento técnico dos analistas ambientais, aliados aos saberes local e trazendo a comunidade para junto à UC, na busca de soluções de forma compartilhada. A transparência no processo deve ser a chave para trazer repostas e soluções salutares para a maioria. Uma forma proposta para

Carijós é levar o resultado para o CONSECA, ou instituições representantes da comunidade de entorno a UC, juntamente com a equipe de gestão da Unidade, apresentando os resultados e debatendo supostas soluções cabíveis e possíveis com a realidade e necessidade local. Após esta etapa, a proposta elaborada deve ser encaminhada para o órgão gestor externa da UC, propondo que o mesmo também esteja em algum momento debatendo a busca de soluções para os desafios apresentados.

Em outras UC, o processo de avaliação dos fatores de interferência pode ser avaliado juntamente à comunidade interna e de entorno à UC, enriquecendo o processo de construção de busca de soluções. A proposta caracterizar-se-ia como uma ferramenta aplicada, dependendo da etapa da Unidade, desde sua proposta de criação, diretrizes para elaboração e execução do Plano de Manejo e condução dos processos de acompanhamento da gestão da UC, por meio do Conselho Gestor. Na mesma linha, há potencial para apoiar outros projetos que venham a ser implementados dentro de uma câmara técnica de planejamento e gestão, potencializando os aspectos positivos e indicando risco de aspectos negativos e sua possível busca de soluções.

As UC são bens públicos e devem exercer sua função de servir à sociedade e contar com a sociedade. É somente por meio desse processo que os atores interessados poderão efetivamente compreender sua relevância e participar do processo de conservação da Unidade.

Para que se possa efetivar as necessidades de conservação dos ambientes naturais, assim como das pessoas que vivem nesses locais, é fundamental e urgente que haja uma aproximação entre UC e seu entorno, entre os tomadores de decisão e os que estão à linha de frente dessas áreas protegidas, buscando soluções para os conflitos que possam surgir ao longo do caminho.

Enquanto houver um distanciamento entre UC e seu entorno, entre os tomadores de decisão e os que estão à linha de frente dessas áreas protegidas, os conflitos estarão se sobrepondo às necessidades tanto de conservação dos ambientes naturais como das pessoas que vivem nesses locais. Esta é, com certeza, a chave do sucesso desta importante ferramenta de preservação socioambiental para o nosso ambiente!



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIRACHED, D. F. de A.; TALBOT, V. (Org.). **Conselhos gestores de Unidades de Conservação Federais**. 2ª Ed. Brasília: ICMBio/MMA, 2015.

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: Pinsky, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto. p. 155-202, 2010.

ALMEIDA, R.; JUNIOR, C. C. **Manguezal e serviços ecossistêmicos**. In: Atlas dos manguezais do Brasil. MMA/ICMBio, 2018. p. 85-95.

ARRUDA, R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. Ambiente & Sociedade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 79-92.

ASCEMA NACIONAL. **Nota de apoio aos servidores do Instituto Chico Mendes em Santa Catarina**. 2010. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/nota-de-apoio-aos-servidores-do-instituto-chico-mendes-em-santa-catarina/>. Acesso: 02 out. 2017.

BARRAGÁN, M. J. **Política, gestión y litoral: una nueva visión de la gestión integrada de áreas litorales**. Espanã: Tébar Flores, 2014.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005. p. 68-80. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso: 22 out. 2018.

BORGES, C. O que são espaços educadores sustentáveis. in: Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o futuro**: TV Escola, Rio de Janeiro. Ano XXI, Boletim 07 - Junho 2011. 29 p.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Governance of protected areas: innovations in the air**. In: Commission on Environmental, Economic & Social Policy. Community, Empowerment for conservation. Policy Matters (Org). Durban: IUCN, 2003. p. 92-101.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N.P.; PHILIPS, A.; SANDWITH, T. **Gobernanza de áreas protegidas: de la comprensión a la acción**. IUCN - The World Conservation Union. Gland, Suíça, 2014. p. 22.

BRASIL. **Decreto nº 1.713**, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia e dá outras providências. Brasília, 1937.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.035**, de 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional do Iguaçu e dá outras providências. Brasília, 1939a.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 1.822**, de 30 de novembro de 1939. Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e dá outras providências. Brasília, 1939b.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 49.874**, de 11 de janeiro de 1961. Cria o Parque Nacional das Emas. Brasília, 1961

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 289** de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Brasília, 1967.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 70.492**, de 11 de maio de 1972. Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências. Brasília, 1972.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 73.030**, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Brasília, 1973.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 83.549**, de 5 de junho de 1979. Cria a Reserva Biológica do Atol das Rocas e dá outras providências. Brasília, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 94.656**, de 20 de julho de 1987. Cria as Estações Ecológicas de Carijós, Pirapitinga e Tupinambás, e dá outras providências. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7735** de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985** de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: IBAMA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 77** de 29 de maio de 2001. Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. - p. 29. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Santa Catarina. Núcleo de Meio Ambiente. **Execução de sentença nº 96.00.06712-0 (SC)**. 6ª Vara Federal de Florianópolis. Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Ação diversa da 6ª Vara da Seção Judiciária de Santa Catarina. **Termo de Acordo Judicial entre Ministério Público Federal e Habitasul empreendimentos imobiliários**. Processo nº 90.00.03058 –7. Florianópolis, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11. 516** de 26 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e dá outras providências. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Santa Catarina. Núcleo de Meio Ambiente. Termo de Aditamento de Acordo Judicial. **Execução de sentença Nº 96.00.067121-0 (ACP N.º 94.000476-**. 6ª Vara Federal). Ementa: aditamento ao Termo de Acordo Judicial homologado por sentença publicada em 27 de março de 2003. Florianópolis, 29 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Termo de aditamento de acordo Judicial, homologado por sentença publicada do TAJ em 2003 do Ministério Público Federal contra o Shopping Center Florianópolis.** Vara Federal Ambiental de Florianópolis. Processo nº 96.00.067121-0. Florianópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Pilares para a sustentabilidade financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2009. p. 72

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa ICMBio nº 09,** de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Brasília, 2014

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.456,** de 22 de maio de 2015. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, e dá outras providências. Brasília, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.496,** de 30 de julho de 2015. Altera o Decreto no 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, e dá outras providências. Brasília, 2015b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.313, de 19 de março de 2018. Cria a Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Brasília, 2018.

**BISPO, F. Organizações Civis repudiam troca de comando na ESEC de Carijós, 2016.** Disponível em:

<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/org>>. Acesso: 10 fev. 2017.

**CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. Mata Atlântica – uma rede pela floresta.** RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica, Brasília, 2006.

**CARSON, R. Primavera silenciosa.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

**CARUSO, M. M. O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais.** Florianópolis: Editora UFSC, 1990.

CERATI, T.M.; MATHEUS, D.R.; SOUZA, A.Q.; BONOMO, M.D.F. **Gestão participativa em uma unidade de conservação urbana: a busca de estratégias para conservar o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil.** Revista INTERFACEHS – Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade - v.6, nº 1, Artigo, Abril. 2011

CHRISTIE, P.; POLLNAC, R. B.; ORACION, E. G.; SABONSOLIN, A.; DIAZ, R.; PIETRI, D. **Back to basics: An empirical study demonstrating the importance of local-level dynamics for the success of tropical marine ecosystem-based management.** Coastal Planning, 2009. p. 349-373.

COLOMBIA. Ministerio Del Medio Ambiente. **Memorias del primer Congreso Larinoamericano de Parques Nacionales y otras áreas prtegidas.** El Selo Editorial, Colombia, 1998.

DELFINO, D. **Os valores da paisagem como instrumento de gestão territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – Santa Catarina, Brasil, 2017.** 348f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universitat Autònoma de Barcelona, Facultat de Filosofia i Lletres. Departament de Geografia: Florianópolis, SC, 2017.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2003.

DICK, E.; DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica.** Rio do Sul: Editora APREMAVI, 2012.

DIEGUES, A. C. S. (ORG). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Ed. da USP, 2000.

DUDLEY, N.; MULONGOY, K. J.; COHEN, S.; STOLTON, S.; BARBER, C.V.; GIDDA, S.B. **Towards effective protected area systems: an action guide to implement the convention on biological diversity programme of work on protected areas.** Montreal: Convention on Biological Diversity, 2005.

FERRETI, O. E. **Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina, Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013.

FIGUEIROA, A. C. **Como e o que proteger?** Criação, delimitação e categorização de áreas protegidas com base em serviços ecossistêmicos. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2017.

FICHER, D.; BORN, P. A.; BONILAURI, F.; OLIVIERA, K.L.. **Abrindo os caminhos para a participação social na APA Serra da Esperança.** Curitiba: Mater Natura, 2009.

FISCHER, D.; TORRES, R. F.; URBAN, T. **Um rio perto daqui - lições aprendidas com o Grupo de Monitoramento da APA do Iraí.** Curitiba: Editora Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais, 2006.

FLORIANÓPOLIS. **Estatuto Associação de Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica de Carijós**, de 9 de junho de 1999. 1999.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.517, de 23 de setembro de 2005.** Cria o Parque Estadual Acaraí e dá outras providências. 2005.

\_\_\_\_\_. Em 08 de abril de 2016. **Carta dos servidores de Estação Ecológica de Carijós ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.** Florianópolis, 2016.

FLORIPA AMANHÃ. **Os bastidores da multa do ICMBio.** Em 17 de setembro de 2010. 2010. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/noticia/tecnicos-do-icmbio-de-santa-catarina-pedem-exoneracao-de-cargos>. Acesso: 02 out. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Pesca e aquicultura.** The State of Food and Agriculture: FAO Agriculture Series, 2007. p. 38-340.

FOPPA, C. C.; KALIKOSKI, D. C. **Dinâmica socioecológica e relações territoriais das populações tradicionais da área de entorno do rio Acaraí, município de São Francisco do Sul, SC.** X Seminário de Pesquisa Qualitativa. FURG: Rio Grande, 2011.

FREY, L. **Nosso rio tá pra peixe ajuda na revitalização de Rio.** 2009. Disponível em: <<https://amacaca.wordpress.com/2009/07/10/nosso-rio-ta-pra-peixe-ajuda-na-revitalizacao-de-rio>>. Acesso em: abril de 2017.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA. **Unidades de Conservação de Santa Catarina administradas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA.** Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2015.

GALANTE, M.L.V.; BESERRA, M.M.L.; MENEZES, E. O. Roteiro metodológico de Planejamento - Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas IBAMA: Brasília, 2002.

GERHARDINGER, L. C. **Inovação, governabilidade e protagonismo de pessoas-chave na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (Santa Catarina, Brasil).** 349f. Tese (Doutrado em Ambiente e Sociedade) – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

GHOSH, S.; BAKSHI, M.; BHATTACHARYYA, S.; NATH, B.; CHAUDHURI, P. **A Review of threats and vulnerabilities to mangrove habitats: with special emphasis on east coast of India.** Earth Sci Clim Change, 2015. v. 6, nº 4.

GRANADOS, P. J. A. **Manejo costero integrado y sustentabilidad en iberoamérica: un análisis propositivo de políticas públicas en las dos caras atlánticas.** Facultad de Ciencias del Mar y Ambientales, Facultad del Filosofia y Letras, Cadiz, 2011.

GONZALEZ, C.; JENTOFT, S. **MPA in labor: securing the pearl cays of Nicaragua.** National Center for Biotechnology, p. 617–629, 2010.

GRAHAM, J; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Governance principles for protected areas in the 21st century prepared for the fifth world parks Congress Durban, South Africa.** Ontario: Institute On Governance, 2003.

GOHN, M da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

HIMES, A. H. **Performance indicators in MPA management : Using**

**questionnaires to analyze stakeholder preferences.** University of Portsmouth, UK: Elsevier, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós.** Florianópolis, SC, Brasil. 2001.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. **Ata da 1ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 26 de outubro de 2005.** IBAMA, 2005a.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. **Ata da 2ª Reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 16 de novembro de 2005.** IBAMA, 2005b.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. **Ata da 3ª Reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 14 de dezembro de 2005.** IBAMA, 2005c.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. **Ata da 1ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 19 de abril de 2006.** IBAMA, 2006a.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2006b. **Ata da 2ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 8 de junho de 2006.** IBAMA, 2006b.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2007. **Ata reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 5 de dezembro de 2007.** IBAMA, 2007.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2008. **Ata da 7ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 1º de outubro de 2008.**

INSTITUTO CARIJÓS. FLORIANÓPOLIS. **Averbação - ata de alteração estatutária da Associação Amigos de Carijós para Instituto Carijós, devidamente registada neste ofício, 18 de abril de 2005.** Livro A-51, nº 011447, fls. 065.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis.

2009a. **Ata da 8ª Reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC Carijós realizada em 16 de abril de 2009.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2009b. **Ata da 9ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 10 de novembro de 2009.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2010a. **Ata da 10ª Reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 06 de abril de 2010.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2010b. **Ata da 2ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 27 de maio de 2010.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2010c. **Ata da 3ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 10 de junho de 2010.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. 2010d. **Ata da IVª Reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 1º de julho de 2010.**

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 32 de 20 de maio de 2011.** Cria o Núcleo o Gestão Integrada de Unidades Marinhas – Costeiras de Santa Catarina. Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós, Florianópolis. **Ata da 1ª reunião ordinária do conselho consultivo da ESEC CARIJÓS realizada em 12 de julho de 2011b.**

\_\_\_\_\_. **Projeto contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional.** Relatório final. Brasília: UNEP/WCMC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Exercício 2015.** Brasília, 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Monitoria e avaliação assistida ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós, ICMBio/MMA, Brasília, 2010.**

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós. **Lista de presença da reunião do conselho consultivo do CONSECA em 12 de julho de 2011.** 2011b. p 1-4.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós. **Lista de presença da reunião do conselho consultivo do CONSECA em 09 de agosto de 2012.** 2012a. p. 1-4.

\_\_\_\_\_. Sede da ESEC Carijós. **Lista de presença da reunião do conselho consultivo do CONSECA em 28 de agosto de 2012.** 2012b. p. 1-6.

\_\_\_\_\_. **O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão. Sério:** Educação ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação – Caderno 3. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Compilação dos conteúdos produzidos no âmbito da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de UC – CEAPM,** 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>. Acesso: 27 out 2017.

\_\_\_\_\_. **Unidades de Conservação.** 2018a. Disponível em: <https://documentos.mp.sc.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=336>. Acesso: 05 de novembro 2018..

\_\_\_\_\_. **Unidades de Conservação em Santa Catarina. Fonte de dados: IBAMA e FATMA.** 2018b. Disponível em: <https://documentos.mp.sc.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=336>. Acesso: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Instrumentos de gestão das Unidades de Conservação.** 2018c. Disponível em [http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true)>. Acesso: 26 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil.** [S.l.]: IBGE, 2011

INSTITUTO CARANGUEJO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Página inicial.** 2018. Disponível em: <http://www.caranguejo.com/homepage>.

Acesso: 31 mar. 2018.

JONES, P. J. S.; QIU, W.; DE SANTO, E. M. **Governing marine protected areas: Social-ecological resilience through institutional diversity**. *Marine Policy*, v. 41, p. 5–13, 2013.

JONES, P. J. S. Marine protected area strategies: issues, divergences and the search for middle ground. **Reviews in fish biology and fisheries**, v. 11, n° 3, p. 197–216, 2002.

JUNIOR, S. D.; LOPES, L. J. S.; CORREIA, E. C.; MACEDO, H. S.; FLORIANI, D. C.; SILVA, L. Z.; CATANEO, V. T.; SERAFINI, P. P.; PRETTO, D. J.; CAMPOS, A.; ROCHA, M. E. C.; ITO, E. M. B.; FERREIRA, I. V.; LAMBERTS, A. LIMA, E. P. **Conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, 2015.

LANA, P.; MARTIN, P. **Aspectos jurídicos relativos a proteção dos manguezais da Baía de Paranaguá**. In: III *SIMPÓSIO DE ECOSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA; SUBSÍDEOS A UM GERENCIAMENTO AMBIENTAIS*, 1994, Serra Negra, SP. Anais do III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira. São Paulo: Academia de Ciências do Estado de São Paulo, v. 87, n° 1, p. 107 – 112, 1994.

LEWIS, R. R., **Creation and restoration of coastal plant communities**. Florida: CRC Press, 1992 p. 154 – 171.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. 168 p.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em ação**, Salvador, v. 7, n° 1, p. 37 – 50, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática**. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 237–253, 2008.

MADUREIRA, M. S. P.; TAGLIANI, P.R.A. **Educação ambiental não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira**

**brasileira: uma análise crítica.** IBAMA, Série meio ambiente em debate, v. 16, 116 p. 1997.

MARETTI, C. **ESEC Carijós - Mudança de Chefia.** Mensagem recebida por< leandro.silva@icmbio.gov.br; edineia.correia@icmbio.gov.br; eliane.hirai@icmbio.gov.br; apoena.figueiroa@icmbio.gov.br; claudio.maretti@icmbio.gov.br; Lilian Leticia Mitiko; lilian.hangae@icmbio.gov.br; claudinei.rodrigues@icmbio.gov.br; luisa.lopes@icmbio.gov.br; daniel.penteado@icmbio.gov.br; silvio.souza@icmbio.gov.br, luis.rocha@icmbio.gov.br; renato.sales@icmbio.gov.br; paulo.souza@icmbio.gov.br; rogerio.guimaraes@icmbio.gov.br> Em 12 de abril de 2016.

MCCAY, B. J & JONES, P. J. S. Marine **protected areas and the governance of marine ecosystems and fisheries.** Conservation Biology, vº 25, nº 6, p. 1130–1133, 2011.

MCNEELY, J. A. **Protected areas for the 21st century:** working to provide benefits to society. Biodiversity and Conservation 3. IUCN: Switzerland, 1994. pp. 390-405. Received 13 February 1994; accepted 4 March 1994

MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth: a report for the club of Rome's project on the predicament of mankind.** New York: Universe Books, p.12, 1972, 211 p.

MEDEIRO, R. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional:** Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44 p.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and human well-being: synthesis.** Washington, DC: Island Press, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando com-vida, comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola:**

construindo Agenda 21 na escola. 2. ed., rev. e ampl. – Brasília : MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil.** MMA/SBF/GBA, 2010, 148p.

\_\_\_\_\_. **Biodiversidade Brasileira** Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade\\_brasileira](http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade_brasileira)>. Acesso em: 19 de março de 2018.

PEREIRA, M. **Servidores do ICMBio emitem nota sobre demissão** (17 de setembro de 2010). 2010 Disponível em: <http://floripamanha.org/2010/09/os-bastidores-da-multa-do-icmbio/>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

MOSCATELLI, M. D. C.; ALMEIDA, J.R. **Avaliação preliminar de reflorestamento de manguezais:** Lagoa Rodrigo de Freitas. p. 131–134, Rio de Janeiro, 1994.

MOVIMENTO EM DEFESA DAS BAIAS DE FLORIANÓPOLIS. **Servidores do ICMBio solidários com Apoena, após exoneração sem justa causa** (25 de setembro de 2010). Disponível: [http://baiasdeflorianopolis.blogspot.com.br/2010/09/blog-post\\_6388.html](http://baiasdeflorianopolis.blogspot.com.br/2010/09/blog-post_6388.html). Acesso: 02 out. 2017.

NGUINGUIRI, J. C. **Gouvernance des aires protégées - 'importance des «normes pratiques» de régulation de la gestion locale pour la faisabilité des réformes dans le Bassin du Congo.** IUCN - Commission on Environmental, economic and social policy. Community, Empowerment for Conservation. Congo: [s.n.], p. 16 –21. 2003.

NOTÍCIAS DO DIA. Em 16 de abril de 2016. **Organizações Civis repudiam troca de comando na ESEC de Carijós.** Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/org>>. Acesso: 02 out. 2017

PERES, L. **Mandato repudia a Exoneração do Servidor Silvio de Souza da Chefia da Esec Carijós.** Disponível em <<http://www.professorlinoperes.com.br/pagina/522/mandato-repudia-a-exoneraccedilatildeo-do-servidor-silvio-de-souza-da-chefia-da-esec-carijoacutes>>. Acesso: 30 mar. 2017.

POMEROY, R. S.; PARKS, J. E.; WATSON, L. M. **How is your MPA doing ? A guidebook of natural and social indicators for evaluating marine protected area management effectiveness.** IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, 266 p. 2004.

PROJETO COM A CIDADE. **Mandato repudia a exoneração do Servidor Silvio de Souza da chefia da ESEC Carijós**, em 14 de abril de 2016.. Disponível em:

<<http://www.professorlinoperes.com.br//pagina/522/mandato-repudia-a-exoneraccedilatildeo-do-servidor-silvio-de-souza-da-chefia-da-esec-carijoacutes>>. Acesso: 02 out. 2017.

PUZ, H. A.; BÉCHAUX, E.; JENKINS, C. **Gouvernance et démocratie locale dans les Parcs Naturels Régionaux de.** In: Commision on Environmental, Economic and Social Policy. Community, Empowerment for Conservation. IUCN, nº 12, p. 225 – 237, 2003.

QUINTAS, J. S. **Como o Ibama exerce a educação ambiental/Coordenação Geral de Educação Ambiental.** Edições Ibama, Brasília, 2002. 32 p.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Editora brasiliense, 2009.

REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DA ALEMANHA. **Grupo Bancário KfW.** 2018. Disponível em: <https://brasil.diplo.de/br-pt/assuntos/economia/kfw/982056>. Acesso em: junho de 2018.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social - métodos e técnicas.** Ed. Atlas, 3 Ed. São Paulo, 2012.

SANTA CATARINA. Lei nº **17.354**, de 20 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), extingue a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências. Florianópolis, 2017.

SCHERER, M. E. G. **La influencia de la gestión costera en la conservación de los ecosistemas: Énfasis en la Isla de Santa Catarina - Brasil.** 2001. 547 f. Tese - Faculdade de Ciências do Mar. Universidade de Cádiz, Espanha, 2001.

SORIANO-SIERRA, E. J.; FROIDEFOND, J. M.; LEDO LEDO, B. S. **Avaliação do impacto da construção de aterros e canais sobre os ecossistemas de manguezal da Ilha de Santa Catarina.** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LIMNOLOGIA, 1997, São Paulo.

SORRENTINO, M.; TRABJER, R.; MEMDONCA, P.; JUNIOR, L.A.F. **Educação ambiental como política pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, J. V. C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN ( 1962-2003 ): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza .** Universidade de Brasília, 2003.

TAMAIO, I.; SINICO, S. **Educação Ambiental: seis anos de experiência.** São Paulo: WWF, 2000.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. **Unidades de Conservação no Brasil: uma visão.** Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. Curitiba, 2014. p. 508-523,.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Técnicos do ICMBio de Santa Catarina pedem exoneração de cargos.** 2010. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/noticia/tecnicos-do-icmbio-de-santa-catarina-pedem-exoneracao-de-cargos>. Acesso: 02 out. 2017.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. World Commission on Protected Areas. **50 years of working for protected areas** A brief history of IUCN World Commission on Protected Areas. IUCN, Gland, Switzerland, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Observatório de áreas protegidas – Observa. **Dados atuais sobre as Unidades de Conservação na Ilha de Santa Catarina.** 2018. Disponível em: <http://observa.ufsc.br/2018/09/12/dados-atuais-sobre-as-unidades-de-conservacao-na-ilha-de-santa-catarina/>. Acesso em: 04.1.2018.

VAN BOCHOVE, J.; Sullivan, E.; Nakamura, T. **The importance of mangroves to people: a call to action.** United Nations Environment Programme World Conservation, 2014.

YOUNG, C. E. F.; BAKKER, L. B.; BUCKMANN, M. F. Y.; MATOS, C. H.; TAKAHASHI, L.; SILVA, M. L. B. **Roteiro para a valoração de benefícios econômicos e sociais de Unidades de Conservação.** Curitiba: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

WWF. **Observatório de UC's:** biodiversidade em unidades de conservação / Mariana Napolitano Ferreira e Paula Hanna Valdujo, coord. - Brasília : WWF-Brasil, 2014. 64 p.

\_\_\_\_\_. **Cortes no orçamento da união para 2018 atingem Unidades de Conservação e combate ao desmatamento.** WWF - Políticas Públicas, 2017. Brasília.

## **APÊNDICES**



**Apêndice A: Roteiro de entrevista usado nesta pesquisa – funcionários do ICMBio e de órgãos ambientais públicos relacionados à ESEC Carijós**

<b>Roteiro de Entrevista - ICMBio e órgãos públicos ligados à ESEC CARIJÓS</b>
1. Qual o seu entendimento em relação à função da ESEC? (para a comunidade e preservação ambiental)
2. Você conseguiria pontuar as principais unidades ambientais/serviços ecossistêmicos que a ESEC protege ou ajuda a proteger?
3. Como são as relações da ESEC, a seu ver, com a comunidade?
4. Saberria dizer como está a gestão da ESEC atualmente? Você acompanhou o histórico dessa gestão? Você acha que é efetiva?
5. Tem sugestões de mudanças em relação a essa mesma gestão?
6. Você saberia identificar atividades de educação ambiental realizadas na ESEC? Já participou de alguma atividade? De que forma?
7. Sabe dizer se existem materiais/registros dessas atividades (folder, fotos, vídeo, relatórios)?
8. A estrutura da ESEC (orçamento, física e humana) é suficiente para o papel que ela executa (recebimento de comunidade, palestras, reuniões, cursos, seminários, atividades ao ar livre como trilhas etc.)? Sempre foi assim?
9. Você percebe conflitos de Carijós com as comunidades do entorno? Consegue identificar que tipo de conflitos e quais atores estão envolvidos? Sempre foi dessa forma? Teria alguma sugestão de mudança em relação a esse aspecto?



## Apêndice B: Roteiro de Entrevista usado nesta pesquisa – Comunidade de entorno da ESEC Carijós

Roteiro de Entrevista – comunidade de entorno ESEC Carijós	
1. Você conhece ou já visitou a ESEC Carijós? O que você achou do espaço em relação à estrutura física e de pessoal?	
2. Sabe para que serve/qual a função desse espaço/ Estação Ecológica? Sabe dizer suas vantagens/contribuições sobre diferentes aspectos (ecológicos, sociais ou cultural)?	
3. Desde que período você conhece a ESEC Carijós? Consegue identificar quando houve mais participação da comunidade? De que forma e por quê?	
4. Já participou de alguma reunião do CONSECA? Sabe como ele funciona atualmente?	
5. As reuniões são (eram) abertas à comunidade? De que forma acontecem (aconteciam)? Poderia identificar o número de participantes (em média) e a quem representavam?	
6. Já participou de alguma outra atividade relacionada à Carijós? Qual?	( ) Sim ( ) Não
7. Se não, gostaria de participar? Que tipo de atividade acha que seria interessante?	( ) Sim ( ) Não
8. Você acha que Carijós tem/teve alguma influência/interferência na pesca ou outra atividade extrativista na região? Alguma coisa mudou ao longo do tempo na sua atividade? Você vê relação dessa mudança com a ESEC Carijós?	( ) Sim ( ) Não
9. Saberria apontar algum aspecto da ESEC que contribui ou traz dificuldades para a comunidade?	
10. Você acha que a ESEC Carijós se relaciona bem com a comunidade? Teria alguma sugestão de mudança em relação a esse aspecto?	



### Apêndice C: Lista dos Sujeitos de Pesquisa

Identificação	Relação com área/objeto da pesquisa	Idade	Sexo	Data da entrevista
<b>Gestor 1</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	52	F	15/09/2016
<b>Gestor 2</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	39	M	16/08/2016
<b>Gestor 3</b>	Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	41	M	17/08/2016
<b>Entrevistado 1</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	52	F	15/09/2016
<b>Entrevistado 2</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	52	M	13/09/2016
<b>Entrevistado 3</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	54	M	13/09/2016
<b>Entrevistado 4</b>	Não nascida e não residente na área de influência da ESEC Carijós	39	F	23/08/2016
<b>Entrevistado 5</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	39	M	16/08/2016
<b>Entrevistado 6</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	37	F	21/08/2016
<b>Entrevistado 7</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	47	F	13/09/2016
<b>Entrevistada 8</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	43	F	30/08/2016
<b>Entrevistada 9</b>	Nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	59	F	22/08/2016
<b>Entrevistado 10</b>	Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	42	M	24/08/2016
<b>Entrevistada 11</b>	Nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	34	F	23/08/2-16

<b>Identificação</b>	<b>Relação com área/objeto da pesquisa</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Data da entrevista</b>
<b>Entrevistado 12</b>	Nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	41	M	17/08/2016
<b>Entrevistado 13</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	57	M	24/08/2016
<b>Entrevistado 14</b>	Nascido e residente na área de influência da ESEC Carijós	42	M	30/08/2016
<b>Entrevistado 15</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	30	F	31/08/2016
<b>Entrevistado 16</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	52	M	25/08/2016
<b>Entrevistado 17</b>	Não nascida, residente na área de influência da ESEC Carijós	39	F	26/08/2016
<b>Entrevistado 18</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	59	M	26/08/2016
<b>Entrevistado 19</b>	Não nascido, residente na área de influência da ESEC Carijós	31	M	26/08/2016

## **ANEXOS**



## Anexo I: Declaração da Coordenação do PPGECO/UFSC para autorização da execução desta pesquisa, sob termo de Resolução CNS 466/12 e suas complementariedades, em 01/07/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA E ZOOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da Instituição Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Centro de Ciências Biológicas, UFSC, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: "SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E GOVERNANÇA NA BACIA DO RIO RATONES, FLORIANÓPOLIS, SC", e cumprirei os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Florianópolis, 01/07/2016

ASSINATURA: ..... 

**NOME** : Prof. Dr. Nivaldo Peroni

**CARGO** : Coordenador do PPG Ecologia/UFSC

### CARIMBO DO/A RESPONSÁVEL

 **Prof. Dr. Nivaldo Peroni**  
Coordenador do PPG em Ecologia  
CCBIUFSC

Programa de Pós Graduação em Ecologia, PPGECO-UFSC  
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, s/n, sala 208, Bloco C, CCB, Trindade,  
Florianópolis - Santa Catarina, Brasil. CEP: 88010-970  
Tel: +55 48 3721-2715 / Fax: +55 48 3721-5156. e-mail: poseco@ccb.ufsc.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E GOVERNANÇA NA BACIA DO RIO RATONES, FLORIANÓPOLIS, SC

**Pesquisador:** Natalia Hanazaki

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 57797716.2.0000.0121

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.691.956

#### **Apresentação do Projeto:**

"SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E GOVERNANÇA NA BACIA DO RIO RATONES, FLORIANÓPOLIS, SC". A proposta deste projeto é gerar subsídios para a gestão ecossistêmica, a partir da análise do papel de uma unidade de conservação, a Estação Ecológica (ESEC) de Carijós, na provisão dos serviços ecossistêmicos, percebidos na Bacia do Rio Ratones e na governança da região.

Para tal pretende-se utilizar embasamento teórico sobre serviços ecossistêmicos, governança e educação ambiental e o referencial teórico e metodológico da Etnoecologia, reconhecendo a importância do conhecimento local como elemento fundamental e potencialmente norteador nos processos de gestão.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

Investigar o papel da unidade de conservação na provisão dos serviços ecossistêmicos percebidos na Bacia do Rio Ratones, com foco na governança e na a educação ambiental.

##### **Objetivo Secundário:**

- Investigar os serviços ecossistêmicos percebidos na bacia do Rio Ratones por diferentes grupos de atores sociais;

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-8094 **E-mail:** oep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.691.956

- Investigar os serviços ecossistêmicos percebidos que são diretamente relacionados à presença da ESEC Carijós;
- Identificar tanto conflitos como ações cooperativas no uso de recursos na Bacia do Rio Ratonês;
- Construir de forma participativa cenários futuros dos serviços ecossistêmicos providos pela Bacia do Rio Ratonês;
- Propor um modelo de governança com foco na proteção dos serviços ecossistêmicos tendo com ferramenta principal a educação ambiental.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Os riscos que podem ocorrer ao participar da pesquisa são mínimos. Podemos citar a possibilidade de haver uma troca cultural entre informante e pesquisador durante a realização das entrevistas, não caracterizando um risco propriamente dito. Há o risco de constrangimento ou aborrecimento ao participar da entrevista, o cansaço ou aborrecimento ao responder questionários. Entretanto, caso o participante se sinta desconfortável em

participar, ou por qualquer outro motivo, a qualquer hora poderá desistir de participar do trabalho e retirar o seu consentimento sem qualquer penalidade ou prejuízo pessoal, bastando para isso avisar o pesquisador. Além desses riscos, a participação no projeto não implica em outros riscos além daqueles aos quais o participante já está exposto no seu cotidiano. Esclarecemos também que no caso de entrevistados analfabetos, os

constrangimentos e riscos serão minimizados solicitando o acompanhamento de uma pessoa de confiança do possível entrevistado que seja alfabetizado. Em casos de pescadores que se sintam constrangidos pela presença da Unidade de Conservação de proteção integral em parte da Bacia do Rio Ratonês, solicitamos DISPENSA DA ASSINATURA DO TCLE.

Foi inserido no TCLE o seguinte texto: "Apesar do aqui esclarecido, estou ciente também da possível quebra de sigilo, que mesmo involuntária e não intencional, é um risco que deve sempre ser reconhecido ao tratar-se de um projeto realizado com e por humanos, sujeito a falhas".

##### Benefícios:

Os benefícios do trabalho são:

- resgate e a valorização de conhecimentos ecológicos locais e de práticas tradicionais da pesca artesanal;
- conhecimento da população em relação aos ambientes naturais preservados ou que precisam ser mais bem cuidados; busca de alternativas para preservação dos serviços ambientais e sua relação

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
 Telefone: (48)3721-6094 E-mail: oep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.691.956

com a saúde e bem estar das pessoa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata o presente de um projeto que abriga diferentes subprojetos voltados para compreender os serviços ecossistêmicos e a governança na bacia do Rio Ratonos, no município de Florianópolis, Santa Catarina, coordenado pela Profa. Dra Natalia Hanazaki (ECZ/CCB/UFSC).

Espera-se identificar os serviços ecossistêmicos percebidos na bacia do Rio Ratonos por diferentes grupos de atores sociais; bem como aqueles que são diretamente relacionados à presença da unidade de conservação. Espera-se também identificar tanto conflitos como ações cooperativas no uso de recursos, como subsídios para construir de forma participativa cenários futuros dos serviços ecossistêmicos providos pela Bacia do Rio Ratonos e para propor um modelo de governança com foco na proteção dos serviços ecossistêmicos tendo com ferramenta principal a educação ambiental. Os participantes são moradores da comunidade de entorno de uma unidade de conservação de proteção integral, a Estação Ecológica de

Carijós, mais especificamente na bacia do Rio Ratonos. Estes participantes não são representados por uma associação ou instituição e serão abordados individualmente em suas residências. O presente trabalho também procurará avaliar o papel da ESEC na provisão dos serviços ecossistêmicos percebidos na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos junto a quatro grupos de usuários: Moradores contíguos a área da ESEC, pescadores locais e pesquisadores que atuam na área. Para tal o trabalho será dividido em duas etapas: entrevistas estruturadas e oficinas participativas. O estudo tem relevância científica, a documentação está completa e o TCLE apresentado cumpre na íntegra a Resolução CNS 466/12 e normas complementares. Assim, recomendamos a sua aprovação.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Documentação completa.

**Recomendações:**

Não se aplica.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram detectadas pendências ou inadequações neste projeto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
 Telefone: (48)3721-8094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

### Anexo III: Parecer consubstanciado do CEP para esta pesquisa. (Plataforma Brasil).

Universidade Federal de Santa Catarina. 23 de Agosto de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 1.691.956

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_751709.pdf	12/07/2016 10:16:08		Aceito
Folha de Rosto	folharosto_Marilia.pdf	12/07/2016 10:15:38	Natalia Hanazaki	Aceito
Outros	roteiroCEPSH.pdf	12/07/2016 10:14:37	Natalia Hanazaki	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEPSH.pdf	12/07/2016 10:14:03	Natalia Hanazaki	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	12/07/2016 10:13:51	Natalia Hanazaki	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	SES_CEPSH.pdf	12/07/2016 10:13:39	Natalia Hanazaki	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 23 de Agosto de 2016

---

Assinado por:  
Washington Portela de Souza  
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
Telefone: (48)3721-6094 E-mail: oep.propesq@contato.ufsc.br